



Governo de Moçambique  
Ministério de Obras Públicas e Habitação  
Direcção Nacional de Águas

Programa Nacional de  
Abastecimento de Água e Saneamento Rural

Documento de Programa

Segundo Draft

Setembro 2008

## Tabela de Conteúdos

1.	INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES .....	9
1.1	INTRODUÇÃO.....	9
1.2	ANTECEDENTES .....	9
1.2.1	<i>O contexto internacional</i> .....	9
1.2.2	<i>O contexto nacional</i> .....	9
1.2.3	<i>Perspectivas para o Futuro</i> .....	12
2	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA .....	13
2.1	OBJECTIVOS, COMPONENTES E METAS DO PROGRAMA .....	13
2.2	PRINCÍPIOS DO PROGRAMA.....	15
2.3	ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA.....	18
2.3	ESCOPO E CONTEÚDO DO PROGRAMA .....	23
2.4	ACÇÕES PREPARATÓRIAS PARA O ARRANQUE E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	24
2.4.1	<i>Acções para o arranque/eficácia do Programa</i> .....	24
2.4.2	<i>Acções para a prontidão da implementação</i> .....	25
	<i>Acções Intermediárias (durante o Ano 1)</i> .....	29
	<i>Resultados que facilitarão a transição para a Fase II</i> .....	29
2.5	HIPÓTESES E RISCOS.....	29
3	ORGANIZAÇÃO DO SECTOR E GESTÃO DO PROGRAMA.....	32
3.1	CONTEXTO INSTITUCIONAL .....	32
3.1.1	<i>Instituições do Sector Público</i> .....	32
3.3	PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA DO SECTOR PÚBLICO.....	34
3.4	PAPÉIS E RESPONSABILIDADES .....	37
3.4.1	<i>Nível Central</i> .....	37
3.4.2	<i>Função das organizações provinciais e distritais</i> .....	39
3.4.3	<i>Função dos parceiros do desenvolvimento</i> .....	40
3.4.4	<i>Função do sector privado</i> .....	40
3.4.5	<i>Função das ONGs</i> .....	41
3.4.6	<i>Função das localidades e das comunidades</i> .....	41
3.4.7	<i>Princípios e quadro legal para a posse e uso das instalações de água</i> .....	42
3.5.1	<i>Estruturas de Implementação e Coordenação</i> .....	43
3.5	APOIO À IMPLEMENTAÇÃO.....	44
3.5.2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	45
3.5.3	<i>Pessoal Contratado</i> .....	46
3.5.4	<i>Equipamento</i> .....	46
4	GESTÃO FINANCEIRA .....	47
4.1	INTRODUÇÃO.....	47
4.2	INICIATIVAS DA DNA.....	47
4.3	ELEMENTOS DA GESTÃO FINANCEIRA .....	48
4.4	MECANISMOS DE FINANCIAMENTO E FLUXO DE FUNDOS .....	49
4.2.1	<i>Mecanismos de Financiamento</i> .....	49
4.2.2	<i>Fluxo de Fundos</i> .....	49
4.2.3	<i>Estruturas para o Financiamento Paralelo</i> .....	51
4.2.4	<i>Acções Preliminares</i> .....	51
4.2.5	<i>Mecanismos de financiamento</i> .....	52
4.5	PROCUREMENT .....	54
4.6	CONTABILIDADE E AUDITORIA .....	54
4.7	ANTI-CORRUPÇÃO .....	56

5	PLANIFICAÇÃO, MONITORIA E GESTÃO DA PLANIFICAÇÃO .....	78
5.1	PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA DO SECTOR PÚBLICO.....	78
5.1.1	<i>Planificação e Orçamentação</i> .....	78
5.1.2	<i>O Princípio de Procura na planificação a nível distrital e local</i> .....	79
5.2	MONITORIA E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.....	80
5.3	GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	84
5.3.1	<i>Bases de dados espaciais</i> .....	84
5.3.2	<i>Estrutura da base de dados e fluxo de informação</i> .....	87
6.4	QUADRO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.....	89
7	NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO E DE FORMAÇÃO.....	93
7.1	CAPACIDADE EM RECURSOS HUMANOS .....	93
7.2	FORMAÇÃO TERCIÁRIA E PROFISSIONAL .....	94
7.3	INSTITUTOS DE FORMAÇÃO NACIONAIS .....	95
7.4	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL NA DNA .....	96
7.5	AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE – NÍVEL PROVINCIAL E DISTRITAL.....	98
7.5.1	<i>Nível Provincial</i> .....	98
7.5.2	<i>Nível distrital</i> .....	100
7.6	OUTROS INTERVENIENTES .....	101
7.6.1	<i>Sector Privado</i> .....	101
7.6.2	<i>Sociedade Civil</i> .....	101
7.6.3	<i>Comunidades</i> .....	102
7.7	PLANO DE FORMAÇÃO AASR .....	102
8	PLANOS DE PROGRAMA E ORÇAMENTO (FASE I).....	103
8.1	PLANO DE PREPARAÇÃO DO PROGRAMA .....	103
8.2	PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA .....	104
8.3	ORÇAMENTO DO PROGRAMA – FASE I (2009-2011).....	106
8.4	GAP NO FINANCIAMENTO .....	108
	REFERÊNCIAS .....	110

## Anexos

Anexo 1	Quadro de Políticas Nacionais e do Subsector e Planificação
Anexo 2	Matriz do Quadro Lógico
Anexo 3	Assuntos Relevantes do Subsector de AASR
Anexo 4	Instrumentos de Gestão Financeira no Contexto do SWAP
Anexo 5	Modelo Proposto de Critérios de Selecção para a Alocação de Recursos
Anexo 6	Pressupostos do Orçamento da Fase I
Anexo 7	Análise do <i>Gap</i> Financeiro
Anexo 8	Plano de <i>Procurement</i> - Ano 1

## Abreviaturas e Acrónimos

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	EPAR	Estaleiro Provincial de Água Rural
AIP	Plano de Implementação Anual	FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
AMU	Unidade de Gestão	GAS	Grupo de Água e Saneamento
ARA	Administração Regional de Águas	GBP	Libra Esterlina
ASAS	Administração do Sector de Água e Saneamento	AOE	Apoio ao Orçamento de Estado
ASNANI	Projecto Integrado de Abastecimento de Água e Saneamento para Nampula e Niassa	GIS	Sistema de Informação Geográfica
AT / TA	Tribunal Administrativo	GdM	Governo de Moçambique
OBC	Organização de Base Comunitária	GPC	Grupo de Planificação e Controlo
CFPAS	Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento	GPS	Sistema de Posicionamento Global
CHAEM	Centro Hospitalar de Profilaxia e Exames Médicos	HIV/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Adquirida / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
CHF	Franco Suíço	AF	Agregado Familiar
CIDA	Agencia Canadiana para o Desenvolvimento Internacional	HoC	Chefe de Cooperação
STLC	Saneamento Total Liderado pela Comunidade	DRH	Desenvolvimento de Recursos Humanos
CoC	Código de Conduta	SASSM	Serviços de Acção Social, Saúde e Mulher
CPAR	Relatório de Avaliação do Sistema Nacional de <i>Procurement</i>	IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
CRA	Conselho de Regulação do Abastecimento de Água	IGF	Inspeção Geral de Finanças
CUT	Conta Única do Tesouro	INE	Instituto Nacional de Estatísticas
CUT - ME	Conta Única do Tesouro – Multi - Moedas	IPCC	Institutos de Participação e Consulta Comunitária
DAF	Departamento de Administração e Finanças	TI	Tecnologias de Informação
DAR	Departamento de Água Rural	JMP	Monitoria Conjunta do Programa
DAS	Departamento de Água e Saneamento	JPY	Iene japonês
DES	Departamento de Saneamento	AQL	Análise do Quadro Lógico
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (G.B.)	LNHAA	Laboratório Nacional de Higiene, Alimentos e Águas
DHS	Inquérito Demográfico de Saúde	LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
DNA	Direcção Nacional de Águas	Lppd	Litros por pessoa por dia
DNT	Direcção Nacional de Tesouraria	MAE	Ministério de Administração Estatal
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas	MCC	Millennium Challenge Corporation
DPOPH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação	ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
PP	Principio de Procura	MICS	Inquérito Agrupado de Indicadores Múltiplos
DRH	Departamento de Recursos Humanos	MIPAR	Manual de Implementação do Programa de Abastecimento de Água Rural

EA	Área de Enumeração	MIS	Sistema de Informação de Gestão
MISAU	Ministério da Saúde	MEC	Ministério da Educação e Cultura
MF	Ministério das Finanças	PSAA	Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Canalizada
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação	QUIBB	Questionário dos Indicadores Básicos de Bem-Estar
MdE	Memorando de Entendimento	AASR	Abastecimento de Água e Saneamento Rural
MPD	Ministério do Plano e Desenvolvimento	SCC	Comité de Coordenação Sectorial
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo	SDC	Corporação Suíça para o Desenvolvimento
PNA PA	Política Nacional de Águas (1995) / Política de Águas (2007)	SDPI	Serviços Distritais de Planificação e Infra-estrutura
ONG	Organização Não Governamental	SINAS	Sistema de Informação Nacional de Água e saneamento
PNAASR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural	SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
O&M	Operação e Manutenção	SKAT	Centro Suíço de Desenvolvimento de Recursos
ODAMOZ	Moçambique ODA (data base / base de dados)	SWAP	Abordagem Sectorial Abrangente à Programação
OE/OGE	Orçamento do Estado	SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
OIIL	Orçamento de Iniciativa de Investimento Local	AT	Assistência Técnica
QAD	Quadro de Avaliação do Desempenho	TdR	Termos de Referência
PAP	Parceiros de Apoio Programático	UFSA	Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições
PARPA	Programa Acelerado (Plano de Acção) de Redução da Pobreza Absoluta	UGEA	Unidade Gestora e Executora das Aquisições
PARS	Programa de Água Rural e Saneamento	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
PDD	Plano Distrital de Desenvolvimento	USD	Dólar americano
PEC	Programa de Educação Comunitária	UTRAFE	Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público
PEFA	Contabilidade Financeira da Despesa Pública	WatSan	Água e Saneamento
PES	Plano Económico e Social	WASHCost	Água e Saneamento para Programa de Custos de Saúde
PESA-ASR	Plano Estratégico de Saneamento e Água – Água e Saneamento Rural	WSP	Programa de Água e Saneamento – Banco Mundial
PESOD	Orçamento Distrital e Planificação Social e Económica	WSS	Abastecimento de Água e Saneamento
GFP	Gestão das Finanças Públicas	ZAMWAT	Gestão Integrada dos Recursos Aquíferos e Abastecimento Rural de Água na Bacia do Rio Zambeze
PIA	Agência de Implementação do Projecto		
PIU	Unidade de Implementação do Projecto		
PMR	Planificação, Monitoria e Revisão (Análise)		
PRSP	Documento da Estratégia de Redução da Pobreza		

## **Agradecimentos**

A Equipa de Preparação do Programa PNAASR agradece o apoio valioso e assistência recebidos da DNA e os parceiros de desenvolvimento na preparação desta versão do Documento do Programa. Também está grata pelo apoio Financeiro da *African Water Facility* e dos conselhos do Banco Africano de Desenvolvimento em Tunis e Maputo.

A Equipa de Preparação do Programa espera continuar a ter, no futuro, uma estreita colaboração com a DNA, os parceiros de desenvolvimento e outros parceiros na preparação da versão final do Documento do Programa e no Manual de Operações que se segue.

## Sumário Executivo

O Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PNAASR) será implementado como um esforço conjunto entre o Governo de Moçambique (GdM), os parceiros de desenvolvimento, as organizações não governamentais (ONGs), o sector privado, os membros da comunidade e outras partes interessadas a níveis central, provincial, distrital e local.

O Programa constitui o quadro para a operacionalização e implementação do Plano Estratégico do AASR (PESA-ASR) 2006-2015 para atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) de 70% de cobertura para o abastecimento de água rural e 50% de cobertura do saneamento rural a nível nacional. O Programa enfrentará os desequilíbrios na cobertura dentro das províncias e distritos e promoverá a harmonização da ajuda e a reforma institucional no subsector AASR, com enfoque particular no desenvolvimento da capacidade a níveis distrital e local. Prevê-se que o Programa inicie em meados de 2009 e será inicialmente implementado em duas fases, Fase I (2009-2011) e Fase II (2012-2015)

Foi elaborado e assinado o Código de Conduta (CdC) para o sector de águas entre o Governo e um número crescente de parceiros de desenvolvimento. O CdC permanece aberto para novos signatários. Uma versão do Memorando de Entendimento (MdE) para o Fundo Comum AASR também foi elaborado cuja conclusão está agendada para o último trimestre do 2008. O Fundo Comum AASR será um importante mecanismo de financiamento e serão promovidas estruturas de gestão e alinhamento com os sistemas do Governo para a planificação, orçamentação, *procurement*, gestão, monitoria e prestação de contas.

Aumentar a actual cobertura do abastecimento de água rural de 48,5% para 70% até 2015 requer a disponibilização de até 17.000 fontes de água novas ou reabilitadas e para aumentar a cobertura actual de saneamento de 39% para 50% no mesmo período precisa da construção de até 490.000 latrinas melhoradas, o que representa um investimento total de 418 milhões de USD. As metas da Fase I até 2011 são disponibilizar até 7.6000 fontes de água novas ou reabilitadas, 42 pequenos sistemas de abastecimento de água e 160.000 latrinas melhoradas a serem construídas, o que representa um investimento total de 202.9 milhões de USD<sup>1</sup>. A actual *gap* financeira para a Fase I do PNAASR é de 36.1 milhões, que será um assunto para discussão entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento existentes e potenciais.

O objectivo de desenvolvimento do Programa é contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem estar e contribuir para a redução da pobreza rural em Moçambique, através do acesso melhorado aos serviços de abastecimento de água e saneamento.

O programa é composto pelas quatro seguintes componentes:

- (1) Apoio ao aumento sustentável da cobertura do abastecimento de água rural e saneamento (AASR);
- (2) Desenvolvimento de tecnologias apropriadas e opções de gestão para o subsector AASR;
- (3) Capacitação institucional e desenvolvimento dos recursos humanos no subsector do AASR;
- (4) Apoio à planificação, gestão, monitoria e financiamento descentralizados das actividades do AASR.

A Direcção Nacional de Águas (DNA) será responsável pela implementação do Programa a nível central. A Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH), através do Departamento de Água e Saneamento (DAS), será responsável pela implementação do Programa a nível provincial. A nível Distrital, o governo distrital através da unidade responsável pelo abastecimento de água rural, saneamento, mobilização da comunidade e promoção da saúde será responsável pela implementação das actividades do Programa. A nível local, serão criados e apoiados os Comités de Abastecimento de água Rural e Saneamento para participar no processo de planificação distrital e local e gerir, manter e monitorar as instalações melhoradas de fontes de água e saneamento.

---

<sup>1</sup> Incluindo 163,6 milhões de USD para fontes de água dispersas e 39,4 milhões de USD para pequenos sistemas de água.

A nível Central, será criado um Comité de Coordenação do Programa, a ser presidido pelo Coordenador do Programa na DNA. Ao nível provincial, os comités coordenadores provinciais farão a supervisão, orientação e darão apoio à implementação do Programa. Serão criadas na DNA, Equipas de Implementação do Programa lideradas por um Coordenador do Programa e os departamentos envolvidos da DNA e nas DPOPH-DAS formado pelo pessoal existente nessas organizações. A nível do distrito, serão constituídas as Equipas de Implementação do Programa apoiadas pelas ONGs parceiras e outros, para planificar, gerir e monitorar as actividades de AASR. Além disso, serão criados Grupos de Trabalho de Água e Saneamento e foros de Água e Saneamento como corpos consultivos e de aconselhamento para apoiar as actividades do AASR a níveis provincial e distrital, respectivamente. A assistência técnica (AT), a formação, o equipamento e outro apoio será dado a todos os níveis quando necessário.

O Programa será implementado com prioridade nas províncias e distritos que correspondam aos critérios, que incluem a presente cobertura de água e saneamento, os níveis de pobreza, os compromissos por escrito, pessoal adequado, presença de outros programas de AASR ou projectos entre outros.

O Documento do Programa apresentará e descreverá os seguintes aspectos do PNAASR:

- A Organização e Gestão do Programa, que apresenta e descreve o quadro organizacional, os papéis e as responsabilidades pela implementação do Programa. As matrizes do LFA e do PAF também são apresentadas;
- As Estratégias de Implementação que descrevem as estratégias que orientarão e apoiarão a implementação do Programa;
- A Gestão Financeira, com o enfoque no uso dos diferentes sistemas nacionais para a gestão financeira e o Fundo Comum do AASR para canalizar a ajuda no subsector do AASR;
- A Planificação, a Monitoria e a Gestão da Informação, com particular referência ao papel da planificação e monitoria descentralizadas e as exigências de criação de uma base de dados e da gestão da informação no subsector do AASR;
- As necessidades de Capacidade e Formação, o que inclui uma discussão sobre a actual capacidade, as actividades correntes e as futuras necessidades de capacidade a todos os níveis e os diferentes intervenientes do sector público, privado e sociedade civil para apoiar a implementação do Programa;
- O Plano e o Orçamento para a Fase I (2009-2011), apresenta um quadro temporal para a preparação e implementação do Programa e os custos estimados do Programa.

O Programa proposto será apresentado e discutido numa série de reuniões de consulta à níveis central e provincial durante 2008 e sujeito a avaliações conjuntas pelo Governo e parceiros do desenvolvimento no início de 2009 antes da sua aprovação e lançamento. O Documento do Programa final reflectirá as recomendações acordadas a partir dessas actividades.

Os procedimentos detalhados da implementação e os planos de formação são apresentados no Manual de Operações do Programa que acompanhará este Documento do Programa e orientará a implementação do Programa a todos os níveis. O Manual de Operações terá referências cruzadas para manuais como o MIPAR e outros para informação específica e directivas e procedimentos de implementação em áreas seleccionadas.

## 1. Introdução e Antecedentes

### 1.1 Introdução

A Direcção Nacional de Águas (DNA) recebeu uma doação dos *African Water Facility* para preparar o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PNAASR) para ajudar o Governo de Moçambique em alcançar as metas do AASR e as metas dos ODMs para o abastecimento de água e saneamento rural. A seguir apresenta-se o Documento do Programa do PNAASR.

Este Documento do Programa será acompanhado pelo Manual de Operações do Programa para orientar a sua implementação. Este Documento do Programa será complementado por MdEs para os projectos actualmente em implementação e o Fundo Comum do PASR. O Programa será coordenado e informado sobre os resultados do trabalho com o uso dos relatórios do SISTAFE, da Conta Única do Tesouro (CUT), do CPAR<sup>2</sup>, do PPF II<sup>3</sup> e de outras actividades importantes.

### 1.2 Antecedentes

#### 1.2.1 O contexto internacional

Os acordos internacionais mais importantes que deram forma ao quadro político actual para o subsector do AASR são os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas – ODMs (2000), o Acordo de Roma sobre a Harmonização (2003) e a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005).

- A Meta 7 dos ODMs apela para que, em 2015, se reduza para metade a população que em 1990 não tinha acesso a água potável e a saneamento adequado. Os ODMs foram incorporados no quadro da planificação nacional e sectorial através do Cenário Fiscal de Médio Termo (CFMT) e os planos a médio prazo e anuais.
- O Acordo de Roma pretende harmonizar a ajuda com as Abordagens Sectoriais Abrangentes (SWAPs) conduzidas pelo país, fortalecer a gestão e melhorar a eficácia da ajuda.
- As metas da Declaração de Paris para 2010 pretende harmonizar a ajuda respondendo às prioridades a longo prazo do país usando os sistemas internos para se evitar estruturas de implementação paralelas.

#### 1.2.2 O contexto nacional

Ao longo da última década, o Governo tem feito esforços consideráveis na reforma do sector público e a descentralização, assim como na reformas no sector das águas. O quadro da política nacional, sectorial e da planificação está em funcionamento através dos processos de planificação e revisões conjuntas anuais, a médio e longo prazo orientados pelos cometimentos mutuamente definidos e apoiados pela Parceria de Ajuda ao Programa (PAP) enquadrado pelo PARPA II. (Para informação adicional sobre o quadro da política e da planificação nacional, ver Anexo I).

As metas dos ODMs e o PARPA II, em particular o Pilar do Capital Social, reconhecem maiores benefícios sociais e económicos para instalações de abastecimento de água e saneamento melhoradas. Estes abrangem:

- Melhorar a saúde com a redução das doenças motivadas pela água, especialmente das mães, das crianças, dos idosos e dos afectados pelo HIV/SIDA;
- A igualdade do género e social com a redução do tempo para se ir buscar água o que permite que as raparigas frequentem a escola e as mulheres realizem mais actividades produtivas;
- Aumentar a produtividade dos agregados familiares melhorando o acesso à água.

---

<sup>2</sup> Relatório de Avaliação do Procurement do País.

<sup>3</sup> Descentralização do II Programa de Planificação e Finanças (em preparação).

Nos últimos anos o Governo e alguns parceiros de desenvolvimento têm investido recursos financeiros, técnicos e humanos substanciais no subsector do AASR. Para além do Governo as actividades do subsector do AASR são apoiadas por alguns parceiros de desenvolvimento, entre os quais se destacam a Holanda, o DFID, o UNICEF, o BAD, a MCC, a CIDA, a Irlanda, a SDC, a EU, a Áustria, a Water Aid, a CARE, a Índia e o Banco Mundial. O objectivo comum desta cooperação é acelerar o passo e melhorar a qualidade da prestação de serviços para se alcançar as metas dos ODMs de fazer uma cobertura de abastecimento de água de 70% e uma cobertura do saneamento rural de 50% em 2015.

Apesar dos melhoramentos recentes na cobertura do subsector do AASR, estima-se que ela seja de 48,5% para o abastecimento de água e 39% para o saneamento (DNA, 2008). Ainda há uma grande lacuna entre a cobertura actual e as metas dos ODMs de 70% de cobertura no abastecimento de água rural e 50% de cobertura no saneamento rural. Adicionalmente, os cálculos exactos da cobertura enfrentam obstáculos pela falta de dados exactos, actuais e abrangentes.

Beneficiar 5.3 milhões de habitantes da população rural de Moçambique através do aumento a actual cobertura do abastecimento de água rural de 48,5% para 70% até 2015 requer a disponibilização de até 17.000 fontes de água novas ou reabilitadas e para aumentar a cobertura actual de saneamento de 39% para 50% no mesmo período precisa da construção de até 490.000 latrinas melhoradas, o que representa um investimento total de 418 milhões de USD. As metas da Fase I até 2011 são disponibilizar até 7.6000 fontes de água novas ou reabilitadas, 42 pequenos sistemas de abastecimento de água e 160.000 latrinas melhoradas a serem construídas, o que representa um investimento total de 202.9 milhões de USD<sup>4</sup>. A actual *gap* financeira para a Fase I do PNAASR é de 36.1 milhões, que será um assunto para discussão entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento existentes e potenciais.

Para garantir que os investimentos sejam usados eficientemente e que as metas da cobertura sejam alcançadas e sustentáveis será necessário resolver duas grandes ineficiências no subsector do AASR, nomeadamente: (1) o elevado número de furos negativos, de 28% em alguns casos<sup>5</sup> o que aumenta os custos e afecta a credibilidade das outras actividades; e (2) o elevado número inaceitável de furos e sistemas de água inoperacionais, até 40% em algumas províncias o que afecta negativamente os benefícios e a cobertura do abastecimento de água melhorado.

A Política Nacional da Água, de 1995, foi analisada e, em Agosto de 2007, o Conselho de Ministros aprovou a nova Política da Água. Esta política enfatiza o seguinte:

- O Principio de Procura (PP) sempre que as comunidades escolham níveis de serviço baseados nas necessidades observadas, na capacidade e aptidão para pagar<sup>6</sup>.
- A contribuição directa para os custos do capital e todos os custos de operação e manutenção (O&M) para encorajar a posse das instalações melhoradas;
- Envolvimento dos beneficiários na planificação, concepção, construção, supervisão, monitoria e O&M, através dos comités e conselhos locais, das ONGs e do sector privado.
- Maximizar os benefícios para a saúde integrando o abastecimento de água, a promoção do saneamento e da higiene e incluindo as actividades baseadas na escola.

Para operacionalizar as políticas, foi publicado em 1999 e actualizado em 2003-4 o *Manual de Implementação de Projectos de Abastecimento de Água Rural - MIPAR*. Subsequentemente, têm sido publicados pela DNA manuais que abrangem aspectos técnicos, sociais e institucionais do abastecimento da água rural e o Manual de Saneamento Institucional e o Anexo Técnico<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Incluindo 163,6 milhões de USD para fontes de água dispersas e 39,4 milhões de USD para pequenos sistemas de água.

<sup>5</sup> Lições Aprendidas, DNA, Projecto ASNANI, 2008.

<sup>6</sup> Para mais informação sobre a abordagem da resposta à procura, ver a Secção 2.3 abaixo indicada.

<sup>7</sup> Implementation of Rural Water Projects: Social, Technical and Institutional Manuals, DNA, 2003-4.

Contudo, a implementação da Política de Água e a disseminação e o uso dos manuais relevantes não tem tido o mesmo impacto em todas as províncias e sugere revisões para o seu melhoramento<sup>8</sup>. O Programa apoiará o uso das estratégias e acções acordadas para apoiar a implementação da política. Adicionalmente, o Manual das Operações do Programa será preparado e disseminado para apoiar a implementação do Programa a todos os níveis. Os manuais existentes serão analisados e, se necessário, complementados e disseminados para serem usados na implementação do Programa.

A DNA adoptou e promoveu algumas estratégias e padrões técnico para orientar as actividades do subsector do AASR. As estratégias incluem; a descentralização; a promoção do Princípio de Procura (PP); o alívio à pobreza; a gestão integrada ao nível da comunidade da água, do saneamento e da promoção da higiene e da capacitação institucional. Os padrões técnicos incluem níveis de serviços, normas de cobertura de qualidade da água e opções tecnológicas recomendadas.

A bomba manual “Afridev” é o nível de serviços mínimos actuais do abastecimento da água rural. Contudo, há questões relativas à sustentabilidade da bomba manual “Afridev”, principalmente devido à falta de cadeias de fornecimento de produtos e serviços de apoio, tais como, disponibilidade de peças sobressalentes, serviços técnicos para as reparações maiores e sistemas de colecta de tarifas de água para as despesas de O&M. A DNA está a apoiar a testagem de tecnologias alternativas que sejam ajustadas às condições das comunidades rurais, tais como a Bomba de Corda, a Bomba Afrideep e a Bomba de Carrossel.

O Governo e alguns parceiros de desenvolvimento<sup>9</sup> têm apoiado a capacitação institucional do governo local nas províncias piloto através da Descentralização do Programa da Planificação e das Finanças (PPFD), que está proposto para ser alargado a todas as províncias e distritos num futuro próximo. Conforme especificado na Lei sobre as Autoridades locais<sup>10</sup>, as ONGs e os outros parceiros de desenvolvimento participarão na planificação distrital e dos seus recursos, incluindo nos planos e orçamentos distritais.

O sector da água em geral e o subsector de AASR em particular estão a mover-se para a Abordagem Alargada do Sector (SWAP), conforme evidenciado pelo número de iniciativas importantes. Adicionalmente à Política da Água (2007) acima mencionada temos:

- O Apoio Sectorial ao Sector da Água (*Apoio Sectorial ao Sector da Água*, ou ASAS) tem operado desde 2002 e continua a servir como de canal de ajuda da Holanda ao sector da água.
- Plano Estratégico do Subsector de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (2006-2015).
- Quadro das Despesas a Médio Prazo (QDMP) 2008-2010 para o Sector da Água (2007).
- Código de Conduta para o Sector da Água (2008).
- draft do MdE do Fundo Comum para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural (2007).

O Código de Conduta (CdC) obriga o Governo e os signatários a conceberem e a aplicarem a Abordagem Abrangente ao Sector (SWAP) para o Sector da Água, a criarem o Comité de Coordenação do Sector e o Secretariado da DNA, a adoptarem um mecanismo e um processo de análise do desempenho comum e a gerirem a assistência técnica de uma maneira coordenada. Como mais um passo para a harmonização e o alinhamento da ajuda ao subsector do AASR foi preparado uma versão de MdE para criar o Fundo Comum do PARS<sup>11</sup>. O Fundo Comum dará um mecanismo para canalizar a ajuda para o subsector do AASR com um elevado grau de

---

<sup>8</sup> As políticas e as estratégias existentes são analisadas no Anexo 1.

<sup>9</sup> Banco Mundial, UNDP, UNCDF e GTZ.

<sup>10</sup> Lei dos Órgãos Locais do Estado, Lei 8/2003, 5 Abril 2003.

<sup>11</sup> PPft MOU for the Establishment of a Common Fund for Support to the Rural Water Supply and Sanitation Program, versão 4.1, Outubro, 2007.

alinhamento com as instituições de gestão financeira, os instrumentos e os procedimentos do Governo. A experiência com a implementação do Fundo Comum do PARS informará sobre as decisões futuras acerca do aumento do seu tamanho e escopo, e acerca do possível uso do apoio ao orçamento do subsector do AASR. No Capítulo 4, Anexo 4 e no Manual de Operações do Programa é apresentada mais uma discussão sobre os mecanismos de financiamento.

### **1.2.3 Perspectivas para o Futuro**

A preparação do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, o PNAASR, do qual este Documento do Programa é parte essencial; a existência do Código de Conduta para o Sector da Água; os esforços para criar o Fundo Comum do PARS e o apoio garantido para a sua implementação por alguns parceiros de desenvolvimento são desenvolvimentos positivos para o subsector do AASR. No capítulo seguinte, é identificado um certo número de acções de preparação e de prontidão (factores de sucesso). Estas acções, uma vez concluídas melhorarão ainda mais a possibilidade de sucesso da implementação do AASR e a realização das metas dos ODMs para o abastecimento de água e saneamento rural em Moçambique.

## 2 Descrição do Programa

O Governo, em resposta aos desafios para alcançar as metas dos ODMs (MDG) para o abastecimento de água e saneamento rural, na base das recomendações das avaliações recentes do sector, e apoiado por alguns parceiros de desenvolvimento, solicitou e recebeu o apoio dos Facilitadores da Água Africana (*African Water Facility*), em 2007, para preparar o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PNAASR).

O PNAASR enquadra a aplicação dos princípios da Declaração de Paris para o subsector de Água e Saneamento Rural (AASR), na implementação do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural<sup>12</sup>, dos compromissos no Código de Conduta e proporciona o marco para a introdução do Fundo Comum do RWSS. Sendo assim, o PNAASR promoverá a harmonização da ajuda dos parceiros de desenvolvimento ao subsector, assim como, o alinhamento aos sistemas nacionais de planificação, orçamentação, procurement, gestão, monitoria e relatórios. Os sistemas nacionais relevantes serão apresentados e aprofundados no Capítulo 4 e nos Anexos 1 e 4.

### 2.1 Objectivos, Componentes e Metas do Programa

O objectivo de desenvolvimento do PNAASR é contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e lutar contra a pobreza rural, através do aumento do uso e do acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento.

O objectivo intermediário do Programa é aumentar o acesso sustentável ao abastecimento de água e ao saneamento em pelo menos 70% e 50% da população rural em 2015, respectivamente.

O desenvolvimento do Programa e os objectivos intermediários são apoiados por quatro objectivos imediatos:

1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade dos serviços do AASR.
2. Alargar o leque de opções tecnológicas e de modelos de gestão.
3. Descentralizar e fortalecer as instituições e os recursos humanos do subsector.
4. Fortalecer a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização.

Os resultados associados aos objectivos acima mencionados estão apresentados na Matriz do Quadro Lógico do Programa de forma resumida no Capítulo 2 e no seu todo no Anexo 2.

O PNAASR resolverá um certo número de questões chave do subsector, incluindo:

- A sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água concluídos;
- A segmentação das actividades no subsector do AASR;
- A capacidade das instituições e dos actores do subsector do AASR;
- A capacidade do sector privado e as ineficiências da relação mercado/cadeia abastecimento;
- A qualidade e a precisão dos dados e do sistema de informação;
- A qualidade da construção e as actividades do PEC.

O debate detalhado destes e de assuntos relacionados está apresentado no Anexo 3.

As quatro componentes do Programa, correspondentes aos objectivos imediatos do mesmo são as seguintes:

- (1) Aumentar a sustentabilidade do abastecimento de água e a cobertura do saneamento e melhorar a qualidade dos serviços: A falta e os desequilíbrios no acesso a um abastecimento de água e saneamento melhorados serão resolvidos apoiando o alcance das metas relevantes dos ODMs a todos os níveis. O Programa apoiará o melhoramento da monitoria e do relatório, das auditorias independentes e do controlo de qualidade do *procurement*, da implementação, da gestão do contrato e da construção das infra estruturas. Os pacotes de negócios serão concebidos

---

<sup>12</sup> *Plano Estratégico do Sector de Águas - Água e Saneamento Rural (2006-2015)*, DNA, 2006

para que sejam atractivos economicamente para sector privado e às ONGs. As parcerias tipo *joint venture* serão encorajadas a melhorarem a capacidade de implementação e a qualidade dos serviços.

- (2) Alargar a série de opções técnicas e de modelos de gestão: Enfrentar as ameaças à sustentabilidade e melhorar o custo-eficácia dos sistemas de abastecimento de água, através de testagem de tecnologias apropriadas, de modelos de gestão e sistemas de comercialização de peças sobressalentes e da expansão das experiências sucedidas. As tecnologias, os modelos de gestão e os sistemas de comercialização de peças sobressalentes serão adaptados às condições, capacidades e preferências locais.
- (3) Fortalecimento das instituições e dos recursos humanos: Apoiar os esforços de capacitação institucional do sector público, com particular ênfase ao nível distrital e local, do sector privado e da sociedade civil para oferecer bens e serviços de qualidade aceitável. Este é talvez o maior desafio do PNAASR e está estreitamente ligado à componente seguinte.
- (4) Apoiar a descentralização da planificação, da gestão e das finanças: Apoiar a implementação descentralizada promovendo a planificação inclusiva, da base para o topo, o melhoramento da precisão, o requinte e a comunicação da informação para a planificação, a orçamentação e a gestão das actividades do AASR. O Programa também promoverá e apoiará abordagens transversais complementares, tais como, o alívio à pobreza, a boa governação e a igualdade do género.

O Programa apoiará a análise, a revisão e a disseminação de manuais de implementação, o uso de um conjunto de indicadores comuns para avaliar o desempenho, estudos sobre o valor para o dinheiro e avaliações periódicas. A conclusão e a actualização dos planos directores provinciais de AASR e os planos e orçamentos de AASR distritais, que servirão de base para a planificação e a orçamentação ao nível nacional, assim como de pontos de partida para a avaliação do desempenho.

As principais metas do PNAASR estão apresentadas na Tabela 2.1 abaixo indicada.

**Tabela 2.1 Principais Metas do Programa**

<b>Cobertura</b>
Progresso significativo na realização dos ODMs importantes e na redução da falta e dos desequilíbrios na cobertura do AASR entre e nas províncias e distritos, incluindo o fornecimento de 7.600 novos ou reabilitados furos de água, 42 pequenos sistemas de abastecimento de água e até de 160.000 instalações sanitárias melhoradas, beneficiando 5.3 milhões de habitantes da população rural de Moçambique através do aumento
Diminuição significativa do número e da percentagem de sistemas de abastecimento de água rurais fora de funcionamento.
<b>Harmonização e alinhamento</b>
Aumento significativo do uso dos sistemas nacionais para a planificação, a orçamentação, a gestão financeira, o <i>procurement</i> , a monitoria e o relatório.
<b>Gestão do Programa</b>
Redução significativa do tempo de preparação e do processo das actividades do AASR.
Redução significativa do tempo exigido para o <i>procurement</i> de bens, obras e serviços.
Aumento significativo na capacidade de planificar, orçamentar, gerir, supervisionar, monitorar e reportar a todos os níveis.
<b>Apoio ao Programa</b>
Aumento na quantidade e qualidade de bens e serviços prestados pelo sector privado.
Aumento da precisão, uso e utilidade dos dados e sistemas de informação.
Melhorar as condições de mercado para o fornecimento dos inputs principais (bens, obras e serviços).

Para avaliar o desempenho do Programa, o conjunto de “Indicadores de Ouro” são apresentados na Tabela 6.3. O quadro lógico de planificação, monitoria e relatório (PMR) e o quadro de avaliação de desempenho (QAD) estão apresentados no Capítulo 6.

## 2.2 Princípios do Programa

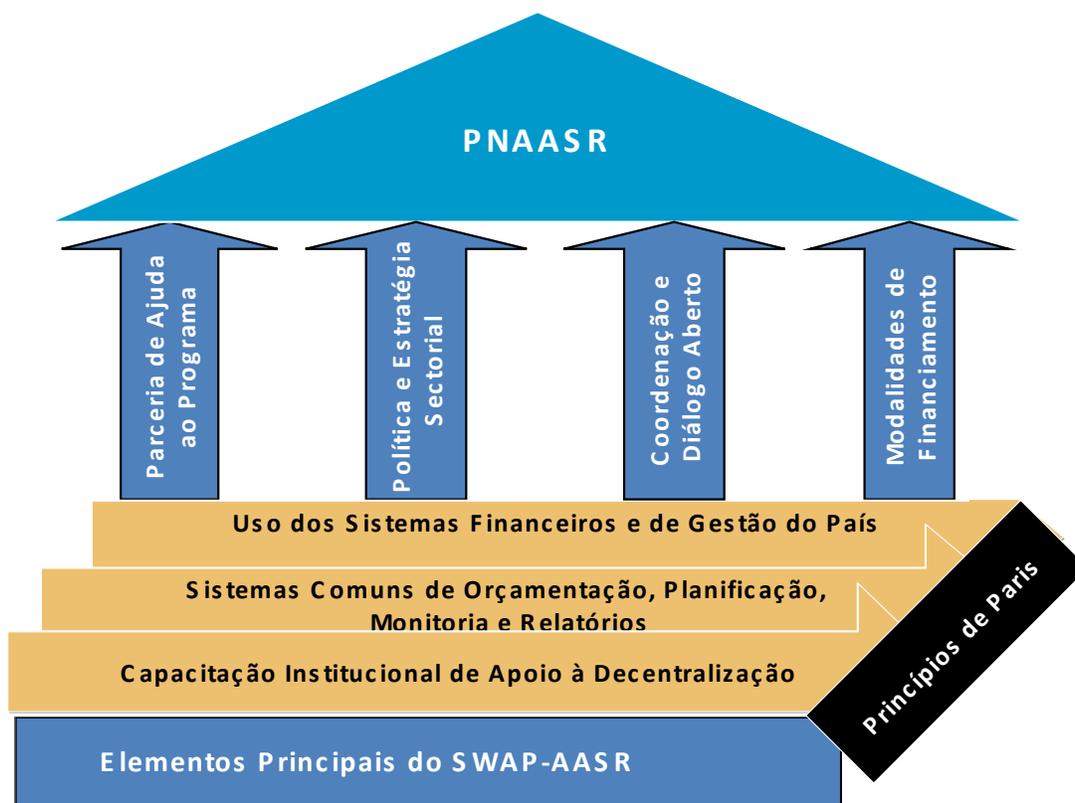
No contexto dos princípios da Declaração de Paris, o Programa serve como o marco para a implementação do SWAP com ênfase na realização das metas dos ODMs e na redução da pobreza rural.

Durante a primeira fase do Programa (2009-2011), as actividades contínuas do AASR serão harmonizadas e alinhadas progressivamente com os objectivos e abordagem do Programa. Este processo será facilitado através: 1) da capacitação institucional extensiva para apoiar a descentralização da planificação, da implementação, da gestão e da monitoria das actividades e das instalações do AASR; 2) da promoção e do apoio ao uso de sistemas comuns de planificação, orçamentação, relatório e monitoria; e 3) da melhoria da qualidade dos sistemas nacionais de planificação, orçamentação, gestão financeira, procurement e monitoria no subsector do AASR.

As actividades do Programa apoiarão e serão apoiadas através de: 1) Parceria de Ajuda ao Programa (PAP); 2) Política da Água; 3) Plano Estratégico do AASR; 4) SWAP do sector para melhorar a coordenação e a comunicação; e 5) Fundo Comum do AASR como canal de ajuda ao subsector do AASR.

Os elementos principais do Programa podem ser representados por quatro pilares apoiados por três fundações conforme se apresenta Figura 2.1 abaixo.

**Figura 2-1 Elementos do programa**



Três dos quatro pilares já estão bem estabelecidos e funcionais. O PAP é um instrumento estabelecido para planificação, financiamento, monitoria e avaliação do PARPA II. O PAP facilitou a preparação de um Código de Conduta - CdC para o sector das águas e uma versão de um Memorando de Entendimento - MdE para um fundo comum AASR. A política do sector e a estratégia AASR já foram elaboradas. O pilar, coordenação e dialogo aberto, melhorará a credibilidade e a confiança entre as partes interessadas a todos os níveis.

O quarto pilar, modalidades de financiamento requer mais elaboração do MdE para o fundo comum do AASR e a sua consideração pelo Governo e pelos parceiros do desenvolvimento, incluindo as ONGs importantes a nível provincial, e/ou distrital. O Fundo Comum será um mecanismo importante, mas não o único no sub-sector AASR. O funcionamento das modalidades de financiamento são detalhadas no capítulo 4, anexo 4 e no próprio MdE.

É importante que as actividades, incluindo as planificadas e realizadas pela sociedade civil e o sector privado estejam de acordo com as políticas, estratégias relevantes e com os procedimentos de planificação, monitoria e procedimentos. Para isso, os acordos bilaterais existentes e as actividades planificadas e a decorrer serão analisadas e, onde for possível, revistas para alinhá-las com as abordagens e procedimentos do Programa. Espera-se que os MdEs e acordos bilaterais entrados em vigor após o início do Programa estejam de acordo com os objectivos, abordagens e procedimentos do Programa.

As futuras actividades do AASR estarão na máxima extensão possível no plano e no orçamento e, quando possível, usar o Fundo Comum do AASR, que representa o grau máximo de concordância com os sistemas e procedimentos nacionais. No fim da Fase I em 2011, espera-se que as actividades AASR estejam em concordância com os princípios e abordagens do Programa. Este processo será estreitamente monitorado, reportado e analisado durante a Fase I.

A Figura 2-2 abaixo mostra as modalidades que representam vários graus de concordância com os sistemas nacionais. Estas modalidades são descritas com maior detalhe no capítulo 4, anexo 4 no Manual de Operações do Programa.

**Figura 2-2**

**Figura 2-2 Modalidades de Financiamento e Graus de Alinhamento do PNAASR**

Modalidades de Financiamento de Investimento e Graus de Alinhamento do PNAASR				
	Categorias	Financiamento a Nível Distrital	Financiamento a Nível Provincial	Financiamento a Nível Nacional
Uma Modalidade de Financiamento	Na CUT No eSistafe			Fundo Comum AASR
Um Sistema Financeiro	No SISTAFE	Apoio ao Orçamento Distrital, seguindo os procedimentos do País	Apoio ao Orçamento Provincial, seguindo os procedimentos do País	Fundo Comum de AASR com <i>No-objection</i> dos doadores em algumas categorias
Um Plano Um Orçamento	No SISTAFE	Apoio ao Orçamento Distrital sem seguir os procedimentos do País	Apoio ao Orçamento Provincial sem seguir os procedimentos do País	Financiamento Paralelo à UIPs/AIPs capturado pelo PES Nacional e PAI
Um Mecanismo de PMR e PAF	No Plano No Orçamento Externo	Financiamentos Indirectos aos AIPs/ONGs capturadas pelo PESOD	Financiamentos Indirectos às UIPs/AIPs capturadas pelo PES Provincial	
Directivas e Prioridades Únicas para o Sector	Na Planificação, Fora do Orçamento	As Actividades/Projectos de Água Rural e Saneamento actualmente em implementação que não estão harmonizados com as Directivas e Estratégias do PNAASR, serão harmonizados durante a Fase I e incluídos na Planificação e Prestação de Contas Anual Distrital ou Provincial		

UIP= Unidade de Implementação de Projecto  
AIP= Agência de Implementação de Projecto

## 2.3 Estratégias do Programa

As estratégias do Programa estão estreitamente relacionadas e apoiam a realização dos objectivos imediatos do Programa. As estratégias são apresentadas na tabela 2-2, justificadas no texto seguinte e detalhadas no Capítulo 5.

**Tabela 2-2 Objectivos e Estratégias do Programa**

Objectivo de Desenvolvimento	Objectivo Intermediário	Objectivo Imediato	Estratégias
Contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e lutar contra a pobreza rural, através do aumento do uso e do acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento	Aumentar o acesso sustentável ao abastecimento de água e ao saneamento em pelo menos 70% e 50% da população rural em 2015, respectivamente.	1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade dos serviços do AASR.	1. Diminuir os custos das infra-estruturas e aumento da qualidade 2. Aumento do impacto das actividades do PEC 3. Incentivar pacotes de negócios para o sector privado 4. Marketing social, PEC, PEC zonal, equidade direccionada ao género e à pobreza 5. Reforço da capacidade de supervisão 6. Rectificar os desequilíbrios na cobertura 7. Dar apoio pós construção
		2. Alargar o leque de opções tecnológicas e de modelos de gestão.	8. Promover a experiência de novos modelos de tecnologias, serviços e gestão 9. Aplicar PP a nível distrital e local
		3. Descentralizar e fortalecer as instituições e os recursos humanos do subsector.	10. Apoiar o ambiente favorável e a capacitação institucional para a planificação, gestão e monitoria a todos os níveis 11. Dar AT, formação e outro apoio
		4. Fortalecer a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização.	12. Apoiar a planificação, orçamentação e monitoria da base para o topo 13. Apoiar o fluxo de informação correcta e útil 14. Promover o uso do Fundo Comum AASR e os sistemas nacionais para a planificação, orçamentação, procurement e gestão financeira

- (1) Criar novos mecanismos de finanças e pacotes/contratos de negócios: Como está sublinhado no Plano Estratégico AASR (o PESA-ASR) a qualidade do trabalho e a prestação atempada são críticos para o aumento da cobertura sustentável no subsector AASR. Para aumentar a eficiência na prestação de serviços e melhorar a qualidade dos produtos, renovar contratos baseados no desempenho, serão promovidos a formação e entrada de novas empresas e parcerias entre empresas do tipo *joint ventures*. Isto permitirá que novas empresas mais pequenas com poucos recursos tenham acesso à capital, equipamento, conhecimento e habilidades, assim como melhorem as suas capacidades de implementação, planificação e gestão.

Inspecções independentes e fiscalização, estudos geofísicos, assim como a colecta e análise de informação sobre águas subterrâneas, desempenho de bombas manuais e a gestão e desempenho de pequenos sistemas de água rurais também serão apoiados.

Estudos a realizar pela DNA, ASNANI, MCC, UNICEF, WSP, WASHCost e outros apoiarão o programa proporcionando informação fidedigna de base sobre capacidade, custos e padrões de desempenho e identificando formas de aumentar a capacidade, custo eficácia e a qualidade dos serviços e sistemas do subsector AASR.

- (2) Melhorar o impacto do PEC: Como fora indicado pelo DFID, “a mudança eficaz de comportamentos (incluindo a adopção de práticas de higiene e investimento e uso de latrinas) leva tempo; os programas a longo prazo são mais eficazes que os projectos a curto prazo”<sup>13</sup>. O programa apoiará a transferência gradual entre PEC e o PEC zonal para a mobilização da comunidade, a formação para O&M, a gestão melhorada das fontes de água, a promoção da higiene e saneamento, usando estratégias de marketing social e desenvolvimento de negócios. O PEC e o PEC Zonal apoiarão a escolha consciente e a demanda eficaz nas comunidades para conseguir o saneamento total e O&M eficaz das infra estruturas. As actividades do PEC serão realizadas pelas ONGs e o sector privado engajado pela DPOPH-DAS ou pela Administração Distrital.

O PEC e o PEC Zonal encorajará os empresários e artesãos locais a envolverem-se no fornecimento de serviços de água e de saneamento. Mensagens promocionais como as 4Ps de marketing social: Produto, Preço, Local (*Place*) e Promoção sublinharão a conveniência, segurança, situação e disponibilidade, em complemento às mensagens de higiene e saneamento. Artesãos locais e centros de demonstração de saneamento a nível distrital serão apoiados para promover a aceitação e o investimento pelas comunidades e agregados familiares das infra estruturas de abastecimento de água melhorada e de saneamento, peças sobressalentes, lavadouros, etc.

- (3) Enfoque na Pobreza e na equidade de género: O mapeamento a nível distrital e local durante os estudos de base e o envolvimento da mulher na tomada de decisão serão apoiados e encorajados, especialmente na planificação participativa do distrito e nos comités de água e saneamento. Serão feitos esforços específicos para garantir que as mulheres participem nas actividades. A monitoria dos indicadores e relatórios conterão informação desagregada por género.

As áreas pobres e de baixa cobertura serão identificadas durante os estudos de base e a planificação distrital participativa identificarão as localidades prioritárias devido à sua localização, capacidade fraca ou falta de disponibilidade.

Isto requererá uma abordagem flexível que permita às comunidades identificarem soluções aceitáveis localmente para os mais limitados à contribuir. As comunidades serão encorajadas a subsidiar os grupos mais pobres e vulneráveis e a usar os mecanismos tradicionais de apoio social. O governo local

---

<sup>13</sup> *Sanitation Policy Background Paper*, DFID, 2007

será encorajado a usar os fundos de desenvolvimento para promover o uso produtivo da água para aumentar a capacidade dos mais pobres em contribuir para os custos de capital e de O&M das fontes melhoradas.

As comunidades serão encorajadas a identificar opções ajustadas às mulheres e aos grupos mais pobres e vulneráveis, tais como, contribuir em prestações, em trabalho ou em espécie. A participação das mulheres e dos mais pobres na escolha e concepção das instalações também promoverá soluções apropriadas para os mais pobres.

- (4) Promover a experiência de novos modelos de tecnologias, serviços e gestão: O programa apoiará o desenvolvimento e a promoção de diversas tecnologias de abastecimento de água e desenhos de latrinas, incluindo desenhos de bombas manuais, perfurações, bombas movidas a energia solar eólica, captações de água de chuvas<sup>14</sup>, latrinas ecológicas e uso de equipamentos de perfuração de pouco peso. As especificações para estas tecnologias serão apresentadas nos manuais preparados pela ou para DNA, manuais dos fabricantes ou manuais elaborados durante a experimentação de novas tecnologias.

Como foi sublinhado no PESA-ASR, a falta de peças sobressalentes de bombas manuais e pequenos sistemas é crítica para a sustentabilidade dessas infra estruturas. O fornecimento de sobressalentes e serviços de reparação devem estar tão próximos dos consumidores finais quanto possível. Quer as peças sejam localmente fabricadas, quer sejam importadas, a cadeia de fornecimento desde o fabricante aos prestadores de serviços locais, deve prestar produtos e serviços acessíveis.

Para resolver esta questão, serão identificadas e promovidas cadeias de fornecimento eficazes para fornecer produtos e serviços que correspondam às expectativas<sup>15</sup> dos clientes no que respeita à disponibilidade, à acessibilidade, à qualidade e à entrega atempada das peças e serviços. Estas questões serão resolvidas durante a introdução e promoção de novos produtos e tecnologias.

A DNA promoverá o engajamento do sector privado e as ONGs na testagem e expansão das novas tecnologias, fornecimento de peças sobressalentes e serviços de reparação e incrementar a capacidade para realizar estudos geofísicos, perfuração e outros serviços relacionados com águas.

O Programa promoverá a criação dos seguintes elementos de cadeias eficazes de fornecimentos: 1) Geração da procura; 2) Fluxo de informação atempada; 3) qualidade, acessibilidade e responsabilidade pela procura de produtos e serviços e 4) pacotes de negócios.

Para facilitar o procurement, a construção, a supervisão e a garantia de qualidade, o Programa apoiará a preparação e a distribuição de uma lista de bombas manuais certificadas, peças sobressalentes e equipamento de perfuração de fabricantes e fornecedores locais, nacionais e internacionais.

Uma leque de modelos de gestão para fontes dispersas e pequenos sistemas será identificada e divulgada, para incluir modelos baseados na comunidade e o sector privado, ou uma combinação destas. Estes modelos são descritos com maior detalhe nos manuais preparados pela DNA e pela ASNANI<sup>16</sup>.

- (5) Aplicar o Princípio de Procura na planificação distrital e local: O Programa promoverá e apoiará adaptar o PP na planificação distrital e local. De acordo com a PESA-ASR, a aplicação prática do PP não tem sido muito bem compreendida, particularmente a níveis distrital e local. Esta situação é exacerbada pelo actual processo de descentralização que impõe responsabilidades e demandas maiores aos distritos e às instituições e organizações locais.

Como é citado nas directivas do Banco Mundial para fundos sociais<sup>17</sup>, o PP é um contínuo que vai desde a tomada de decisões pela comunidade em forma isolada; a opção consciente com a ajuda de um facilitador externo; até à participação das comunidades na planificação distrital através de órgãos

---

<sup>14</sup> As tecnologias mencionadas são apresentadas e descritas nos Manuais Técnicos (MIPAR), DNA 2003.

<sup>15</sup> *Creating successful private sector supply chains: A resource guide for rural water and sanitation practitioners*, Anthony Oyo. WSP-Banco Mundial, 2001

<sup>16</sup> *Implementação das Modalidades de Gestão dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água.*, DNA, 2006

<sup>17</sup> <http://web.worldbank.org/website/external/topics/extsocialprotection>

representativos onde eles identificam e priorizam as necessidades e as soluções de acordo com os seus recursos, capacidades e preferências.

Entre as vantagens de utilizar o PP na planificação distrital estão as seguintes:

- Participação mais inclusiva, de base alargada e eficaz, o que melhora a qualidade dos serviços enquanto que reduz as barreiras à participação da mulher, dos mais pobres e dos grupos mais vulneráveis no desenvolvimento;
- Maior qualidade dos planos e investimentos subsequentes através do envolvimento de uma série mais vasta de partes interessadas, pontos de vista e recursos;
- Maior envolvimento do governo local como um participante activo na planificação, gestão e financiamento das actividades do AASR.

todas elas contribuindo para melhorar a qualidade e a sustentabilidade dos serviços e das instalações.

Como tem sido demonstrado nos últimos 10 anos de implementação do PP, este implica uma mudança no papel do governo para um papel de facilitador cujas políticas, estratégias e recursos criam um ambiente favorável para os outros actores desempenharem papéis mais amplos e eficazes na prestação de serviços. Estes novos papéis não têm significado menos responsabilidade ou menos trabalho para o governo, uma vez que os papéis de gestão, estabelecimento de padrões, supervisão, monitoria e o de fazer cumprir a lei têm precisado de ser expandidos e continuamente fortalecidos. Actualmente, com o processo de descentralização deve ter um enfoque particular aos níveis da governação local.

O Programa apoiará a adaptação do PP na planificação distrital através da capacitação institucional e da formação, preparação de manuais apropriados, apoio à criação de cadeias de fornecimento e outros meios.

- (6) Apoiar um ambiente favorável e a capacitação institucional: Será feita a capacitação institucional e a formação a níveis nacional, provincial, distrital e local e incluirá os sectores público e privado, assim como a sociedade civil e as comunidades. A nível nacional, a capacitação institucional terá o enfoque na planificação, na gestão, no procurement, na monitoria, na concepção da base de dados e na gestão dos dados. A níveis provincial e distrital, a capacitação institucional terá o enfoque na adaptação do PP na planificação distrital para melhorar a prestação de serviços, na supervisão, na garantia da qualidade, na monitoria e na prestação de contas.

O Programa encorajará o uso de artesãos locais para a construção de latrinas e para a reparação e reabilitação das fontes de água e outros produtos de água, higiene e saneamento.

O sector privado e as ONGs realizarão a construção e darão assistência técnica a níveis nacional, provincial, distrital e local. O Programa apoiará o uso de estagiários, assim como formação no trabalho, para atrair pessoas para trabalharem no subsector. Os contactos com as instituições de formação de níveis médio e superior encorajarão os alunos e os graduados a realizarem pesquisa e trabalho académico sobre o abastecimento de água rural.

- (7) Planificação inclusiva da base para o topo: O Programa apoiará a preparação e a actualização dos planos directores provinciais de AASR assim como a criação do GASs a nível provincial e foros de água e saneamento a nível distrital.

Serão encorajados a coordenação, a comunicação e a troca de experiências apoiando a criação de GASs a nível provincial. Os GASs provinciais e os foros distritais de água e saneamento incluirão os comités de água e os operadores, as ONGs, o sector privado e outras partes interessadas. Estes foros

ajudarão a garantir que todas as actividades da água e saneamento sejam identificadas e capturadas na planificação distrital para ter uma apreciação mais correcta dos recursos e da cobertura.

A elaboração dos planos distritais de AASR como componentes dos planos de desenvolvimento distritais será apoiada iniciando pelos distritos onde existem projectos actuais de abastecimento de água e saneamento rural. Os planos distritais de AASR compreenderão os compromissos e actividades dos parceiros de desenvolvimento, das ONGs, do sector privado e outros. Os planos distritais de AASR também darão informação para a planificação provincial anual e a médio prazo. Nas províncias onde os planos directores foram concluídos, os planos distritais servirão para validar e/ou actualizar esses planos.

O Programa apoiará as análises técnicas periódicas os estudos sobre o valor pelo dinheiro que incluem não só uma avaliação do desempenho em relação aos indicadores do QAD e do AQL, CdC do SWAP e compromissos do Fundo Comum AASR, mas também identificam as melhores práticas e constrangimentos da planificação e implementação eficazes do Programa a todos os níveis.

### 2.3 Escopo e Conteúdo do Programa

O Programa será implementado em todas as províncias no país<sup>18</sup>, inicialmente em duas fases de 2009 a 2015, da seguinte forma: a Fase I: 2009 – 2011 e Fase II: 2012 – 2015. A Fase II pode ser estendida ou seguida de fases adicionais, desde que haja suficiente necessidade/demanda e haja interesse e apoio do Governo e dos parceiros de desenvolvimento.

O Programa apoiará os quatro objectivos imediatos através das componentes e das actividades associadas apresentadas na tabela 2-3 abaixo:

**Tabela 2-3 Componentes e Actividades do Programa – Fase I**

<b>Componente 1 – Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade</b>	
1.1	Aumentar a capacidade, a qualidade e o fornecimento atempado de perfuração e serviços relacionados através processos públicos e de parcerias do tipo <i>joint ventures</i> com fornecedores locais de bens e serviços para 7.600 fontanários rurais
1.2	Construir instalações sanitárias nas escolas e centros de saúde
1.3	Reparar/reabilitar instalações de abastecimento de água viáveis a nível distrital
1.4	Promover o saneamento total dirigido pela comunidade para construir até 160.000 latrinas melhoradas acompanhadas pela promoção da higiene nos agregados familiares e nas escolas
1.5	Aumentar a eficácia e a eficiência do PEC e utilizar o marketing social e a promoção da higiene para aumentar a demanda de serviços, as colectas de taxas da água e melhorar o O&M
<b>Componente 2 – Alargar a série de opções técnicas e de modelos de gestão</b>	
2.1	Testar, promover e adoptar tecnologias alternativas para níveis de água subterrâneas superficiais e profundas
2.2	Usar serviços eficazes de manutenção e reparação e dar apoio pós construção para melhorar as instalações
2.3	Promover a criação de cadeias eficazes de fornecimento de bens, peças sobressalentes e serviços de reparação e apoio pós construção para as comunidades
2.4	Priorizar para a implementação os distritos e localidades com a cobertura mais baixa e pobreza mais elevada que satisfizerem os critérios de prontidão

<sup>18</sup> O escopo do Programa inclui todas as áreas rurais excepto as 63 vilas urbanas classificadas como tal pelo INE, áreas peri-urbanas, pequenas cidades, empresas comerciais/industriais e desenvolvimentos habitacionais.

<b>Componente 3 – Descentralizar e fortalecer as instituições e os recursos humanos</b>
3.1 Promover a SWAP AASR e o Fundo Comum a níveis nacional, provincial e distrital com procedimentos concordantes com as políticas, estratégias, instrumentos e procedimentos do Governo.
3.2 Coordenar, partilhar informação e promover a participação das partes interessadas, incluindo a sociedade civil, nas revisões anuais e semestrais, na planificação e na implementação da SWAP AASR
3.3 Advogar a mobilização de recursos do GdM, dos parceiros de desenvolvimento e do sector privado
3.4 Capacitar o sector privado local para a construção de instalações de abastecimento de água e saneamento
3.5 Fazer a capacitação institucional contínua, particularmente dos governos locais, da sociedade civil e do sector privado a todos os níveis
<b>Componente 4 – Fortalecer a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização</b>
4.1 Implementar os planos da AASR distrital com recursos descentralizados, incluindo o Fundo Comum, PPF e outros recursos governamentais e não governamentais
4.2 Elaborar/actualizar os planos directores AASR e os planos AASR distritais
4.3 Promover, implementar e monitorar a planificação distrital e local participativa
4.4 Operacionalizar a SINAS e as base de dados relacionadas a níveis nacional, provincial e distrital
4.5 Realizar revisões conjuntas, avaliações e auditorias do sector e implementar as decisões

## 2.4 Acções Preparatórias para o Arranque e Implementação do Programa

Um quadro de incentivos constitui uma parte integrante da concepção do Programa e consiste de objectivos, metas, marcos, produtos, financiamento e outros insumos ligados, apoiados por instrumentos formais como acordos de ajuda, CdC e MdEs e actividades específicas tais como, supervisão, monitoria, análises e auditorias. Dão-se outros incentivos através do uso de contratos baseados no desempenho. Do mesmo modo, serão usados desincentivos para os prestadores de serviços, distritos e comunidades com mau desempenho.

Se o Programa é oferecer os benefícios esperados e servir como um condutor eficaz da reforma no subsector AASR, os seus gestores e implementadores precisam de ter a capacidade necessária, recursos e instrumentos para apoiar a implementação eficaz do Programa. Para dar incentivos para orientar o Programa e garantir a “qualidade na entrada”, é necessário concluir certas acções prévias antes do arranque do programa. Três conjuntos de acções foram identificadas: 1) Acções prévias para o arranque/eficácia do Programa, 2) Acções prévias para a Implementação do Programa e, 3) Resultados que facilitarão a transição para a Fase II.

### 2.4.1 Acções para o arranque/eficácia do Programa

As acções “de prontidão” na lista abaixo terão lugar principalmente a nível nacional e provincial e serão realizadas pela DNA, parceiros de desenvolvimento e pela DPOPH.

#### Pelo GdM/DNA/DPOPH

- Concluir as consultas aos parceiros a níveis nacional e provincial
- aprovar o Programa DNA, MOPH, MPD, MdF e DPOPHs devem aprovar o Programa
- Fazer a Revisão Conjunta e avaliações do Programa concluído com sucesso
- Preparar e aprovar o Cenário Fiscal para 2009-11

- MPD, MdF e Assembleia da República devem ajustar e aprovar o Plano de Implementação Anual (PIA) e o orçamento para 2009 para incluir as acções e os recursos do Programa Anual
- O GdM e os parceiros de desenvolvimento interessados devem assinar o MdE para o Fundo Comum AASR
- Acordar com os parceiros de desenvolvimento as alocações anuais e a médio prazo
- Identificar o Coordenador do Programa e colocá-lo na DNA
- Nomear o Comité de Coordenação do Sector e o secretariado e realizar da sessão inaugural
- Estabelecer novos acordos/MOUs com os parceiros, consistentes com as abordagens do Programa.
- Analisar e corrigir os acordos bilaterais existentes para terem consistência com as abordagens do Programa onde for viável.
- Criar uma UGEA na DNA e implementá-la progressivamente
- Operacionalizar o E-SISTAFE na DNA-DAF com outros departamentos com acesso como utilizadores
- Conta atribuída ao DES
- Criar a unidade de saneamento Rural criada no DES a nível central e criar o DAS a nível provincial
- Aprovar o Plano para implementação do SINAS progressivamente
- Imprimir o Documento do Programa PNAASR e o Manual de Operações e distribuir às partes relevantes a níveis Nacional, provincial e distrital

#### Pelos parceiros de desenvolvimento

- Fazer avaliação(ões) conjuntas do Programa concluído com resultados positivos
- Concluir as avaliações/análises
- Apresentar e discutir o Programa com o Grupo Central do Sector das Águas PNAASR
- Aprovar o Programa PNAASR
- Os parceiros de desenvolvimento participantes devem assinar o Código de Conduta do Sector das Águas
- O GdM e os parceiros de desenvolvimento devem concluir e assinar o Fundo Comum AASR MdE
- Acordar as alocações anuais e a médio prazo do subsector
- Os novos MdEs e acordos bilaterais devem ser consistentes com os Princípios e abordagens do Programa

#### **2.4.2 Acções para a prontidão da implementação**

Uma vez concluídas as acções preliminares, ou concluídas substancialmente, o Programa será considerado como estando em vigor. As acções seguintes a serem concluídas são as relacionadas com a prontidão para começar com as actividades de implementação a todos os níveis. Estas acções ocorrerão em dois cenários a saber: (1) nas “novas”províncias , distritos/áreas/localidades onde não há grandes actividades de implementação; e (2) nos distritos/áreas/localidades com actividades do AASR contínuas ou planificadas.

Depois do *workshop* inaugural e de terem sido analisados, revistos e distribuídos os manuais de operação e de implementação, terão lugar simultaneamente outras actividades para a prontidão da implementação nas províncias e nos distritos. Nas áreas com actividades contínuas ou já planificadas para além de meados de 2009 e de modo a não interromper ou a atrasar estas actividades, as acções para a prontidão abaixo mencionadas serão consideradas como metas a serem alcançadas substancialmente até ao início de 2010. Para as novas áreas onde a planificação começar depois do início do Programa, serão aplicadas estas acções.

As despesas para as actividades acima e abaixo mencionadas já planificadas/orçamentadas que são exigidas para satisfazer os critérios de prontidão do Programa podem ser feitas a partir dos recursos do Programa.

### A Nível Central

#### Preparação:

- *Workshop* inaugural para as partes interessadas nacionais e representantes provinciais realizado;
- Manuais importantes para garantir a consistência das abordagens e a disseminação do Programa analisados e revistos;
- A DNA avalia/verifica a prontidão para a implementação do Programa nas províncias de acordo com os critérios acordados (ver as acções ao nível provincial abaixo indicadas).

#### Libertação de Fundos/*Procurement*:

- Plano do *procurement* para o primeiro pacote de bens, obras e serviços preparado e aprovado;
- Contratos modelo/padrão para estudos geofísicos, perfuração, fornecimento de bombas manuais, promoção da higiene e do saneamento (PEC/PEC Zonal), assistência técnica e serviços associados aprovados pela DNA e DPOPH e, onde for necessário, pelos parceiros de desenvolvimento.
- Proposta de documentos para o próximo pacote de contratos para bens, obras e serviços, incluindo a assistência técnica e a apresentação de pedidos de interesse preparada;
- Conta Forex do RWSS, CUT multi-moeda e orientações para o orçamento provincial do AASR estabelecidos e operacionais;
- Parceiros do Programa usando os procedimentos acordados e os mecanismos de financiamento libertam primeira tranche de fundos;
- Primeira tranche de fundos para a DNA, as DPOPHS e os distritos importantes para satisfazer as despesas e as obrigações contratuais para os próximos seis meses libertadas e disponibilizados.

### A Nível Provincial

#### Preparação e planificação:

- *Workshop* inaugural para as partes interessadas provincial/distrital realizado;
- Novos MdEs com os parceiros de desenvolvimento importantes são consistentes com as abordagens, funções e requisitos do Programa;

- MdEs/acordos existentes analisados para se ajustarem às abordagens e aos requisitos do Programa e emendar onde for exequível;
- Planos Directores Provinciais do AASR concluídos/actualizados e analisados/aceites pela DNA e usados pela DNA e parceiros de desenvolvimento importantes;
- Actividades do Programa dos orçamentos e fundos anuais alocados para o primeiro ano em conformidade com os procedimentos acordados descritos no Manual de Operações do Programa e os MdEs importantes;
- O pessoal das DPOPH-DAS importantes no uso do Manual de Operações do Programa formado, manuais de implementação revistos, incluindo a planificação, o procurement, a gestão financeira, a monitoria e o relatório;
- Acordos com os distritos participantes para definir as funções e as responsabilidades para as actividades de implementação feitas;
- Conformidade do distrito relativamente aos critérios da prontidão para a implementação avaliada/verificada.

#### Libertação de Fundos/*Procurement*:

- Orçamento anual e plano do *procurement* aprovados;
- Fundos para cobrir as despesas e as obrigações contratuais para os próximos seis meses requeridos, recebidos;
- Documentos pedidos para o primeiro pacote de contratos preparados e aprovados;
- Manifestação de interesse pela prestação de serviços e fornecimento de bens para o primeiro pacote para o procurement anunciada e recebida, e capacidade dos prestadores de serviços avaliada.

#### A nível dos Distritos

##### Preparação e planificação:

- Acordos de implementação/MdEs com as DPOPH-DAS e parceiros de desenvolvimento, incluindo as funções e responsabilidades específicas das ONGs, incluindo a gestão pós-construção, o apoio técnico e as cadeias de fornecimento a assinar. Este acordo inclui o compromisso de apoiar e promover contribuições para as despesas com capital específico para equipamento e taxas da água que cubram pelo menos as despesas<sup>19</sup>;
- Actividades e despesas do Programa incluídas nos planos de médio prazo e anuais e nos orçamentos;
- Cumprimento dos critérios da prontidão para a implementação pelas localidades/aldeias avaliado/verificado.
- Acordo de implementação com localidades/aldeias seleccionadas em conformidade com os procedimentos e formatos usados no Manual de Operações do Programa a assinar.

---

<sup>19</sup> Estes requisitos também serão aplicados nas instalações de abastecimento de água a começar na ou antes da data em que for conferida formalmente a posse desses equipamentos.

#### Libertação de Fundos/Procurement:

- Orçamento anual e plano para o procurement que incluem as actividades do AASR aprovados.
- Fundos para cobrir as despesas e as obrigações contratuais previstas para seis meses pedidos e disponibilizados;
- Pessoal relevante formado em e capaz de aplicar as orientações para o procurement público;
- Documentos pedidos para o primeiro pacote de contratos preparados e aprovados;
- Manifestação de interesse pelo fornecimento do primeiro pacote de serviços, trabalhos e bens anunciada, respostas recebidas e capacidade dos respondentes avaliada.

#### Recursos Humanos:

- Funcionário das finanças/contabilista para ser responsável pelos fundos do AASR designar;
- Funcionário técnico entre o pessoal existente para ser responsável pela supervisão da construção a designar.
- Pessoal relevante do distrito formado em procedimentos de implementação, incluindo planificação, orçamentação, procurement, supervisão, gestão financeira, monitoria e relatório.

#### Localidades/Aldeias

- Assinar um acordo com a administração do distrito que inclua os princípios das contribuições para as despesas com o capital e taxas da água permitindo o acesso aos locais durante os estudos e a construção, a concessão de terra para as instalações de fornecimento de água e, onde for necessário, criar uma zona de protecção à volta das fontes de água a assinar;
- Participar no e aprovar o plano de implementação das actividades do RWSS, incluindo a escolha de tecnologia, do local para as instalações, do modelos de gestão e das estruturas em cadeia de abastecimento de água;
- Assinar acordos/contratos para o fornecimento de ferramentas, equipamento, peças sobressalentes e serviços de manutenção e de reparações maiores;
- Mobilizar e pagar a contribuição para as despesas de capital acordadas para instalações de abastecimento de água;
- Criar organizações comunitárias e eleger funcionários de acordo com os procedimentos descritos no Manual de Operações do Programa;
- Identificar artesãos/guardas/mecânicos para formação locais;
- Adoptar um plano e orçamento de operação e manutenção que incluam taxas de água que cubram todas despesas de O&M usando os princípios e os procedimentos descritos no Manual de Operações do Programa e actualizá-los pelo menos uma vez por ano para reflectirem as despesas reais.

As despesas para as actividades acima e abaixo mencionadas já financiadas e em curso na altura da efectivação do Programa e que são exigidas para satisfazer os critérios da prontidão para a implementação pode ser cobertas pelos recursos do Fundo Comum do RWSS.

### **Acções Intermediárias (durante o Ano 1)**

- Na altura da Análise Anual do Sector em 2009, as despesas GdM com os sectores prioritários do PARPA devem ser discriminadas pelo MdF para mostrar as despesas com o abastecimento de água rural e com o saneamento rural como itens separados das despesas.
- No plano e orçamento anuais para 2010, a DNA deve preparar a estratégia, o plano e o orçamento de Pesquisa e Desenvolvimento para apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos.

### **Resultados que facilitarão a transição para a Fase II**

As realizações da Fase I do PNAASR facilitarão a transição para a Fase II:

- Metas da Fase I substancialmente realizadas;
- Planos Directores do AASR para todas as províncias concluídos e/ou actualizados são consistentes com os princípios, os objectivos, as metas e as abordagens do Programa aceites pela DPOPH, DNA e parceiros do desenvolvimento importantes, incluindo as ONGs;
- Planos e orçamentos do AASR Distrital preparados nos distritos onde as actividades do AASR estão a ser implementadas;
- A UGEA e o e-SISTAFE funcionam completamente na DNA;
- O SINAS e as respectivas base de dados estão operacionais, recebem e fornecem informação de e para todas as províncias e distritos;
- Estudo de verificação e estudo do valor pelo dinheiro relacionado à cobertura, utilização e despesas das instalações da Fase I concluído e com resultados satisfatórios;
- Auditoria técnica às infra estruturas construídas durante a Fase I concluída com sucesso;
- Planos e orçamentos da implementação e do procurement preparados para a Fase II;
- Planos e orçamentos provinciais e distritais de implementação para a Fase II aprovados;
- Apreciação(ões) e avaliação(ões) da Fase II concluída(s) com resultados satisfatórios;
- Compromissos financeiros verificados e adequados para satisfazerem as despesas calculadas para a Fase II;
- Análise da operação do Fundo Comum do AASR concluída com resultados satisfatórios.

### **2.5 Hipóteses e Riscos**

As principais hipóteses subjacentes ao Programa incluem o seguinte:

- O Governo aumentará a prioridade e o apoio ao subsector do RWSS, enquanto que os parceiros do desenvolvimento mantêm e progressivamente coordenam e harmonizam o seu apoio;
- O Governo continuará a promover e apoiar a reforma do sector público e a descentralização, incluindo alocações de orçamento e de recursos humanos adequados ao nível distrital;
- A DNA, a DAS e os governos distritais aumentarão a sua capacidade e recursos para serem capazes de cumprir com as suas funções no subsector do RWSS;
- As novas tecnologias, produtos e serviços continuarão a evoluir para responder às condições físicas e às exigências de uma melhor qualidade, desempenho e eficácia nas despesas;

- Os sectores público e privado são capazes de identificar, criar e manter cadeias de abastecimento eficazes de bens e serviços para manter as instalações de abastecimento de água.

Os riscos incluem os fiduciários, o procurement, a sustentabilidade das instalações, a falta de capacidade a todos os níveis, os desastres naturais e os factores ambientais (p.e., degradação, mudança climática, seca prolongada, etc.), assim como os riscos de saúde pública resultantes da falta de atenção pelos factores que afectam a qualidade da água.

Os constrangimentos incluem a falta de vontade do Governo em aumentar o seu financiamento e outro apoio ao subsector do RWSS, a falta de habilidade para atrair e reter pessoal qualificado e falta de ambiente facilitador para o sector privado aumentar a sua função no subsector do RWSS. Os riscos estão apresentados na tabela abaixo indicada juntamente com as medidas que o Programa apoiará na resolução e mitigação dos riscos.

**Tabela 2.4 Riscos do Programa e Medidas de Protecção**

<b>Risco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Medidas de Protecção</b>
<b>Fiduciário e do Procurement</b>	Riscos devidos à gestão da capacidade, dos controlos e das finanças, ao procurement, à gestão do fluxo do dinheiro, à supervisão, à monitoria, aos relatórios e ao cumprimento a todos os níveis.	A DNA terá uma UGEA a funcionar e usará o e-SISTAFE. Serão feitas análises conjuntas do sector, avaliações da Responsabilidade Financeira das Despesas Públicas, auditorias independentes e análises do procurement. Será formado pessoal importante em gestão do fluxo de dinheiro.
<b>Para a sustentabilidade técnica, de gestão e financeira das instalações</b>	Riscos associados à adequação das estruturas e das despesas da tecnologia, gestão e manutenção, à disponibilidade de serviços de reparação e de peças sobressalentes, etc. Prevê-se que este risco diminua durante a Fase I como consequência das medidas de protecção e das actividades de capacitação institucional.	Agências de monitoria independentes comprometer-se-ão em fazer uma declaração de qualidade da implementação do programa, do equipamento e da construção. Será feita a gestão pós-construção e será dado apoio técnico aos distritos e às organizações de gestão do abastecimento de água.
<b>Do ambiente</b>	Riscos relacionados com o impacto da degradação do ambiente, da variabilidade climática, das secas prolongadas e caso graves tais como cheias e ciclones nas fontes de água e instalações de abastecimento de água. Reciprocamente, prevê-se que o abastecimento de água rural tenha um impacto insignificante sobre o ambiente.	A avaliação do risco ambiental será feita como parte da avaliação do recurso água e será acompanhado durante a monitoria pós-construção. Nas áreas vulneráveis das zonas protegidas à volta das fontes de água e de reabilitação ambiental podem ser necessárias medidas de protecção para proteger a qualidade da água e melhorar a sustentabilidade das fontes de água. Instalações de abastecimento de água e de saneamento não serão construídas em zonas propícias a cheias, inundações e/ou intrusão de água salgada.
<b>De saúde pública</b>	A água subterrânea geralmente apresenta padrões de água potável segura. Em algumas zonas a água subterrânea pode conter níveis elevados de salinidade, de nitratos, de fluoretos e outros minerais e pode ocorrer contaminação das fontes durante as cheias ou nos	Será feita a avaliação e a testagem da qualidade da água durante os estudos feitos à partida e pelo contratante para a perfuração dos furos. Depois será feita a monitoria da qualidade da água nas zonas de risco elevado ou problemáticas identifi-

	poços pouco profundos devido ao escoamento vindo das latrinas próximas.	çadas durante os estudos feitos à partida.
<b>Políticos</b>	Riscos associados à mudança na liderança política do governo e às mudanças das políticas, das estratégias e das prioridades. De importância particular é o efeito do ambiente de negócios e a velocidade da descentralização.	GdM é signatário das Declarações de Paris e de Roma, do AOE, dos acordos e do processo de revisão do PARPA, do Código de Conduta, do Acordo do Fundo Comum, dos MdEs bilaterais e dos compromissos acordados para continuar com as reformas políticas (p.e., PSI) que serão monitorados e analisados continuamente.

### **3 Organização do Sector e Gestão do Programa**

Embora as infra-estruturas do abastecimento de água e do saneamento e a prossecução dos ODMs relevantes em 2015 sejam uma grande prioridade para o Governo, ao mesmo tempo representam um importante desafio organizacional, de gestão e de financiamento tanto para o Governo como para as instituições do sector de águas. Isto é particularmente verdade nas áreas de planificação, gestão, procurement, capacidade de implementação e gestão da coordenação e informação a todos os níveis; particularmente a níveis distritais e locais. O sucesso do programa depende em grande medida de como as instituições do sector respondem a este desafio. Este capítulo apresenta e descreve o contexto institucional e estruturas organizacionais do PNAASR.

#### **3.1 Contexto Institucional**

##### **3.1.1 Instituições do Sector Público**

###### **A Nível Central**

Ministério das Obras Públicas e Habitação

O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) é o ministério governamental central para a preparação, aprovação e implementação de políticas, estratégias, planos, programas e projectos ligados ao abastecimento de água e saneamento rural, à gestão de recursos hídricos, as construções públicas, às estradas e ao desenvolvimento urbano e habitacional. O MOPH é constituído pelas seguintes unidades subordinadas:

- Direcção Nacional de Águas;
- Direcção Nacional de Habitação;
- Direcção Nacional de Urbanização;
- Direcção da Economia;
- Direcção dos Recursos Humanos;
- Departamento de Administração e Finanças;
- Inspecção das Obras Públicas;
- Gabinete do Ministro.
- Direcção Nacional de Águas

A Direcção Nacional de Águas (DNA) é uma unidade dentro do Ministério das Obras Públicas e Habitação e é a agência do governo central responsável pelas questões das águas, incluindo o abastecimento de água rural e urbana, pela gestão dos recursos hídricos e pelas questões de água Transfronteiriças.

A DNA tem as seguintes funções principais:

- a) Promover e implementar políticas, planos e decisões relativas ao abastecimento de água potável e saneamento e desenvolvimento de recursos de água;
- b) Fazer avaliações das necessidades de água e recursos a nível nacional, regional, provincial e de base e criar e manter um sistema de informação apropriado;
- c) Promover e implementar estudos, pesquisa e actividades piloto para melhorar a planificação, a gestão, a implementação e o desempenho dos programas e actividades da água;

- d) Promover e gerir os investimentos nos programas, projectos, planos e outras actividades relevantes para melhorar as instalações de água e de saneamento e a infra-estrutura;
- e) Promover a formulação e implementação de legislação, regulamentos e outros instrumentos legais relacionados com a gestão, uso, protecção, qualidade e acordos internacionais das águas.

Na DNA, o Departamento de Água Rural (DAR), o Departamento de Saneamento (DES), a Divisão de Planificação e Controlo (GPC), o Departamento de Recursos Humanos (DRH), o Departamento de Administração e Finanças (DAF) e a Unidade de Gestão do Procurement (UGEA) têm importância particular para a implementação do PNAASR.

Para além da DNA, o sector das águas possui as seguintes instituições autónomas:

- Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG);
- Autoridade para a Normaçoão do Abastecimento de Água (ANAA);
- Agências de Gestão Regional de Recursos Hídricos (ARAs);
- Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento.

### **A Nível Provincial**

A nível provincial, o MOPH opera através das Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPH), dentro das quais os Departamentos de Água e Saneamento (DAS) são responsáveis pelo abastecimento de água rural e pelas actividades de saneamento.

A (DPOPH), através do DAS, é responsável pela planificação, orçamentação, contratação, construção, supervisão e garantia da qualidade assim como pela monitoria, colecta de dados e prestação de contas relacionados com o abastecimento de água rural e saneamento. Além disso, as unidades para estatais conhecidas como EPARs construíram e reabilitaram poços de água superficial e poços abertos à mão. Na Província da Zambézia, a EPAR recebeu dois equipamentos de perfuração em 2002 através da ajuda japonesa e abre furos para clientes privados e ONGs. Decidiu-se recentemente reestruturar ou encerrar as EPARs, mas os seus bens, que em algumas províncias incluem equipamentos de perfuração mecânicos, terão de ser realocados e/ou disponibilizados.

Nas províncias de Nampula e Cabo Delgado o MCC está a planificar realizar um estudo das EPARs. O objectivo principal é elaborar um plano para a possível reestruturação das EPARs nessas províncias, incluindo um plano financeiro e facilitar e gerir a implementação da possível reestruturação. O estudo também examinará o actual preenchimento do quadro de pessoal das EPARs, assim como encontrar formas de resolver os actuais problemas financeiros e de gestão que as EPARs enfrentam.

### **A Nível Distrital**

O governo distrital actualmente é constituído pela administração distrital, as unidades técnicas (serviços) e conselhos consultivos distritais. Estes conselhos aprovam o Estatuto do Distrito e outros instrumentos legais assim como participam na planificação e aprovação das actividades de desenvolvimento. As administrações distritais, operando através dos Serviços Distritais de Planificação e Infra-estruturas (SDPI) e dos Serviços de Saúde, Mulher e Acção Social (SSMAS) são responsáveis pelo abastecimento de água rural, saneamento e promoção da saúde e da higiene.

A estratégia de descentralização do Governo identifica os distritos como pontos focais para o desenvolvimento e atribui fundos de desenvolvimento local descentralizados e apoio técnico para permitir que os distritos desempenhem um papel maior na planificação, implementação, gestão e monitoria das actividades de desenvolvimento. As directivas para a elaboração dos planos de desenvolvimento do Distrito reforçam o papel dos distritos como unidades focais para o desenvolvimento local. As leis actuais permitem a formação de conselhos consultivos locais como ligações entre o público e as autoridades distritais. As leis e regulamentos existentes permitem a formação de foros locais, comités comunitários e fundos de desenvolvimento comunitários.

O Administrador Distrital é responsável pela criação de conselhos consultivos a nível do distrito e a níveis mais baixos, incluindo a nível de aldeia/comunidade. Os novos conselhos incluem os representantes das autoridades comunitárias (chefes tradicionais e/ou secretários) e grupos económicos, sociais e culturais seleccionados pelos conselhos de nível mais baixo e/ou foros. Pelo menos 30% dos membros devem ser mulheres. Estes conselhos podem ir de 30 – 50 membros a nível do distrito a 10 – 20 membros a nível local e espera-se que enfrentem o desenvolvimento local, a infra-estrutura, os serviços sociais e as questões de educação cívica.

Os distritos também trabalham com contratos de pequena escala, fornecedores e artesãos. Actualmente os distritos têm capacidade limitada para planificar, realizar o procurement, supervisionar a construção, gerir os contratos, inspeccionar e aprovar os trabalhos e monitorar o progresso. O Programa, em estreita coordenação com a PPF, apoiará as actividades de capacitação institucional relevantes nestas áreas e áreas relacionadas.

### **3.3 Planificação, Orçamentação e Gestão Financeira do Sector Público**

A Planificação, a Orçamentação e a Gestão Financeira do Sector Público são implementadas através do Sistema Estatal de Gestão Financeira (SISTAFE), criado pela Lei do SISTAFE 9/2002, de 12 de Fevereiro de 2002 e depois criada pela Lei do SISTAFE de Dezembro de 2007. O SISTAFE compõe-se de cinco módulos, que também são elementos principais da Reforma do PFM:

- Organização e preparação do orçamento;
- Contabilidade pública;
- Operações de tesouraria
- Sistema públicos de procurement;
- Controlos internos

O Governo opera sob um sistema de planificação e orçamentação unificado. (O Anexo 4 apresenta uma descrição deste sistema). As actividades do Governo a níveis central, provincial e distrital estão inseridas no Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento de Estado (OE) associado. O PES consolida os planos sectoriais e provinciais que são cada vez mais elaborados com base nos planos distritais.

Para melhorar a exactidão e a inclusão da planificação distrital e provincial, as actividades relevantes das ONGs, do sector privado e outros devem constar e ser incluídas nos planos, orçamentos, na monitoria e actividades de prestação de contas provinciais e distritais. Isto requer procedimentos eficazes de colecta de dados com base no fluxo de informação da monitoria regular e na prestação de contas entre comunidades, distritos, províncias, DNA, Governo, parceiros de desenvolvimento e outros.

O PES e o OE do Governo reflectem as prioridades tal como definidas no Plano Quinquenal do Governo, que desde 2006 é operacionalizado através do PARPA II. Além disso, a elaboração, quer do PES, quer do OE tem em conta as projecções financeiras do Quadro de Despesa a Médio Prazo (QDMP) que oferece o pacote financeiro a médio prazo para todos os programas do governo, assim como a ligação entre os planos e orçamentos anuais e a médio prazo.

A planificação e orçamentação para o sector público são da responsabilidade do Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD) e do Ministério das Finanças (MdF). O MPD é responsável pela supervisão da planificação do sector público em todos os sectores e níveis de governação. O MPD define as directivas de política estratégica através do Plano Quinquenal do Governo, que se baseia no manifesto político do governo, o PARPA, nas políticas e recursos sectoriais e nas projecções de crescimento. O MPD também coordena a planificação a médio prazo e os instrumentos de orçamentação, o PARPA e o QDMP, prepara o PES e os relatórios de desempenho anuais e a médio prazo.

Em princípio, esses planos baseiam-se nos planos anuais de implementação (PAIs) que contêm todas as actividades de um dado sector ou subsector. Estes planos são então consolidados em planos distritais, provinciais e por último num PES nacional. Consequentemente, os seus orçamentos e planos anuais devem ser vistos como uma parte integrante do PES e do Orçamento Estatal, de acordo com o princípio da universalidade orçamental, de modo a que todas as intervenções realizadas a esses níveis sejam inseridas no PES e no Orçamento de Estado.

O Ministério das Finanças é responsável pela elaboração do orçamento anual e pela gestão financeira e procurement públicos. Desde 2006 que o Orçamento de Estado é elaborado com base no pacote geral de recursos definido pelo QDMP e na informação sobre a disponibilidade do financiamento externo. Usando esta informação, o MDF define os tetos orçamentais para as componentes principais para o orçamento de financiamento interno e despesas correntes: salários, bens, serviços etc. Estes tectos são definidos para cada ministério responsável, governo provincial, administração distrital e município e constituem a base para o exercício de planificação e orçamentação anual a esses níveis.

A tabela abaixo mostra a planificação e orçamentação anual e o calendário de análise utilizados pelo Governo e parceiros de desenvolvimento que dão apoio ao Orçamento de Estado (OE) ao abrigo do PAP e que apoiam o PARPA, os SWAPs sectoriais, programas importantes sectoriais e/ou territoriais e outras actividades importantes. Como um programa importante do Governo, o PNAASR seguirá o calendário de planificação, orçamentação e análise mostrado abaixo.

**Tabela 3-1 Calendário Anual de Planificação Orçamentação e Análise**

<b>Mês</b>	<b>Actividade</b>	<b>Responsável</b>
Janeiro	1. Encerrar as contas do ano financeiro anterior 2. Preparar os relatórios do Plano Económico e Social (PES) e da Execução Orçamental (EO)	Instituições do sector das águas do GdM MOPH
Fevereiro	3. realizar a Reunião do Comité de Coordenação do Sector (CCS) 4. Emitir o Relatório de Execução Orçamental	MOPH e Parceiros Ministério das Finanças
Março	5. Realizar a segunda Reunião do CCS para coincidir com a Revisão Anual Conjunta das actividades do Sector do ano n-1 usando os indicadores do PARPA e a análises dos relatórios do PES e EO e outros documentos da DNA, MOPH e Ministério das Finanças	DNA, MOPH, MdF e Parceiros
Abril	6. Realizar a auditoria externa do Fundo Comum AASR no início do ano n-1	MOPH com auditores externos
Maio	7. Comunicação dos Parceiros ao GdM sobre os seus compromissos anuais e multianuais para com o sector 8. Preparar os cálculos orçamentais a nível distrital	Parceiros Distritos
Junho	9. Indicar o pacote orçamental do Ministério das Finanças, i.e., tectos orçamentais para o sector das águas 10. Realizar a terceira reunião do CCS	MdF MOPH e Parceiros
Julho	11. Preparar as propostas do Orçamento do Estado para o sector com alocações nacional, provinciais e distritais. Consolidar o Orçamento a nível central, incluindo quer o financiamento interno, quer o externo	MOPH, DPOPH e administração distrital em consulta com os parceiros,
Agosto	12. Preparar os documentos para a revisão semestral e.g. PES e o orçamento para o ano n+1 13. Realizar a reunião do CCS para preparar a revisão semestral 14. Submeter o Orçamento ao MdF e ao MPD	DNA/MOPH MOPH, DNA e parceiros MOPH
Setembro	15. Realizar a reunião do CCS e a revisão semestral 16. Submeter o Orçamento de Estado ao Conselho de Ministros	MOPH e parceiros MdF
Outubro	17. Preparar o Plano de Implementação Anual	DNA em consulta com os parceiros
Novembro	18. Realizar a sexta e reunião final do ano 19. Eleger da <i>troika</i> 20. Aprovar os relatórios de auditoria para o ano n-1	MOPH, DNA e parceiros MOPH e parceiros CCS
Dezembro	21. Aprovar o Plano Económico e Social (PES) e o orçamento para o ano seguinte	Assembleia da República

### 3.4 Papéis e Responsabilidades

O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), operando através da Direcção Nacional de Águas (DNA), a DPOH operando através do Departamento de Água e Saneamento e as administrações distritais operando através dos serviços relevantes/unidades são responsáveis pela implementação do Programa nos seus níveis respectivos.

#### 3.4.1 Nível Central

A nível central, a DNA, através de um Coordenador do Programa designado pela Direcção da DNA, será responsável pela planificação e implementação da monitoria do Programa. Os principais departamentos da DNA envolvidos na execução do Programa são:

- O Gabinete de Planificação e Controle (GPC) é responsável pela planificação, monitoria e controlo dos programas de desenvolvimento e investimentos sob provisão da DNA. O GPC é responsável pela planificação dos investimentos anuais e a médio prazo e pelas alocações orçamentais para os níveis central, provinciais e distritais do Orçamento de Estado assim como dos recursos externos. O GPC também é responsável pela criação e gestão do Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento (SINAS).
- O Departamento de Água Rural (DAR) é responsável pela promoção e apoio ao abastecimento disponível e sustentável de água para a população rural e pela definição e implementação de políticas, estratégias, directivas, mobilização de recursos e monitoria no subsector de abastecimento de água rural. O DAR também é responsável pela supervisão da elaboração dos planos directores AASR e pela coordenação entre as partes interessadas.
- O Departamento de Saneamento (DES) é responsável pela promoção e monitoria do saneamento nas áreas rurais, urbanas e peri-urbanas e trabalha em estreita ligação com o DAR na orientação, coordenação e monitoria da implementação das actividades de promoção da água e saneamento no Programa.
- O Departamento de Administração e Finanças (DAF) elabora e executa os planos e orçamentos financeiros, recebe, desembolsa e contabiliza os fundos e elabora os relatórios financeiros. O DAF assessora e recebe orientação e aprovações do Departamento de Planificação e Investimento, no MOPH, assim como da Direcção Nacional de Planificação no MPD. O seu trabalho é estreitamente coordenado com o do DAF no MOPH, com o Gabinete Nacional de Contabilidade Pública e com a Direcção Nacional de Tesouraria no MdF.
- A Direcção de Recursos Humanos (DRH) é responsável pelo desenvolvimento institucional e de recursos humanos e pela capacitação institucional incluindo os níveis provincial e distrital. O Programa assistirá a DRH a implementar as actividades de capacitação institucional nas províncias e distritos para apoiar a implementação da descentralização (Veja o Capítulo 6 para mais detalhes).
- A Unidade de Gestão das Aquisições (UGEA) é uma nova unidade a ser criada na DNA que será responsável pela planificação e gestão das aquisições (*procurement*) de bens, trabalhos e serviços utilizando as directivas para as aquisições públicas estabelecidas pelo MdF. A UGEA prestará contas directamente ao Director da DNA.

A implementação do Programa requererá um certo número de adaptações organizacionais importantes, mas necessárias, na DNA, tais como delegar responsabilidade da coordenação do Programa para um membro sénior do pessoal da DNA, criar uma unidade de saneamento rural no DES, introduzir o e-SISTAFE, criar uma UGEA, um Comité Coordenador do Programa e uma Equipa de Implementação do Programa e melhorar a colecta e a gestão dos dados. O Programa apoiará a capacitação institucional e dará assistência técnica para apoiar essas actividades.

### **Outras organizações**

Outras organizações que realizam funções e prestam serviços no sector das águas são:

- O Centro de Formação Profissional de Águas e Saneamento (CFPAS) é um centro de formação profissional e vocacional autónomo para as águas e saneamento. A sua missão é prestar serviços educacionais, formação formal e não formal e actualizações dos profissionais e técnicos do sector de águas e saneamento e dos sectores com ele relacionados. O CFPAS tem a sede em Maputo com delegações na Beira e em Nampula.
- O Centro para a Higiene Ambiental e Exames Médicos (CHAEM) e o Laboratório Nacional de Higiene de Alimentos e Águas (LNHAA) testa a qualidade da água para proteger e melhorar a saúde pública. Em todas as províncias o CHAEM é principalmente responsável pela testagem e análise da água potável à excepção da Beira e de Nampula onde a CHAEM faz exames de laboratório dos alimentos para além da água. A nível distrital e local, a saúde ambiental é tratada pelo pessoal nos centros de saúde.
- A Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições (UFSA), uma divisão do Ministério das Finanças é responsável pela supervisão e qualidade da aquisição pública. A UFSA também planifica e implementa a formação em procedimentos de aquisição para o pessoal do sector público. A UFSA supervisa a operação de aquisição das unidades de aquisição (UGEAs) nos ministérios responsáveis e unidades orçamentais. A UFSA também publica documentos padrão vinculativos para a aquisição pública<sup>20</sup>.
- A Inspeção Geral das Finanças (IGF), realiza e supervisa as auditorias internas às contas anuais dos ministérios, departamentos e agências, incluindo as contas provinciais e distritais e prepara os relatórios de auditoria para as unidades e sectores do Governo. A IGF realiza auditorias periódicas do sector de águas e partilha esses relatórios com os parceiros de desenvolvimento relevantes.
- O Tribunal Administrativo (TA), a instância mais alta nas questões de administração pública, planifica, realiza e supervisa auditorias externas das instituições governamentais, julga os actos administrativos, órgãos ou agentes da autoridade pública, acções de indivíduos ou concessionários, impostos e taxas aduaneiras e zela pelo funcionamento da IGF assim como as disputas da aquisição pública. O TA também analisa e opina sobre os documentos, procedimentos e contratos legais vinculativos relacionados com a aquisição pública.

---

<sup>20</sup> Manual de Procedimentos, Contratação de Empreitada de Obras Publicas, Fornecimento de Bens, Prestação, de Serviços ao Estado, Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições, Ministério das Finanças, 2007

## **Comité de Coordenação do Sector das Águas**

O Comité de Coordenação do Sector das Águas (CCSA), tal como descrito nos Estatutos e Regulamento para o Sector das Águas<sup>21</sup>, será criado na DNA, antes do início do Programa e pode facilitar e apoiar o começo e a implementação do programa, tomar decisões e coordenar os insumos das instituições governamentais e parceiros de desenvolvimento para enfrentar as questões que se levantarem durante a implementação do Programa. Para apoiar o trabalho do CCSA, o Regulamento também recomenda que seja criado um Secretariado na DNA. Para mais informações sobre a composição e funções do CCSA e do Secretariado consulte o Estatutos e Regulamento para o Sector das Águas.

## **Grupo de Trabalho Águas e Saneamento**

O Grupo de Trabalho Águas e Saneamento (GTAS) é um dos cinco grupos de trabalho<sup>22</sup> do Pilar Capital Humano do PARPA. O GTAS é presidido pelo Director da DNA e a participação é aberta, consiste numa vasta série de organizações e indivíduos. É um foro útil para a troca de conhecimento e experiências no sector das águas e espera-se que jogue um papel importante na troca de conhecimento e experiências de relevância para o PNAASR.

### **3.4.2 Função das organizações provinciais e distritais**

De acordo com o princípio da implementação descentralizada, as organizações ao nível provincial e distrital são importantes para a execução com sucesso do Programa e desempenharão as seguintes funções:

- Gerir e justificar os fundos e outros recursos importantes para as actividades do AASR;
- Disseminar e garantir a conformidade com as políticas, as estratégias, os padrões e os procedimentos;
- Preparar os planos e os orçamentos anuais e a médio prazo que reflectam as necessidades e as prioridades locais;
- Planificar, acordar e gerir contratos usando as orientações para o procurement;
- Planificar e participar em actividades de formação e de capacitação institucional;
- Supervisar a construção e garantir a qualidade dos bens, trabalhos e serviços;
- Promover o fornecimento de bombas manuais, de peças sobressalentes e de serviços de reparação através do sector privado;
- Promover e apoiar as ONGs locais, as pequenas empresas e os artesãos, prestando serviços de construção, de manutenção e de reparação;
- Promover a troca de experiências e de boas práticas entre os distritos e comunidades.

Ao nível provincial, o governo provincial através da DPOPH-DAS será responsável pela implementação do Programa. Ao nível distrital, a administração do distrito será responsável pela implementação através das principais unidades responsáveis pelo abastecimento de água, saneamento e saúde. A colaboração com as ARAs pode ser necessária para a avaliação, monitoria e gestão dos recursos em água, da qualidade da água e das questões da poluição, as autorizações para a perfuração e remoção e respectivas questões.

---

<sup>21</sup> Estatutos e Regulamento para o Sector das Águas

<sup>22</sup> Os outros grupos de trabalho são, saúde, educação, mulher, protecção social e habitat.

Ao nível distrital as actividades do Programa será incluídas nos planos estratégicos anuais e a médio prazo. Onde for requerido os distritos serão apoiados na preparação dos planos, dos orçamentos e as actividades de monitoria do AASR em estreita colaboração com a DPFP, os principais parceiros do desenvolvimento e ONGs.

### **3.4.3 Função dos parceiros do desenvolvimento**

Adicionalmente à mobilização e à provisão de fundos, os parceiros do desenvolvimento (PDs) jogam um papel importante apoiando na definição de políticas, na planificação nacional e sectorial, na gestão e coordenação, garantindo o compromisso político e os recursos e apoiando na capacitação institucional.

No subsector do AASR os PDs têm demonstrado um compromisso e apoio consistentes como é evidenciado pelas suas contribuições financeiras e outras, apoio ao Código de Conduta do Sector da Água, apoio ao Fundo<sup>23</sup> Comum do AASR, análises, apreciações e avaliações e participação no Grupo Central e GAS. Os PDs do sector da água estão representados por uma *troika* que constituída por quatro PDs um dos quais é Presidente que é rotativamente substituído anualmente.

O website da ODAMOZ e a base de dados de ajuda ([www.odamoz.org.mz](http://www.odamoz.org.mz)) apoiados por alguns PDs é um instrumento útil para monitorar os compromissos, os fluxos de ajuda e desembolsos feitos pelo sector, a fonte de fundos e a localização geográfica das actividades.

### **3.4.4 Função do sector privado**

A capacidade do sector privado para fornecer produtos e serviços atempadamente e de qualidade é importante para a execução com sucesso das actividades do AASR. O próprio Programa representa um grande local de mercado que dará ao sector privado novas oportunidades de negócios. O Programa encorajará o sector privado, incluindo os pequenos negócios e os artesãos para produzirem e comercializarem uma larga série de produtos e de serviços. Isto incluirá consultorias, estudos geofísicos, perfuração, construção, manufactura e fornecimento de bombas manuais, peças sobressalentes e outro equipamento, formação incluindo formação em exercício, auditoria e outros serviços.

O sector privado será útil em liderar, produzir e comercializar tecnologias alternativas tais como a bomba de corda, as captações para a recolha da água da chuva e as bombas de água movidas pela energia solar ou do vento, desde que estes produtos tenham sido suficientemente testados e aprovados para um uso mais amplo.

Os fornecedores de serviços do PEC ao sector privado ajudarão as comunidades na formação de comités de água e saneamento, na planificação, na escolha de tecnologias e de modelos de gestão, na recolha de fundos, nas acções de O&M e no apoio à gestão e técnico pós-construção às organizações ao nível da comunidade.

Onde a capacidade do sector privado for insuficiente, o Programa apoiará no fornecimento de formação e de capacitação institucional em áreas como concursos, padrões de qualidade, gestão de contrato e fornecimento de peças sobressalentes. O Programa também apoiará a entrada de novos negócios no subsector do AASR e terá contratos para encorajar as parcerias do tipo *joint ventures*, as associações e outras formas de cooperação entre as entidades do sector privado.

---

<sup>23</sup> Os actuais compromissos financeiros de alguns parceiros do desenvolvimento estão apresentados no Anexo 7.

O Programa também apoiará a formação dos artesãos locais que serão encorajados a oferecer serviços para apoiar a construção, operação e manutenção das instalações de abastecimento de água rural e saneamento rural. O Programa também dará oportunidades para o sector privado investir, gerir e operar pequenos sistemas de canalização.

### **3.4.5 Função das ONGs**

Há vários tipos de ONGs que jogam um papel importante no subsector do RWSS: (1) ONGs internacionais com actividades em Moçambique; (2) parceiros moçambicanos de ONGs internacionais; e (3) ONGs locais aos níveis provincial, distrital ou local. Os dois primeiros grupos podem também dar financiamento e assistência técnica directamente às províncias, aos distritos e às comunidades, e implementam projectos e actividades com os seus próprios recursos ou com recursos externos.

As ONGs podem contribuir para o desenvolvimento dos subsector do AASR da seguinte maneira:

- Financiar e assistência técnica para a capacitação institucional para a descentralização da planificação, orçamentação, gestão, supervisão e monitoria ao nível provincial, distrital e local, assim como para a formação e o apoio a ONGs locais/CBOs, pequenas empresas e artesãos;
- Supervisar e/ou realizar as actividades do PEC e criar capacidade de ONGs e OCBs - mobilizando, formando e organizando as comunidades, incluindo apoiando os comités de água e saneamento na mobilização e gestão das contribuições para o capital e as despesas de O&M e na escolha de modelos de gestão e na comercialização de peças sobressalentes e serviços de reparação;
- Implementar as campanhas de Marketing Social e as campanhas de consciencialização para a promoção da higiene e do saneamento, aconselhar, prestar assistência técnica para a criação de centros de demonstração de saneamento, fora sobre água e saneamento no distrito e outras actividades;
- Apoiar na liderança e promoção de tecnologias alternativas e de modelos de gestão;
- Documentar e disseminar as melhores práticas, manuais e outros produtos do conhecimento.

O Programa apoiará a participação das ONGs no SWAP e nas estruturas do fundo comum ao nível nacional, provincial e distrital. As principais ONGs serão convidadas a participar nos foros sobre água e saneamento do distrito e serão encorajados a tornarem-se signatários do Código de Conduta do Sector da Água.

### **3.4.6 Função das localidades e das comunidades**

De acordo com o Principio de Procura - PP, as comunidades serão encorajadas a exporem as suas prioridades e procura de serviços do WSS melhorados, jogarão um papel central nas actividades de planificação participativa distrital e de implementação e escolherão como querem gerir e pagar para pôr todas as instalações a funcionar de tal maneira que os mais pobres e as mulheres sejam beneficiadas.

Está previsto que as comunidades contribuam para as despesas da construção, gestão e manutenção do melhoramentos do WSS através de dinheiro, trabalho e/ou outras contribuições em espécie e assumir a responsabilidade pela posse e/ou gestão e manutenção das suas instalações.

As comunidades farão uma campanha de saneamento total para garantir que os fornecedores de serviços locais promovam tecnologias apropriadas e estruturas financeiras que respondam às realidades culturais e económicas locais para garantir a conformidade com o processo.

Em resumo, prevê-se que as localidades/comunidades:

- Interajam activamente na planificação participativa distrital e com o pessoal do distrito e outros para planificar, implementar e monitorar as actividades do RWSS;
- Providenciem informação sobre a cobertura, níveis de pobreza e outros dados do abastecimento de água e saneamento;
- Identifiquem as necessidades e as preferências em abastecimento de água e saneamento;
- Formem organizações comunitárias;
- Identifiquem e mobilizem agregados familiares para melhorarem as suas instalações sanitárias;
- Aceitem e exerçam a responsabilidade pela O&M das instalações melhoradas;
- Contribuam para as despesas do capital e contribuam com 100% das despesas de operação e manutenção;
- Participar na tomada de decisões relativas à identificação das áreas prioritárias ao nível do distrito, nos planos de AASR ao nível distrital e na selecção dos comités de água e saneamento, à localização das instalações, à escolha da tecnologia, aos modelos de gestão, à colecta e ao uso das taxas de água e respectivos assuntos ao nível comunitário;
- Participar nas actividades de formação e de capacitação institucional.

### **3.4.7 Princípios e quadro legal para a posse e uso das instalações de água**

São necessários princípios claros para a posse, controlo e uso dos recursos e instalações da água para o desenvolvimento e gestão eficientes da água e da infra-estrutura relacionada com a água. Os princípios<sup>24</sup> existentes são os seguintes:

1. Os recursos hídricos estão ao abrigo da lei e são regulados pelo Estado.
2. O Estado pode conceder permissão a indivíduos e empresas para extrair, usar e dispor da água em certas condições e sujeitas a certos limites estabelecidos na autorização e a pagar taxas à autoridade principal.
3. Instalações, equipamento e estruturas associadas a actividades legalmente permitidas ao abrigo do item (2), acima mencionado, podem ser adquiridos e operar por detentor de autorização de confiança ou por agente devidamente designado. Essa permissão pode ser emanada para indivíduos, negócios, instituições públicas ou entidades legalmente reconhecidas. Os furos com bomba manual estão isentos dessa autorização e de taxas. Futuramente os furos com bombas submersíveis ou outras bombas eléctricas podem não estar isentas destas autorizações e taxas.

---

<sup>24</sup> Assistencia Estratégica sobre os Recursos Hídricos em Moçambique, Banco Mundial, 2007

4. O mau uso ou o dano propositado feito a instalações de abastecimento de água ou a recursos/fontes de água pode estar sujeito a multas e a penalizações.

É necessário o quadro legal para a participação da comunidade e capacitar as organizações comunitárias a representarem e agirem no interesse dos membros da comunidade em assuntos como compromissos obrigatórios com as autoridades públicas e entidades privadas, colectando e gerindo fundos, operando com a conta bancária, fazendo compras e pagamentos e fazendo acordos com os governos locais, negociantes, fornecedores, contratantes e outros.

Duas leis, a Lei 15/2000, de 20 Junho de 2000, que define as autoridades comunitárias e as suas relações com as entidades do Estado e a Lei 8/91 de 18 Julho de 1991 que define as condições para se criarem associações legalmente reconhecidas, dão o quadro legal para a operação das organizações comunitárias. Estas leis podem ser aplicadas separada ou conjuntamente para dar a base legal para os comités da água e saneamento operarem.

### **3.5.1 Estruturas de Implementação e Coordenação**

Implementar um Programa do escopo e da complexidade do PNAASR exigirá uma coordenação eficaz dentro e entre as unidades de implementação a todos os níveis. Com este fim serão criados Comités Coordenadores do Programa (CCPs) e Equipas de Implementação do Programa (EIP) ao nível central, provincial e distrital. Serão criados Grupos de Água e Saneamento (GASs) ao nível provincial e Foros de Água e Saneamento ao nível distrital.

Ao nível central, será criado o Comité Coordenador do Programa na DNA presidido pelo Coordenador do Programa com membros da DNA, um representante do MISAU e os parceiros de desenvolvimento.

O EIP, ao nível central, será chefiado pelo Coordenador do Programa na DNA e composto por membros do GPC, DAR, DES, DAF, DHR e UGEA. O PET será apoiado pela AT conforme o exigido. (Ver secção seguinte e secção 3.6.2 abaixo indicada).

Os EIPs serão criados ao nível provincial e presididos pelo Chefe da DPOPH-DAS. Os membros do EIP provincial incluirão um funcionário técnico responsável pelo abastecimento da água rural, uma pessoa da área do saneamento e representantes da UGEA, da Direcção da Planificação e Finanças e da Direcção Provincial da Saúde.

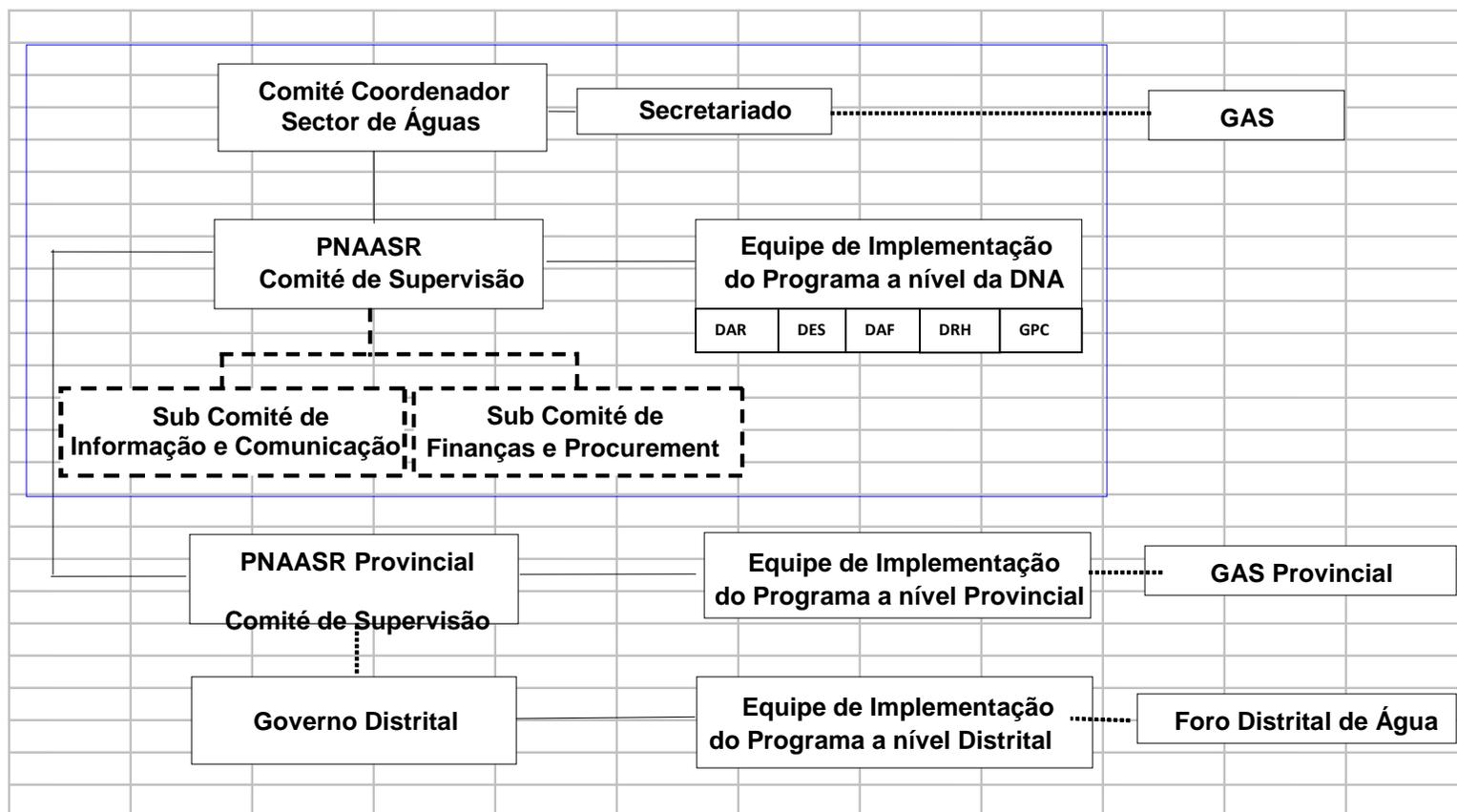
Serão criados GASs provinciais nas províncias onde ainda não existem. Os GASs provinciais serão semelhantes no propósito e na organização à GAS actual ao nível nacional, para servirem de fórum de comunicação e de troca de informação e de experiências entre as partes interessadas. Os GASs provinciais serão presididos pelo Chefe do DAS, e a filiação estará aberta a organizações e indivíduos interessados em melhorar o abastecimento de água e os serviços de saneamento dos sectores público, privado e sociedade civil.

Serão criados EIPs ao nível distrital nos distritos onde as actividades do AASR são planificadas ou implementadas. O EIP será presidido pelo chefe da unidade responsável pela infra-estrutura e é composto por membros desta unidade, pelo responsável da unidade para a saúde, a mulher e acção social e pelo gabinete do secretariado distrital apoiado por pessoal contratado e pela AT quando for necessário. Pelo menos um membro do EIP distrital será designado como pessoa focal para o saneamento. Representantes das principais ONGs e/ou do sector privado também podem ser solicitados a se associarem ao EIP por períodos mais longos ou mais curtos.

Serão criados Foros Distritais de Água e Saneamento nos distritos onde as actividades do AASR são planificadas ou implementadas como plataforma para encorajar a participação das partes interessadas ao nível local e servirem de ligação entre os governos locais, ONGs, comités de água, consumidores de água e outras partes interessadas em assuntos relacionados com a planificação, desenvolvimento, implementação, gestão e operação de abastecimento de água e saneamento. A filiação está aberta a organizações e indivíduos que tenham interesse em melhorar o abastecimento de água e os serviços de saneamento.

A implementação e as estruturas de coordenação do Programa, as suas ligações com a gestão do sector da água e o processo de análise estão apresentados no Figura 3.1 abaixo indicada.

**Figura 3-1 Esquema da Implementação do Programa**



### 3.5 Apoio à implementação

A implementação do PNAASR vai requerer vários tipos e modalidades de apoio a todos os níveis. Este apoio consistirá de assistência técnica, equipamento, financiamento e outros recur-

sos. O apoio à implementação será gerido pela DNA a nível central, DPOPH-DAS a nível provincial e pela administração distrital a nível distrital.

### **3.5.2 Assistência Técnica**

A assistência Técnica será dada pelo Programa para apoiar a planificação, a implementação, a monitoria e a garantia da qualidade das actividades do Programa. O papel da AT será aconselhar e apoio às unidades e responsáveis pela gestão e implementação do Programa e não terá responsabilidades directas de gestão nem funções executivas. O Comité de Coordenação do Programa a nível Central será responsável pela planificação e pela coordenação da AT engajada pela DNA com os recursos do Fundo Comum com a AT oferecidos através de um financiamento paralelo e outras estruturas a níveis central, provinciais e distritais.

O apoio à implementação do programa consistirá na seguinte Assistência Técnica:

#### Assistência Técnica a longo Prazo

1. Gestão do Programa;
2. Gestão das Aquisições/Contratos;
3. Gestão Financeira;
4. DRH/Capacitação Institucional.

#### Assistência Técnica a curto Prazo

1. Desenvolvimento de Negócios/Cadeia de Fornecimento;
2. Testagem de Tecnologia;
3. Mobilização da Comunidade e Promoção da Higiene;
4. Monitoria/Criação da Base de Dados/GIS;
5. Hidrogeologia/Mapeamento das águas subterrâneas;
6. Mapeamento da Pobreza/direcionamento;
7. Análise e revisão dos manuais de implementação.

#### Periódico

1. Estudos sobre o valor pelo dinheiro;
2. Auditoria financeira e técnica independente;
3. Avaliações da capacidade em procurement;
4. Monitoria externa e garantia de qualidade dos resultados do Programa;

Adicionalmente ao apoio acima mencionado, o Programa fornecerá recursos para um fundo a ser especificado pela AT para apoiar a DNA, a DPOPH e as administrações distritais na implementação do Programa à medida que as necessidades surgirem e baseadas em TdRs específicos. A deslocação da assistência técnica ficará sujeita a aprovação do Comité Coordenador do Programa, obtida e gerida pela DNA.

### **3.5.3 Pessoal Contratado**

Também serão disponibilizados recursos para contratar pessoal profissional e técnico com contratos renováveis até um ano ao nível provincial e distrital. Os TdR serão elaborados pela DNA identificando os requisitos mínimos desejáveis para o pessoal ao nível dos distritos e as províncias. Os técnicos distritais serão identificados pelo governo distrital com o apoio da DPOPH. Os pessoal ao nível provincial será identificado pelo DAS, recomendado pela DPOPH com apoio da DNA. Os termos e as condições para esses contratos serão equivalentes aos do pessoal do governo com qualificações e experiência semelhantes. O pessoal contratado não será utilizado ao nível central.

### **3.5.4 Equipamento**

Serão fornecidos veículos, computadores e periféricos, equipamento de escritório e GPS e software GIS onde e quando forem requeridos. Os detalhes estão apresentados no Anexo 7.

## 4 Gestão Financeira

### 4.1 Introdução

O Governo e alguns dos Parceiros de Desenvolvimento acordaram para o Sector das Águas mudar para a Abordagem Sectorial Abrangente (SWAP)<sup>25</sup> para melhorar a coordenação da planificação e da gestão, melhorar o domínio do país sobre a implementação e melhorar a transparência e a responsabilidade. Em 2008, começou-se a dar substância à SWAP e ao Código de Conduta (CoC) para o Sector das Águas e foi assinado pelo Governo e por um número crescente de Parceiros de Desenvolvimento. Entre os objectivos estabelecidos pelo CoC está aumentar o alinhamento da ajuda ao Sector das Águas, enquanto que se fortalece a gestão e o procurement das finanças públicas. Isto implica que as modalidades e os mecanismos de financiamento sejam harmonizados progressivamente e alinhados com os instrumentos do Governo tais como, o Orçamento do Estado, a CUT e o SISTAFE<sup>26</sup>.

Presentemente há uma variedade de estruturas de financiamento e de gestão financeira no subsector do AASR, que variam da ASAS como apoio ao orçamento do sector e muito alinhado com os sistemas do Governo, à linha de crédito *offshore* onde se realizam a maior parte das transacções financeiras fora de Moçambique. Adicionalmente, algumas agências dão apoio ao orçamento, aos fundos alocados, ao TA e outras contribuições directas ao nível provincial e distrital.

Simultaneamente com o CoC do subsector do AASR, foi preparada a versão do MdE para o Fundo Comum do AASR em 2007 e prevê-se que seja concluída proximamente. A partir de 2009 o Fundo Comum será um mecanismo de financiamento importante para canalizar a ajuda para o subsector do AASR. O Programa não promoverá o uso de mecanismos de financiamento paralelos fora do orçamento e do SISTAFE.

Embora promova o aumento do uso do Fundo Comum como modalidade de financiamento para o subsector do AASR, o Programa continuará a harmonizar o financiamento existente e as estruturas de gestão da ajuda, incluindo o programa paralelo e o financiamento do projecto, os empréstimos e os créditos, o TA individualmente ou em grupo entre outros até estes expirarem. Contudo, as actividades aprovadas depois de começar o AASR serão harmonizadas com os princípios do Programa e as abordagens para o máximo de extensão possível e prevê-se que cumpra com os princípios e os objectivos do CoC e do PNAASR do Sector das Águas. Novos MdEs entre o Governo e os Parceiros serão requeridos para se ser consistente com os princípios e as abordagens do programa, incluindo o aumento do uso dos sistemas nacionais para a orçamentação, a gestão financeira e a prestação de contas.

### 4.2 Iniciativas da DNA

Para gerir o PNAASR ao nível central, a DNA terá de fortalecer a sua capacidade e competência de gestão financeira e de procurement. A DNA identificou os seguintes desafios<sup>27</sup> relacionados com a sua gestão financeira e funções de procurement:

---

<sup>25</sup> Mid-year Report, Water and Sanitation Working Group, 2006.

<sup>26</sup> *Sistema de Administração Financeira do Estado*.

<sup>27</sup> Relatório Anual de 2007, *Departamento de Águas Rural, DNA*, 2008.

- Falta de planificação financeira, de instrumentos e de procedimentos de controlo adequados;
- Limitações em gerir o procurement;
- Problemas de liquidez/dinheiro corrente, o que afecta a implementação das actividades planificadas.

Para resolver estas questões, a DNA está a introduzir o e-SISTAFE e a criar a Unidade de Gestão do Procurement (UGEA). Embora estas iniciativas sejam úteis para a resolução das questões acima mencionadas, a questão da liquidez e da gestão do dinheiro corrente é provavelmente para ser considerada um problema sério e que deve ser resolvido com medidas específicas relacionadas com a gestão do contrato e os desembolsos/pagamentos. O Programa apoiará medidas relacionadas com a gestão do contrato e o desembolso/pagamento. O Programa apoiará medidas para melhorar a gestão do contrato e os pagamentos aos fornecedores de serviços.

### 4.3 Elementos da Gestão Financeira

Os elementos essenciais de uma gestão financeira sólida incluem os seguintes:

1. Orçamentação baseada nas políticas, compromissos, padrões e procedimentos do Governo;
2. Validade e credibilidade do orçamento;
3. Universalidade, abrangência e transparência;
4. Contabilidade, registo e relatório exactos e atempados;
5. Auditoria e análise.

Estes elementos estão abaixo mencionados.

1. Orçamento baseado nas políticas do governo e nos padrões de qualidade – O orçamento é preparado e executado com base nos planos e objectivos a médio e a longo prazo do Governo.
2. Validade e credibilidade do orçamento - O orçamento deve reflectir a realidade e ser executado de uma maneira atempada e transparente. Apesar dos melhoramentos recentes esta é ainda uma área de preocupação porque o subsector do AASR tem um fraco desempenho na execução orçamental. Para resolver esta questão é importante que a DNA use o apoio disponibilizado pelos seus parceiros para garantir aos parceiros e a outros actores que os seus planos e orçamentos anuais estejam incluídos nos planos e orçamentos distrital, provincial e/ou nacional, assim como no MTEF.
3. Universalidade, abrangência e transparência - O Orçamento Programa articulará a tomada de decisão a curto prazo à planificação fiscal a médio e a longo prazo e apoiará a planificação e a gestão integrada fazendo a articulação entre os orçamentos a nível central, provincial e distrital. O Governo está a tentar reduzir as actividades fora do orçamento ao criar a Conta Única do Tesouro – CUT)<sup>28</sup> e ao promover e a participar nas SWAPs e nos fundos comuns em sectores tais como, a saúde, a educação e a agricultura. A informação sobre as fontes de fundos, os orçamentos e a execução do orçamento deve ser mais amplamente acessível.

---

<sup>28</sup> Para mais informação sobre a CUT, ver Anexo 4.

4. Contabilidade, registo e relatório exactos e atempados - A introdução do e-SISTAFE na DNA e num número crescente de distritos melhorará a exactidão, a perfeição, a oportunidade de informação e os relatórios financeiros. Os outros departamentos da DNA devem ter acesso como “utilizadores passivos” da informação do e-SISTAFE para localizarem a disponibilidade, os compromissos contratuais, as despesas e as responsabilidades do orçamento.
5. Auditoria e análise – Há uma cláusula para as auditorias regulares internas e externas dos fundos, operações e bens do Programa ao nível central, provincial e distrital conduzidas ou supervisionadas pelo IGF e pelo AT, assim como as auditorias externas independentes (conjuntas) do Fundo Comum do AASR e de outros recursos externos. Adicionalmente, os relatórios da auditoria, os estudos sobre o valor do dinheiro, as auditorias técnicas, as análises *in loco*, as Avaliações das Despesas Públicas e da Responsabilidade Financeira e actividades relacionadas darão a informação e a análise dos problemas para apoiarem as práticas da gestão financeira sólida.

#### **4.4 Mecanismos de Financiamento e Fluxo de Fundos**

##### **4.2.1 Mecanismos de Financiamento**

O Governo tem expressado uma preferência clara pela ajuda externa para o subsector do AASR para ser consolidado e gerido através da CUT e as respectivas contas e linhas do orçamento ao nível central, provincial e distrital. A transferência da ajuda para a CUT pode mitigar a sobrecarga administrativa do Governo e dos Parceiros de Desenvolvimento que lidam com um certo número de estruturas de gestão financeira paralelas e algumas vezes duplicadas.

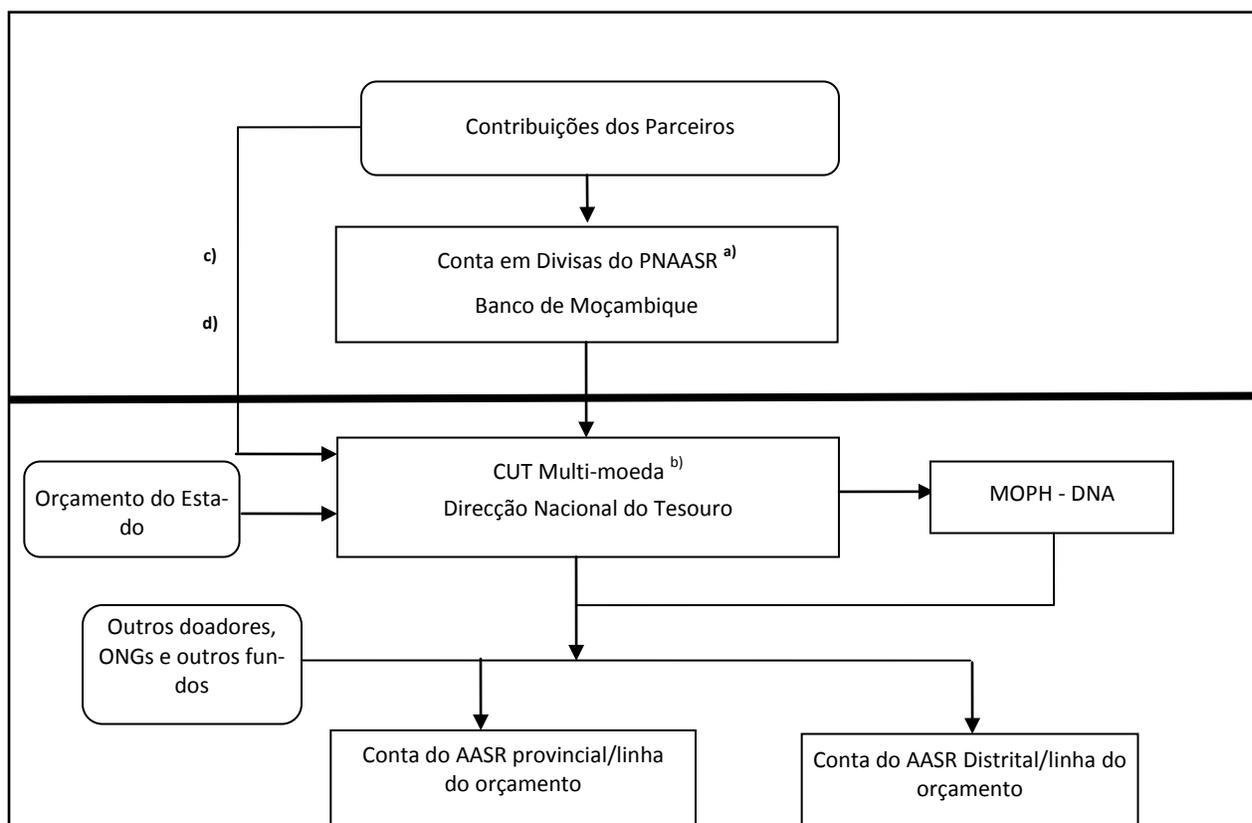
Em segundo lugar, depois dos fundos da CUT estarem “circunscritos”, o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento podem localizar as contribuições e a execução orçamental mais próximo do tempo real sem terem que esperar até que uma actividade seja concluída ou pelos relatórios da execução orçamental. Isto permitirá às agências de implementação e aos parceiros de desenvolvimento monitorar mais de perto a situação financeira das actividades importantes e garantir que os fundos sejam desembolsados para o propósito previsto.

O Governo criou a CUT multi-moeda (CUT-ME), o que permite que os pagamentos sejam feitos em moeda estrangeira. A CUT-ME é particularmente importante para o procurement internacional e para o pagamento a consultores e contratantes estrangeiros e outras actividades onde os pagamentos são feitos em moeda estrangeira. Um Diploma Ministerial que entrará em vigor em 2009 permitirá pagamentos em moeda estrangeira a *consultores*, a assessores e a outro pessoal.

##### **4.2.2 Fluxo de Fundos**

Prevê-se que o PNAASR começa em 2009 o que coincide com o Decreto sobre a CUT multi-moeda. O diagrama abaixo indicado mostra o fluxo dos fundos projectados pelo subsector do AASR que não envolvem a conta transitória, o câmbio da moeda estrangeira para Meticais ou a moeda estrangeira detida pelo MdF. Esta estrutura permite pagamentos em moeda estrangeira quando se cumprem com os regulamentos de controlo do câmbio.

**Figure 4-1 Fluxo de Fundos em Cenários Alinhados**



**Notas Explicativas<sup>29</sup>**

a) Dentro de 48 horas (2 dias de trabalho) após a recepção do SWIFT, o Banco de Moçambique reproduzirá a movimentação creditando a mesma quantidade de fundos da conta em divisas para uma conta CUT específica na respectiva moeda da Conta CUT multi-moeda do NAASRP.

b) Com a CUT multi-moeda não há necessidade de uma conversão imediata dos fundos da contraparte nem da conta trânsito no Ministério das Finanças.

c) Todos os depósitos serão feitos na Conta Única do Tesouro (CUT) nas moedas principais incluindo o Metical de acordo com o plano do tesouro e será usado como rendimento para o orçamento do MOPH e registado na conta do Estado como tal. Todos os juros ganhos serão adicionados ao Orçamento de Estado.

d) Os depósitos directos também podem ser feitos em moeda local.

Todas as contribuições podem ser feitas através da transferência de fundos em Meticais ou em divisas para a conta em divisas do PNAASR em Euros, USD ou outra moeda aprovada e detida pelo Banco de Moçambique.

<sup>29</sup> Estas notas e o diagrama anterior foram adaptados de Documentos Técnicos, da Versão do MdE para a Criação do Fundo Comum para Apoiar o Abastecimento de Água e Saneamento Rural, versão 4.1 de Outubro de 2007.

As auditorias das contas e dos registos financeiros identificarão a contribuição feita por cada Parceiro de Desenvolvimento para a conta em Divisas, a data da transacção e a quantidade desembolsada da conta em Divisas do PNAASR para a CUT Multi-moeda correspondente.

Contas e linhas do orçamento destinadas ao AASR serão disponibilizadas ao nível provincial e distrital para receberem fundos de fontes externas para as actividades do AASR em províncias e distritos específicos. Embora estes fundos não passem fisicamente pela CUT ao nível central, eles serão registados e localizados através do e-SISTAFE e sujeitos ao mesmo registo, controlo e procedimentos de prestação de contas que os fundos vindos do Orçamento do Estado.

### **4.2.3 Estruturas para o Financiamento Paralelo**

Alguns parceiros de desenvolvimento ainda não aceitaram nem usam a CUT como canal para a ajuda por várias razões tais como: os requisitos para o empréstimo e o crédito, os padrões de gestão financeira diferentes, os compromissos actuais para o financiamento do projecto/programa, as políticas da agência, entre outros. Por conseguinte, o financiamento paralelo dos doadores, das ONGs e de outros actores será usado ao nível central, provincial e/ou distrital.

Presentemente essas transacções não estão sob o controlo directo ou localizadas no e-SISTAFE. Contudo, estas contribuições podem ser registadas ao nível de onde provieram e incluídas nos planos e orçamentos anuais e nos respectivos relatórios. As entidades de implementação, ao nível central, provincial ou distrital entregarão a folha do balancete à DNA, à DPOPH ou à administração distrital e aos serviço(s) responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento rural para os balanços entrarem no e-SISTAFE para se evitarem lacunas entre os orçamentos e a sua execução. A execução orçamental dos distritos que não estão no e-SISTAFE será tratada através do sistema de adiantamentos.

A opção de financiamento fora da CUT e dos mecanismos de financiamento paralelos serão gradualmente faseados (*phased out*) à medida que o e-SISTAFE estiver a funcionar em todos os níveis administrativos, incluindo nos distritos e à medida que aumentar a confiança no sistema e nos instrumentos de gestão financeira pública.

### **4.2.4 Acções Preliminares**

A implementação eficaz do Programa exige que a DNA aumente a sua capacidade em gestão financeira e procurement, através das actividades seguintes:

1) Criar a Unidade de Gestão do Procurement (UGEA), o que exige que a DNA:

- Adquira computadores e outro equipamento que estejam em conformidade com o e-SISTAFE;
- Seleccione pessoal formado no e-SISTAFE para fazer a execução orçamental, a execução financeira, o controlo interno e o relatório financeiro. O SISTAFE exige a separação das funções financeiras, isto é, execução orçamental, execução financeira e controlo interno com o respectivo pessoal e descrições do trabalho<sup>30</sup>;
- Crie a UGEA como uma unidade separada da DNA para separar as funções do procurement e do pagamento actualmente realizadas pela DNA – DAF.

---

<sup>30</sup> For further details, refer to Anexo 4.

- 2) Introduzir o e-SISTAFE no DAF e a nova UGEA e pedir que se abra uma janela no e-SISTAFE para os departamentos da DNA com responsabilidades de gestão tais como, o GPC, o DAR, o DES e o DHR para monitorar a disponibilidade orçamental, os compromissos e a execução orçamental em tempo real. Deve ser dada atenção especial à identificação incluindo o financiamento de todas as fontes, abrangendo as ONGs e o sector privado.

Ao nível distrital, devido à falta de electricidade e/ou bancos e comunicações em alguns distritos a contabilidade feita usando o e-SISTAFE será feita através da DPOPH. Por outro lado, estas transacções com aqueles distritos serão feitas pela Direcção Provincial das Finanças usando o sistema dos adiantamentos.

#### **4.2.5 Mecanismos de financiamento**

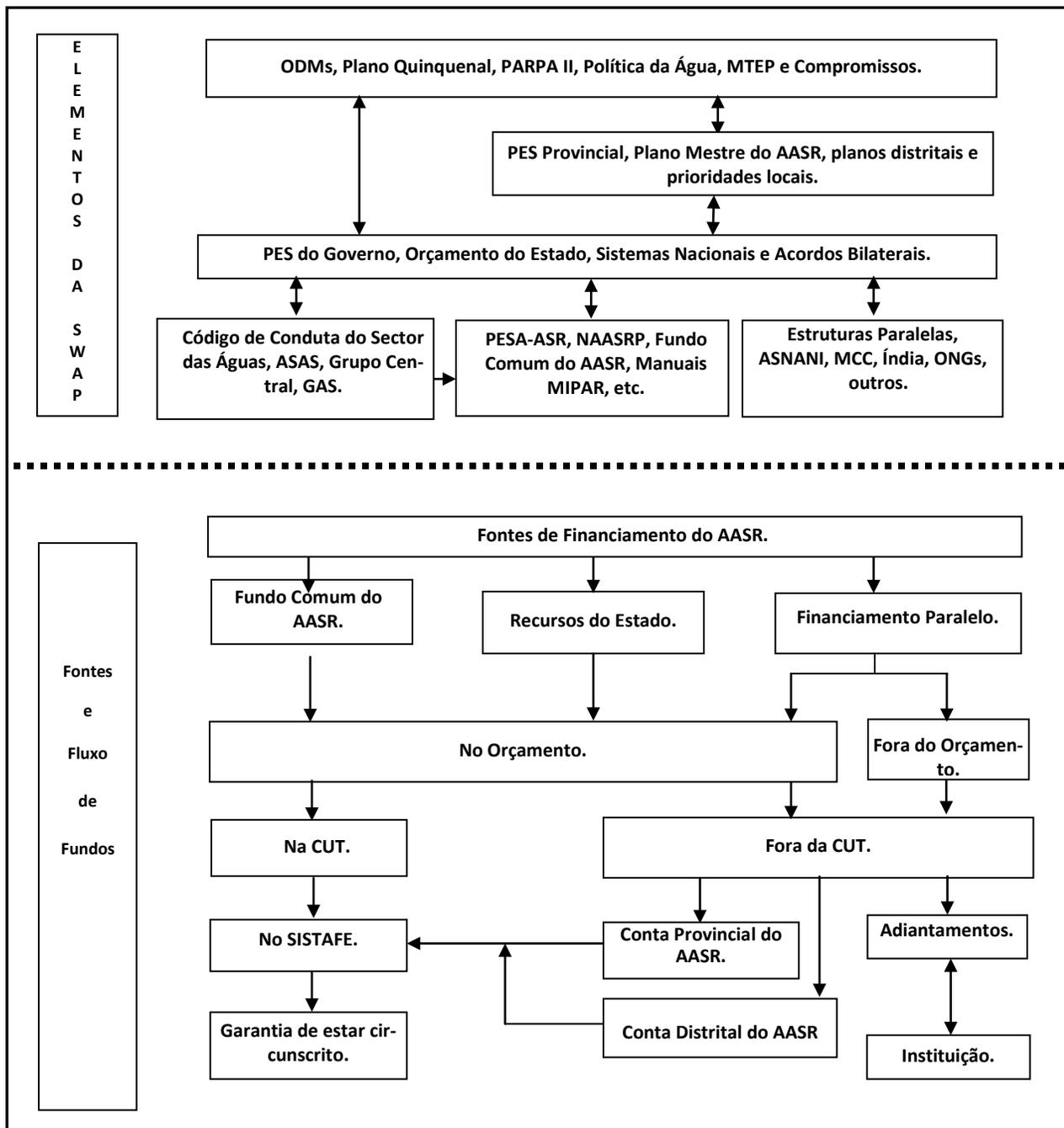
A principal fonte de financiamento do subsector do AASR será o Orçamento do Estado que inclui o apoio geral ou sectorial ao orçamento, os fundos comuns (pooled) e o financiamento paralelo. Os fundos do Orçamento do Estado que estão na CUT e no SISTAFE estão circunscritos, isto é, só podem ser usados para o propósito para o qual foram originalmente alocados.

Os fundos para as actividades do AASR podem ser alocados e desembolsados ao nível central, provincial e/ou distrital. Os fundos comuns (pooled) desembolsados ao nível central ficam na CUT e no SISTAFE e também gozam da garantia de estarem circunscritos. Ao mesmo tempo, um certo número de organizações que ajudam alocam e desembolsam fundos directamente para a conta da DPOPH ou das administrações distritais. Os fundos comuns (pooled) desembolsados ao nível provincial e distrital ficam na CUT, mas podem estar no SISTAFE e também gozarem da garantia de estarem circunscritos. Os fundos desembolsados ao nível provincial e distrital que estão no SISTAFE também devem ser localizados pela DNA e DPOPH. O objectivo é reduzir as estruturas fora do orçamento e do financiamento paralelo ao longo do tempo, ao mesmo tempo que aumenta o número e o volume de actividades que estão no orçamento, na CUT e no SISTAFE.

Os riscos fiduciários relacionados tanto com as estruturas alinhadas como paralelas serão avaliados pelos Parceiros de Desenvolvimento antes do começo do NAASRP.

A Figura 4.2 abaixo indicada apresenta os elementos da SWAP e os cenários de financiamento do subsector do AASR.

**Figura 4.2 Elementos da SWAP e Cenários de Financiamento do AASR**



## 4.5 Procurement

O procurement público é regulado pelo Decreto N°. 42/89, de 28 Dezembro. A justeza do procurement e da gestão do contrato da DNA será avaliada antes do início do NAASRP. Sabe-se que a análise do procurement da DNA está planificada para o fim de 2008. Será importante cumprir com as recomendações desta análise para as decisões relativas à eficácia do Programa e ao apoio dos Parceiros de Desenvolvimento.

Adicionalmente, a aplicação do Decreto N°. 54/05, de 13 de Dezembro de 2005 introduziu maior transparência no procurement público relativo ao anúncio e à abertura de oferta pública.

De acordo com a informação da missão do CPAR<sup>31</sup>, o Tribunal Administrativo (TA) adicionou uma média de 90 a 65 dias para o processo do procurement conforme reportou uma UGEA em 2007. A DNA deve obter do TA a informação sobre os requisitos do processo de procurement antes do início do Programa para se evitar atrasos durante a implementação do mesmo.

O procurement eficiente é um grande desafio dado as capacidades limitadas existentes especialmente ao nível central e distrital. Uma capacitação institucional eficaz em procurement e gestão do contrato é crucial para o sucesso do Programa a estes níveis. O Programa promoverá a formação do pessoal do sector público em procurement público, usando os procedimentos e as directrizes da UFSA e a gestão do contrato. Como se prevê oferecer pequenos contratos até 10.000 USD (*Contratos de Pequena Dimensão*) aos pequenos contratantes, o Programa apoiará a formação dos pequenos contratantes para melhorarem a sua capacidade de oferta para estes contratos.

Procurar e contratar entidades para o PNAASR será para a DNA-UGEA, a DPOPH e as administrações distritais, usando as directrizes e o procedimentos do procurement público conforme descrito no Manual do Procurement Público editado pelo MdF<sup>32</sup>. O Programa não promoverá a criação de novas unidades de procurement que estejam fora da competência destas entidades. Serão usadas as estruturas paralelas existentes até que os acordos estabelecidos e que as governam expirem. Depois espera-se que o procurement obedeça às leis, regulamentos e normas para procurement público aplicáveis, embora determinados princípios possam ser aplicados antes da autorização.

## 4.6 Contabilidade e Auditoria

A informação financeira deve obedecer aos padrões de contabilidade aceites para facilitar o acesso, o controlo, o relatório da tomada de decisões e a gestão efectiva. A introdução do e-SISTAFE na DNA deve melhorar a contabilidade, o registo e o relatório financeiro e a criação de uma UGEA na DNA separará as funções de procurement, contratação, pagamento e controlo financeiro.

---

<sup>31</sup> Aide Memoire, CPAR Update Mission, Março 2008.

<sup>32</sup> *Manual de Procedimentos, Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens, Prestação de Serviços ao Estado, Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições, Ministério das Finanças, 2007.*

O e-SISTAFE permite um melhor controlo das despesas face ao cabimento orçamental. O e-SISTAFE contém normas e procedimentos que promovem a boa contabilidade, bons registos e bons relatórios (p.e., separação das funções, autoridade e controlo, e níveis de intervenção durante a execução orçamental). Todas as contas e registos de transacções financeiras estarão disponíveis e acessíveis para a supervisão e as auditorias interna e externa. Mais informação sobre as estruturas e os procedimentos administrativos e de gestão financeira é apresentada no Anexo 4 e no Manual de Operações do Programa.

As auditorias internas às contas públicas são realizadas pela Inspeção Geral de Finanças (IGF) para a maior parte dos departamentos do Estado. As auditorias externas aos departamentos do governo a todos os níveis são realizadas periodicamente. Em 2006, a IGF dirigiu uma auditoria ao desempenho que abrangeu a DNA<sup>33</sup> e o subsector do AASR e observou que:

- A norma de 500 pessoas por fonte de água usada para calcular a cobertura da água rural deve ser analisada e revista para reflectir o número das pessoas servidas.
- Há necessidade de se aumentar a capacidade técnica ao nível provincial e distrital para monitorar as actividades de abastecimento de água e saneamento rural.
- A auditoria recomendou à DNA que melhorasse a base de dados e as funções do relatório.
- A DNA deve incluir todas as fontes de fundos, internas e externas, e os fundos dentro e fora do orçamento nos seus orçamentos anuais e nos relatórios sobre o orçamento.
- A auditoria observou que os custos dos pontos de água rural em Moçambique estão entre os mais altos da região da África Austral e recomendou que a DNA analisasse as causas dos elevados custos.

O PNAASR ajudará a DNA e outros na implementação das recomendações acima mencionadas, assim como das recomendações das futuras auditorias. Contudo, como a IGF tem falta de pessoal e capacidade limitada para realizar as auditorias anuais a todos os departamentos do governo, pode ser apoiada para contratar auditores qualificados para fazerem as auditorias aos recursos do Programa.

O Tribunal Administrativo (TA) é responsável por garantir que os fundos do governo sejam utilizados devida e eficazmente e obedeçam às normas e aos regulamentos financeiros aplicáveis. O TA funciona como auditor externo e analisa os procedimentos do procurement, promove as devidas diligências e a avaliação do risco na contratação.

A capacidade do TA para realizar auditorias externas tem aumentado significativamente nos últimos anos, mas ainda não é adequada para cumprir com todas as suas obrigações. Para fortalecer a capacidade de auditoria do TA, o TA pode ser responsável pela auditoria externa das actividades do Programa realizada pelos auditores que trabalham sob a autoridade e supervisão do TA. O TA pode assumir progressivamente mais responsabilidade na condução da auditoria à medida que as suas capacidades forem aumentando até que possa assumir toda a responsabilidade pela condução das auditorias regulares. O Programa apoiará este processo.

---

<sup>33</sup> Auditoria da Inspeção Geral de Finanças – Plano de Implementação das Recomendações, 2007.

## 4.7 Anti-corrupção

O Governo e os Parceiros de Desenvolvimento subscrevem a estratégia anti-corrupção de tolerância zero. A Assembleia Nacional aprovou a Lei Nº. No. 6/2004, de 17 de Junho de 2004, que introduz mecanismos adicionais para se lutar contra a corrupção. Esta lei estabelece os procedimentos para a responsabilidade, a participação da comunidade e a transparência através da divulgação pública obrigatória a todos os níveis.

Há um quadro institucional no qual os possíveis casos de corrupção são investigados e, se necessário, processados pela Unidade Anti-Corrupção que presta contas directamente ao Procurador Geral da República. A Unidade Anti-Corrupção é mandatada para prevenir e tomar medidas necessárias e eficazes para prevenir a corrupção ou para envolver os órgãos públicos na recepção e investigação das queixas de alegadas ou suspeitas de práticas de corrupção e investigar qualquer funcionário público que possa estar envolvido ou a conspirar com outros para se meterem em práticas de corrupção. Adicionalmente, a Lei Nº. 4/90, de 26 Setembro de 1990 estabelece o Código de Conduta, incluindo os direitos e deveres dos funcionários do Estado.

A Associação Comercial e Industrial de Sofala (ACIS), em colaboração com o Centro da Empresa Privada Internacional (CIPE), produziu um conjunto de ferramentas para combater a participação dos negócios privados na corrupção<sup>34</sup>. O Conjunto de Ferramentas contém um certo número de ferramentas, incluindo o Código de Ética para trabalhadores e fornecedores, o código dos princípios do negócio e a análise da legislação e dos estudos de caso existentes para a formação.

O Programa promoverá e apoiará a implementação e o cumprimento da estratégia e das principais leis anti-corrupção do Governo, assim como as contidas no Código de Conduta do Sector das Águas e nos MdE e acordos bilaterais entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento. Contratantes, consultores, fornecedores e outros oferecedores de trabalhos ou de fornecimento de bens e serviços serão informados sobre as secções importantes do Código de Conduta, da ética no negócio e das medidas anti-corrupção em todas as ofertas e documentação do contrato, e medidas para detectar possíveis práticas de corrupção serão incluídas nos TdR para as auditorias externas dos recursos do Programa.

---

<sup>34</sup> Combating Business Participation in Corruption in Mozambique, A Toolkit, ACIS, 2006.

## 5. Estratégias de Implementação

### 5.1. Princípios e Abordagens

A Política Nacional de Águas desde 1995, e reiterado em 2007, adoptou uma série de políticas e princípios directamente relacionados com o abastecimento de água e o saneamento rural<sup>35</sup> que são parte integral deste Programa, nomeadamente:

Políticas	Princípios
A satisfação das necessidades básicas;	Focalizar na mulher como grupo alvo e activo do processo;
Os utentes são envolvidos no planeamento, gestão e manutenção;	Princípio de Procura que deve ser sujeito a avaliação contínua que garante a sustentabilidade dos serviços;
A água é considerado um bem com valor económico e social;	As mensagens de promoção de higiene são comuns para o abastecimento de água e o saneamento;
Os utentes contribuem para os custos de construção e cobrem os custos de operação e manutenção;	O abastecimento de água considera-se de forma integrada com a provisão de meios de saneamento, educação sanitária e conservação ambiental;
Consolidar o processo de desconcentração e descentralização;	Enfoque para as províncias e distritos com mais baixa cobertura.
O sector privado é encorajado para prestar serviços vários às comunidades.	

Tipos de Serviços	Nível Mínimo de Serviço
Poços e furos equipados com bomba manual; sistemas de captação de água de chuvas e nascentes protegidas	O nível mínimo é uma fonte com bomba manual que sirva 500 pessoas com um consumo mínimo de 20 litros/pessoa/dia.
Pequenos sistemas de abastecimento de água servindo pequenos aglomerados populacionais	Latrina Melhorada sendo consideradas outras opções e tecnologias consoante a capacidade local.

Adicionalmente, o Programa assumiu os seguintes princípios e abordagens no desenho dos diferentes componentes e actividades da Fase I:

- **Abordagem baseada em Direitos Humanos:** Tem como objectivo de criar sinergias entre três principais questões a) um ambiente favorável onde os provedores de serviços locais podem fornecer opções de escolha aos beneficiários; b) responsabilidade governamental e processos orientados à

<sup>35</sup> Para uma maior explicação detalhada favor referir-se-á Política de Águas Resolução nº46/2007 do 21 de Agosto, e o PESA-ASR 2006-2015.

inclusão da população e os fornecedores de serviços e, c) pessoas a conhecerem os seus direitos e obrigações bem como a habilidade de reclamar os seus direitos.

• **Abordagem Pró-pobre:** Abordagem que visa harmonizar o atendimento dos mais pobres, maioritariamente mulheres chefes de família e grupos vulneráveis, i.e. pessoas vivendo com HIV/SIDA, deficientes ou outras doenças crónicas, e procura mecanismos de participação que favoreçam uma tomada e decisões mais equitativa e sensível às limitações destes grupos mais desfavorecidos.

• **Parceria com o Sector Privado e ONGs:** Abordagem que visa promover maior coordenação e colaboração entre o Sector Privado, ONGs e o Sector Público para melhorar a capacidade de implementação, gestão e partilha de conhecimentos, assim como acesso a produtos e serviços relacionados com água, higiene e saneamento de maneira sustentável.

## 5.2. Módulos de Intervenção

Tomando em conta que não existe uma capacidade igual à nível de todas as províncias e distritos, o Programa será focalizado geográfica e estrategicamente, sendo implementado em três tipos de intervenções:

- 1) **Módulo Descentralizado:** Um pacote completo com todos os acréscimos que o programa esta a propor em áreas prioritárias e com maior capacidade ao nível do distrito i.e.
  - Enquadramento na descentralização e liderança do distrito;
  - O principio de procura e o comité de água e saneamento enquadrado dentro da planificação distrital e as IPCCs (instituições de participação e consulta comunitária);
  - Pacotes de negócios para a construção dos furos e PEC Zonal para a implementação integrada de água, higiene e saneamento total focalizados geograficamente e multi-anual;
  - Criação da capacidade do sector privado local para fornecer serviços de água e saneamento com uma visão de negócio na comercialização de peças sobressalentes; gestão, manutenção e reparação das fontes de água; fabrico, venda e construção de latrinas, produtos e utensílios de higiene e saneamento familiar;
  - Promoção de higiene e saneamento total nas escolas e nos postos de saúde;
  - Intervenção integrada de abastecimento de água, promoção de higiene e saneamento nas comunidades.
- 2) **Módulo da Sustentabilidade:** em áreas onde já se têm uma cobertura razoável de água, mas uma cobertura baixa de saneamento ou que foram beneficiadas de um projecto de emergência de água e saneamento, o Programa ira promover o saneamento total e uma reciclagem da organização comunitária com sistemas de gestão alternativa que assegurem a sustentabilidade da cobertura de água a longo prazo e aumento da cobertura de saneamento.
  - Criação da capacidade do sector privado local para fornecer serviços de água e saneamento com uma visão de negócio na comercialização de peças sobressalentes; gestão, manutenção e reparação das fontes de água; fabrico, venda e construção de latrinas, produtos e utensílios de higiene e saneamento familiar;
  - Abastecimento de água, promoção de higiene e saneamento nas escolas e nos postos de saúde;
  - Promoção de higiene e saneamento total nas comunidades.

3) **Módulo Básico de Água, Promoção de Higiene e Saneamento:** praticamente *business as usual* com:

- Abastecimento de água, promoção de higiene e saneamento nas escolas e nos postos de saúde;
- Intervenção integrada de abastecimento de água, promoção de higiene e saneamento nas comunidades.

Importante sublinhar que todas estas intervenções serão acompanhadas por uma componente de comercialização de peças sobressalentes que pode variar de acordo com o número e tipo de fontes existentes no distrito e a capacidade dos comerciantes a nível distrital e provincial. Por exemplo: Inhambane tem uma cobertura mais elevada de água e pouco saneamento e com fraquezas na O&M devido a fraca/deficiente comercialização de peças sobressalentes e ocorrência de avarias maiores. Neste caso, a Província beneficiar-se-á pela segunda intervenção, focalizando em PSAAs, saneamento total e fortalecimento dos comerciantes existentes e identificando de modelos de gestão mais apropriados para as comunidades, o mercado potencial de peças sobressalentes e os gestores privados que pode variar de acordo a realidade de cada distrito.

### **5.3. Descrição das Estratégias**

Após de mais de 10 anos de experiência na implementação do PP, pode se deduzir que existem vários factores que influenciam ou limitam a sustentabilidade das fontes dispersas. Estes factores têm influencia a nível macro, *meso* e micro e devem ser alvo de diversos intervenientes do sector.

Contudo, as estratégias de implementação do programa nacional, identificadas no **Capítulo 2** e detalhadas a seguir, são complementares umas a outras e visam no seu conjunto, responder aos problemas mais importantes dos subsectores de água rural e saneamento, que foram identificados no **Anexo 1** e assegurar uma maior eficiência, menores custos e maior impacto na sustentabilidade, a longo prazo, dos serviços de água e saneamento.

#### **5.3.1 Custos Elevados de Infra-estruturas e Fraca Qualidade:**

Para reduzir os elevados custos de construção e reabilitação de furos e poços e melhorar a qualidade dos mesmos, propõe-se uma estratégia com quatro abordagens complementares:

##### **1. Negociação Eficiente de Contratos e Custos Unitários:**

A DNA-DAR e as DPOPH-DAS, serão responsáveis de produzir um boletim informativo que reflecte os custos unitários, o desempenho e o progresso dos contratos vigentes em cada uma das províncias. Este boletim será partilhado com as províncias e agências implementadoras para apoiar a tomada de decisões e melhorar as bases para uma negociação prévia à adjudicação dos contratos de empreiteiros e fiscais. Este processo de recolha e partilha de informação também é relevante para o PEC. Como parte dos critérios para adjudicar os contratos, estes boletins podem apoiar às DPOPH-DAS na análises dos factores seguintes: a) ponderar os contratos vigentes que cada empreiteiro tiver e o desempenho na entrega atempada de acordo as clausulas contractuais; b) avaliar a capacidade técnica, financeira e equipamento dos empreiteiros necessária para responder com os compromissos requeridos no contrato em questão, assim como, os contratos vigentes com outras agências implementadoras; e c) ponderar a qualidade dos trabalhos apresentados em contratos anteriores, rácio entre furos positivos e negativos, qualidade das obras e resposta às reclamações das garantias.

De salientar que os preços dos furos em Moçambique e outros serviços registam os valores mais elevados na África Austral. Os custos reflectidos no estudo da WeConsult em 2005 eram de 6,393US\$<sup>36</sup>. Por um lado, custos partilhados por Asnani reflectem uma subida de 23% em 2008<sup>37</sup>, por outro, a UNICEF conseguiu negociar custos mais favoráveis aproveitando o factor de economia de escala. Isto evidencia a importância da DNA como responsável por ter uma boa organização e comunicação entre as diferentes agências implementadoras e uma visão global dos contratos disponíveis, para melhor influenciar os preços do mercado. Os custos elevados irão prejudicar os esforços no atendimento das Metas do Milénio. Porém, a DNA e os DAS têm um papel preponderante na monitoria dos preços estabelecidos com cada agência implementadora para assegurar os custos globais.

O modelos de contratos e as linhas directrizes para avaliação de propostas devem ser revistas para incluir estes procedimentos e muitas mais significativas para assegurar a entrega atempada das obras.

## **2. Pacotes de Negócios (Economias de Escala):**

As DPOPH-DAS, juntamente aos distritos, formarão pacotes de negócios com um mínimo número de fontes numa área geográfica que permita uma concentração de fontes numa ou várias localidade(s) ou posto(s) administrativo(s) permitindo que a deslocação ao(s) distrito(s) e entre comunidades seja economicamente viável para os empreiteiros e fiscais. Contratos multi-anuais, renovados anualmente de acordo ao desempenho e atempada entrega das fontes, podem vir dar uma perspectiva de negócio à longo prazo para melhorar a qualidade e eficiência do serviço.

Os pacotes de negócios multi-anuais, quer para os empreiteiros como para os fiscais, assegura uma melhor organização e potencialidade de lucros assim como maior conhecimento das condições hidro geológicas da zona e a capacidade de obter furos positivos.

O Programa irá apoiar a Associação de Perfuradores de Moçambique – APM e o seu plano estratégico, assim como, outras medidas potenciais que assegurem elevar a qualidade das infra-estruturas. Entre outros, a DNA irá promover a parceria entre APM, a DNA, a Banca Privada e os doadores interessados no crescimento e capacitação do sector privado através de assistência técnica directa e créditos e *equity lines* à banca privada local que permita melhorar os serviços financeiros para o crédito de expansão de equipamento e garantias bancárias a empresas de perfuração locais.

Entre outras áreas de apoio, o Programa irá analisar as vantagens comparativas da promoção de *joint-ventures* entre empresas de perfuração nacionais e empresas da região. Contratos em grande escala podem promover concursos internacionais assegurando o fortalecimento dos empreiteiros nacionais através de transferência do *know-how* com a interacção entre equipas, técnicas de gestão de contratos, acesso a serviços bancários mais favoráveis, capital e equipamento.

## **3. Aumento da qualidade dos empreiteiros e fiscais:**

Três factores podem influenciar grandemente na melhoria da eficiência dos empreiteiros, estudos geofísicos e fiscais e porem na redução da percentagem de furos negativos, que por exemplo para o Projecto ASNANI foi do 28%, significando aproximadamente 726 furos negativos ao longo do projecto<sup>38</sup>.

• Actualização das cartas hidro geológicas. A DNA irá contratar, ao longo do primeiro ano de actividades, a actualização das cartas hidro-geológicas a nível de todo o país que foram realizadas em 1987 para que os empreiteiros possam seleccionar adequadamente o equipamento, pessoal e pesquisas geo-

---

<sup>36</sup> Avaliação da Capacidade Nacional do Sector de Perfuração para o Abastecimento de Água Rural em Moçambique, DNA-WSP, 2006

<sup>37</sup> Informação providenciada por Projecto ASNANI, 2008.

<sup>38</sup> O Projecto ASNANI, Resultados e Lições Aprendidas, DNA 2008.

físicas. A DNA-DAR juntamente com as DPOPHs-DAS, com a colaboração dos doadores, agências implementadoras, empresas de hidro pesquisas, fiscais e empresas perfuradoras, irão recolher a informação disponível dos furos que foram realizados pelos projectos implementados nos anos passados e assegurarão a recolha e sistematização da informação nova. A coordenação entre o DAR e o Gabinete de Recursos Hídricos é importante para recuperar a informação antiga, assim como é importante a colaboração com a Direcção Nacional de Geologia, que recentemente elaborou um estudo de recursos hídricos a nível do país<sup>39</sup>. As DPOPHs-DAS serão responsáveis por assegurar o fluxo de informação do Programa e qualquer dos projectos bilaterais na Província seja sistematizada e canalizada para DNA-DAR, para que constantemente possa ser actualizada a informação resultante do estudo. As novas cartas hidro geológicas e mapas parciais de qualquer distrito ou província podem ser vendida aos diferentes intervenientes do sub sector em formato digital.

Como resultado da actualização das cartas hidro geológicas, a DNA é responsável por rever os padrões técnicos de desenho dos furos que visem o melhor desempenho ao mínimo custo de acordo com as condições hidro geológicas e a identificação das áreas geográficas para sua utilização. Isto ajudará no impacto da redução de custos e numa melhor planificação que vai de encontro às necessidades reais em cada distrito.

- Aumento da oferta de pessoal técnico capacitado para o Subsector: O Programa irá fomentar o aumento do recurso humano técnico com capacidade para estudos de pesquisas geofísicas, fiscalização, perfuração, construção civil, assim como os aspectos de gestão e PEC. É importante fazer a ligação entre estas empresas, a APM e as instituições de ensino a nível básico, médio, superior, assim como estágios entre varias empresas nacionais e internacionais. (Vide **Capítulo 7:** Capacidade dos Recursos Humanos e Necessidades de Capacitação.)

- O aumento da qualidade da Fiscalização de Obras: O Programa aposta na contratação de empresas no lugar de fiscais independentes que visem elevar o papel profissional, independente e eficiente do fiscal e a qualidade dos furos. As DPOPH-DAS e agências implementadoras devem confirmar *in loco* o equipamento necessário para não depender do empreiteiro e que o pessoal de campo tenha o mínimo de experiência para um efectivo controlo e participação eficiente nas decisões sobre os aspectos técnicos ao longo da perfuração.

Recomenda-se que a DNA-DAR estabeleça uma parceria com a escola de Geologia da Universidade Eduardo Mondlane para assegurar que os estudantes tenham cursos práticos e estágios de um mínimo de seis meses nas actividades do programa, que lhes permita maior conhecimento da realidade, antes de finalizar o curso. Do mesmo modo, as DPOPHs deverão fornecer cursos ao nível das províncias antes do inicio das obras<sup>40</sup>.

A DNA-DAR deve rever os contratos de fiscalização e incluir cláusulas de garantias de boa qualidade, que serão efectivados no caso de deficiências nos furos fiscalizados. Esta garantia deverá ser retirada até o acto formal da entrega da obra após o período de garantia.

#### 4. Gestão eficiente de contratos e pagamentos:

Os atrasos nos pagamentos têm um efeito significativo na eficiência e nos custos das infra-estruturas. É importante que os empreiteiros organizem os seus trabalhos de maneira a apresentar periódica e atempadamente as facturas de um número determinado de fontes 100% finalizadas, que lhes permita uma eficiente gestão do *cash flow* para manter o fluxo atempado de materiais e o pessoal motivado.

---

<sup>39</sup> Assistência Estratégica sobre os Recursos Hídricos em Moçambique, Banco Mundial, 2007

<sup>40</sup> Cursos de capacitação necessários serão discutidos na capacitação do sector privado

As facturas apresentadas devem preencher todos os requisitos e vistos dos intervenientes ao nível dos distritos para que as DPOPHs autorizem os pagamentos requeridos.

Este processo só pode ser possível, se as agências responsáveis pelos pagamentos, assegurem o pagamento atempado e uma atitude pro-activa na revisão dos documentos necessários e o respectivo *feedback* atempado. Sem ter evidências conclusivas, pode-se dizer que um dos factores que incrementam os custos unitários, apresentados nos concursos, são os processos demorados de pagamentos e alguns outros custos envolvidos no processo de adjudicação dos contratos, o que faz com que os custos para o projectos e entidades de governo sejam mais elevados, que aqueles para agências e unidades implementadoras independentes.

A DNA deverá revisar o modelo de contrato usado pelo governo, para assegurar que sejam aplicadas as normas sobre taxas permissíveis, suspensão e cancelamento de contratos quando as normas de qualidade, equipamento e cumprimento dos prazos não forem cumpridos pelos empreiteiros e fiscais ao longo do prazo de execução.

### **5.3.2 Fraco impacto das actividades do PEC:**

No intuito de harmonizar as diferentes estratégias, experiências e metodologias utilizadas por diferentes projectos a nível de Moçambique, a seguir se apresenta a estratégia de PEC que permita ter um maior impacto das actividades promoção de água, higiene e saneamento.

A estratégia está baseada em diferentes abordagens, metodologias e técnicas participativas, das quais, algumas são amplamente conhecidas em Moçambique e outras estão sendo promovidas por alguns parceiros do subsector. De salientar que ao falar da estratégia de PEC, o Programa aborda integralmente as componentes de abastecimento de água rural, promoção de higiene e o saneamento rural. Na sua implementação, as mensagens são abrangentes para as três componentes e a promoção de mudanças de comportamentos. Contudo, a implementação das infra-estruturas pode abordar água e saneamento ou só saneamento. Este último será onde as comunidades já têm fontes de água, mas precisam de elevar a cobertura de saneamento.

A implementação desta estratégia está baseada nas políticas definidas na Política de Águas – PA, especialmente no Princípio de Procura, na abordagem integrada de água, higiene e saneamento além de favorecer os grupos mais vulneráveis. Contrariamente ao que tem sido prática comum no subsector, de promover tipos de latrinas tecnicamente definidas, esta estratégia está baseada no fortalecimento e melhoramento dos desenhos, costumes, conhecimentos, materiais e capacidade local, seguindo o conceito da escada de saneamento até chegar e ultrapassar o serviço mínimo estabelecido de uma latrina melhorada. Porém, fortalecer-se-á a capacidade do distrito, da comunidade e dos seus agregados familiares de analisar os problemas existentes, buscar soluções e definição das prioridades dum plano de acção a curto e médio prazo.

De salientar que este processo de análise de problemas e busca de soluções é a base das metodologias de PHAST, SARAR, Triple A e muitas outras metodologias participativas que procuram encontrar soluções das comunidades para às comunidades que visam assegurar, a curto prazo, o sentido de posse das soluções implementadas e, a longo prazo, a sua sustentabilidade. Estas metodologias participativas não devem ser um fim, mas só um meio para atingir as mudanças desejadas.

Esta estratégia esta desenhada para ser abordada em três perspectivas diferentes que assegurem 1) a criação de um ambiente favorável; 2) o fortalecimento da capacidade de oferta; e 3) a estimulação da procura.

#### **1. Criação de um ambiente favorável:**

Dentro do contexto da descentralização e os esforços que a DNA têm realizado para definir o papel do Governo Distrital no âmbito do subsector<sup>41</sup>, o Programa irá apoiar, de maneira progressiva e em colaboração com o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas, a elaboração de planos distritais de água e saneamento rural onde claramente estejam definidas as metas e mecanismos para promover as novas fontes de água, a manutenção das fontes existentes e o Saneamento Total Liderado pela Comunidade – STLC. Dentro dos planos distritais definir-se-ão de maneira participativa as metas por distritos, os indicadores de avaliação dos resultados, recursos necessários e as medidas para pôr em vigor o plano e prémios que incentivem as comunidades que consigam atingir o Saneamento Total e uma manutenção sustentável das fontes. Os distritos irão contratar o PEC para ajudar a criar um ambiente favorável através de fortalecer o sector privado local e criação da procura.

A contratação do PEC pode ser o PEC Zonal ou o PEC tradicional e de acordo com o modelo de intervenção i.e. pacote descentralizado, pacote para sustentabilidade ou pacote básico supra citados. Nos distritos onde o enfoque seja o da sustentabilidade das infra-estruturas existentes de água e o incremento da cobertura de saneamento, é recomendável a contratação do PEC Zonal o qual visa:

- a) Promover a mudança de práticas de água, higiene e saneamento através do envolvimento da comunidade e nas escolas e centros/postos de saúde;
- b) Procura de soluções alternativas junto ao sector privado local para a gestão, operação e manutenção das fontes;
- c) Capacitação do sector privado local para fornecer serviços relacionados com água e saneamento às comunidades tais como a construção de latrinas, dispositivos para lavagem de mãos em casa, baldes para armazenamento de água, peças sobressalentes entre outros desde uma perspectiva de negócio;
- d) Implementação duma estratégia de marketing social que promove novos comportamentos de acordo com os benefícios de prestígio, segurança e conforto que possam dar aos agregados familiares e não só pela diminuição de doenças hídricas; e
- e) Divulgação do sistema para a comercialização das peças sobressalentes, dos centros de demonstração de saneamento e os diferentes modelos de gestão das fontes alternativos.

Dentro do pacote descentralizado a implementar em distritos onde as infra-estruturas de água e saneamento sejam abordadas ao mesmo tempo, as DPOPH-DAS, juntamente com os distritos, formarão pacotes de negócios para abordagem do PEC Zonal que possam atingir um ou mais distritos simultaneamente. Embora o PEC Zonal aparente ter custos de contratos anuais elevados para trabalho num determinado distrito, os custos por fonte de água e por latrinas mostra-se mais eficiente que o PEC tradicional contratado por fonte, quando o número de comunidades abrangidas por distrito ultrapassa 30<sup>42</sup>. Adicionalmente, o trabalho do PEC Zonal por um período longo de um ano ou dois, numa área geográfica determinada, terá maior impacto na mudança de práticas higiénicas e adopção do saneamento total.

Contratos de vários distritos podem promover concursos públicos que visem o fortalecimento de ONGs nacionais através de parcerias com ONGs internacionais que permita uma transferência do *know-how*, técnicas de gestão de contratos e equipamento. O papel das ONGs internacionais será

---

<sup>41</sup> Estratégia Institucional de Saneamento Rural, DNA 2007.

<sup>42</sup> O Custo de PEC Zonal de aproximadamente US\$110,000 (media resultado de informação de Iniciativa Um Milhão e HAUPA) é comparado a 30 comunidades abrangidas por o PEC tradicional a US\$2,200 por fonte.

focalizado mais no fortalecimento da capacidade instalada dos parceiros locais, do que na implementação directa.

No contexto do pacote básico, as DPOPHs-DAS e os distritos irão contratar o PEC tradicional para a mobilização e organização comunitária para sua contribuição, gestão, operação e manutenção das fontes e a promoção de higiene e saneamento. O PEC ou alguma escola especializada (p.e. CFPAS, ADDP<sup>43</sup>) irá também apoiar ao distrito na capacitação dos artesãos locais para a construção de latrinas e manutenção das fontes.

## 2. **Fortalecimento da capacidade de oferta:**

Os Distritos através do PEC irão criar ou fortalecer artesãos locais e formá-los em desenvolvimento de negócios e produção de tanques de água, latrinas, lavatórios das mãos, lavadouros, bebedouros, tratamento da água, fossa asséptica, e tecnologias de baixo custo para melhoramento de colecta, transporte e conservação da água obtida das fontes locais aos pontos de consumo. Serão igualmente formados em assuntos de manutenção e reparações maiores de bombas manuais.

Os GDs são responsáveis por capacitar aos artesãos locais através das ONGs envolvidas nas actividades de PEC ou através de outras iniciativas de desenvolvimento local. Por exemplo, o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas – PPFDD teve uma componente de criação da capacidade local em Nampula, que em parceria com a DPOPH, capacitaram artesãos locais e a criação de associações para serem contratadas pelos GDs. A criação destas associações ou micro-empresas rurais têm enquadramento legal e são aprovadas pelo GD, e a sua contratação esta enquadrada no Decreto 54/2005 Regulamento de Contratação de Empreitadas<sup>44</sup>.

Como parte integrante do apoio aos artesãos locais e os Governos Distritais irão apoiar na formalização do processo das associações de artesãos locais ou micro-empresas rurais para facilitar a sua participação em actividades de construção financiadas pelos mesmos Governos Distritais na base do decreto 54-2005.



A criação destas micro-empresas rurais são uma alternativa que visam promover a água e o saneamento como um negócio. Uma das opções de reestruturação dos Estaleiros Provinciais de Água Rural - EPARs<sup>45</sup> e dos Estaleiros Provinciais de Latrinas Melhoradas - EPLMs incluem facilitar a criação de Pequenas e Médias Empresas - PMEs. As actividades do Programa podem significar um potencial de mercado para estas micro e PMEs poderem enquadrar-se no fornecimento de serviços de construção, venda de produtos relevantes e manutenção das infra-estruturas.

Estas Micro e Médias Empresas locais estarão envolvidas na construção de latrinas de escolas e centros de saúde, reparação de passeios e poços, protecção de nascentes bem como na colecta da água das chuvas e, através dos governos locais, apoiar-se-á na formação das associações e financiará a aquisição de ferramentas e equipamento inicial para o início das actividades.

Conforme traçado na estratégia nacional de saneamento, as autoridades locais apoiarão no estabelecimento de centros de demonstração perto dos beneficiários, no qual tecnologias adequadas de saneamento são expostos e promovidos. Estas actividades serão complemen-

<sup>43</sup> ADPP, Escolas de Ajuda de Povo para o Povo.

<sup>44</sup> Decreto 54/2005 Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviço ao Estado

<sup>45</sup> DNA, Reforma dos Estaleiros Provinciais de Agua Rural (EPAR), 2005

tadas com a disseminação de opções de tecnologia de saneamento melhorado doméstico. Conforme o Manual Técnico de Saneamento da DNA<sup>46</sup>, serão promovidas diferentes opções de latrinas. Tais opções técnicas já levam em consideração factores tais como as condições do ambiente, materiais disponíveis a nível comunitário bem como assuntos culturais.

Os centros de demonstração promoverão outras facilidades domésticas para que as comunidades adoptem para além das opções das latrinas e peças sobressalentes das bombas manuais. Encorajarão as feiras locais onde são exibidas as tecnologias e demonstrados pelos seus fabricantes e também serão claramente descritas as oportunidades de referência e participação local.

### 3. **Estimulação da procura:**

PEC vai estimular a procura de serviços e produtos relacionados com a água, higiene e saneamento através da sua promoção nas comunidades e nas escolas.

1) **A Promoção nas Comunidades:** Para estimular a procura de produtos e serviços relacionados com a água, higiene e saneamento, o Programa recomenda utilização da abordagem de Saneamento Total, facilitando a elaboração de planos de acção ao nível de cada comunidade através do uso de metodologias participativas conhecidas tais como o PHAST, Triple A, SARAR. A DNA reproduziu o manual PHAST passo a passo que pode ser de grande utilidade para todas as agências implementadoras de PEC. Este manual pode ser complementado com o *Kit* de PHAST adaptado e reproduzido pela Cruz Vermelha.

A DNA está actualmente a traduzir um manual sobre Saneamento Total que pode também ser de grande utilidade para o pessoal de campo (Vide Manual de Operações: Anexo 18 para maior detalhe dos manuais existentes).

O PEC deve criar a capacidade ao nível da comunidade para a implementação deste plano de acção. Uma das maneiras que têm demonstrado certa efectividade são a formação de promotores locais que devem ser integrantes de vários grupos de influência na comunidade tais como líderes, igrejas, jovens, mulheres, associações que se comprometem a realizar periodicamente actividades de promoção.

Para assegurar uma participação a longo prazo e que não prejudique a economia familiar devido ao esforço do voluntariado, que tem sido o tipo de envolvimento dos promotores locais, os Governos Distritais serão responsáveis de fomentar a criação de parcerias Publico-Privadas e ONGs que permitam criar elos de ligação entre empresas de produtos higiénicos ou lojistas locais para serem vendidos pelos promotores comunitários ao mesmo tempo que transmitem as mensagens de água, higiene e saneamento. Estas parcerias têm demonstrado ser muito efectivas na criação de quiosques de água e saneamento em áreas peri-urbanas e é de grande interesse para algumas empresas. Estas empresas podem dar capacitação para a gestão do negócio, o papel de liderança na comunidade e a comercialização dos produtos.

---

<sup>46</sup> Technical Guidelines on Rural Sanitation, DNA, 2006

## Saneamento Total

Os elementos básicos do Saneamento Total são resumidos a seguir. O processo a nível da comunidade deve ser um processo prático, dinâmico e atractivo respondendo as três aspectos principais: 1) definição de prioridades, soluções desejadas e plano de promoção; 2) definição das metas esperadas e os indicadores; e 3) o sistema de monitoria.

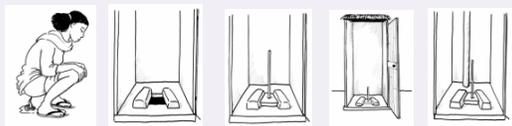
Para a realização do plano de acção a nível comunitário podem ser utilizadas quaisquer das metodologias participativas iniciando por uma caminhada que permita identificar os maiores problemas relacionados com água, higiene e saneamento a nível das famílias e da comunidade. A busca de soluções deve ser baseado no uso de materiais locais e adaptado a cultura local. O plano de acção deve definir mecanismos dinâmicos para promoção das mensagens para abranger o 100% de cobertura de saneamento.

A promoção no seio das comunidades e dos agregados familiares deve ser realizada através de vários meios para fazer chegar as mensagens e captar a atenção da maioria dos membros da comunidades tais como:

- Actividades do promotores de higiene comunitários em grupos pequenos de 10-20 agregados familiares por grupo;
- Actividades de promotores de higiene nas igrejas, grupos de jovens, associações agrícolas, etc.;
- Conselho de encarregados de educação, professores e alunos promovendo actividades nos clubes da escolas;
- Envolvimento de líderes comunitários na monitoria e fortalecimento das mensagens;
- Membros dos governos locais e provinciais, ONGs e doadores disseminando as mesmas mensagens nos seus discursos e visitas.

É importante a criatividade de como fazer chegar a mensagem e a sua diversidade para manter a atenção da audiência e o seu interesse para adoptar as práticas desejadas. Uma grande diversidade entre discursos, cartazes, técnicas participativas, teatro, música, dança, demonstrações práticas podem ajudar, não só a chegar a todos, mas também a ilustrar que existem soluções que estão ao alcance de todos e que podem ter diferentes tipos de benefícios ligados ao status, conveniência e segurança. Estas diferentes maneiras de dar a conhecer os benefícios associados às novas práticas e comportamentos podem ajudar a captar a atenção e ajudar ao cometimento das pessoas a adoptar mudanças.

No processo de planificação é importante definir os níveis desejados e como medir o atendimento das metas. Os elementos de uma latrina aceite por todos e como identificar os diferentes graus de atendimento das metas tais como defecação a céu aberto, latrina com laje, latrina com laje e tampa, casota, casota com cobertura, latrina com ventilação.



Monitoria pública é um elemento básico para conseguir o atendimento do saneamento total.

O sistema de premiar o dar a conhecer o desempenho dos agregados familiares cria pressão entre vizinhos, o que faz que muitos adoptem as práticas preconizadas para ser reconhecido ou evitar passar vergonha na comunidade. O sistema de visitas periódicas e premiando os melhores vizinhos também incentiva as pessoal de manter as praticas adoptadas.

2) **A Promoção de Água, Higiene e Saneamento nas Escolas:** Água, Higiene e promoção de saneamento nas escolas terão três principais componentes: o aprovisionamento do abastecimento de água e construção de latrinas por género; a formação de professores e associações de pais educadores – PTAs; bem como o saneamento total direccionado a escola e comunidade. Estes componentes complementam-se de modo a influenciar crianças, professores e pais na adopção de práticas de higiene.

Estabelecimento de clubes de higiene formados pelas crianças, professoras e encarregados de educação e/ou fortalecidos para promover a comportamentos de higiene melhorada ambos dentro da comunidade e escolas. Serão desenvolvidos através da metodologia participativa (ferramenta PHAST<sup>47</sup>), o teatro, dança, música e acompanhamento porta-a-porta com o objectivo de promover mudanças de comportamentos relacionados com a água, higiene e saneamento.

- **Construção da Infra-estrutura:** Autoridades distritais, em coordenação com a DPOPH e DPEC, seleccionarão as escolas prioritárias para iniciar o programa de provisão de fontes de água as quais variam desde os novos furos e reabilitações, cisternas para água de chuva. Serão providenciadas latrinas separadas para os rapazes e raparigas em conformidade com o Guião Técnico da DNA sobre Saneamento Rural<sup>48</sup>. Espera-se que com as latrinas o número de raparigas nas escolas venha a crescer. Serão construídos lavatórios para as mãos próximo das latrinas para respectivo uso pelos professores e alunos. Serão criados mecanismos que asseguram o fornecimento periódico de sabão ou cinza nos referidos lavatórios para lavagem apropriada das mãos.

Para além disso, as escolas podem ser também utilizadas como centros de demonstrações da construção de latrinas caseiras com lavatórios de modo que os alunos e encarregados de educação possam ver e aprender e perceber sobre como podem replicar tais facilidades nos seus lares.

- **Formação de Professores e PTAs:** Com vista a apoiar a criação de facilidades e promover o uso adequado, as associações dos professores e encarregados de educação serão chamados a envolver-se na organização de construção, orientação e formação para uma melhor e adequada manutenção das facilidades.

A formação deve focar nos benefícios e impactos de uma escola com saneamento melhorado, princípios chaves e acções necessárias para o melhoramento do saneamento escolar, papel e responsabilidades dos vários intervenientes; gestão e uso das infra-estruturas e mobilização comunitária. Em acréscimo, os planos da promoção de água, higiene e saneamento na escola e a nível comunitário devem ser o resultado final da formação, tendo como meta à própria escola e a comunidade circunvizinha.

- **Saneamento Total Liderado pela Comunidade:** A partir das experiências em promoção da higiene em escolas, tornou-se evidente que a construção de latrinas e formação na promoção de higiene não basta para alcançar as mudanças comportamentais desejadas e respectiva sustentabilidade das mesmas facilidades. Por isso, o Programa através dos GDs, irá promover, no mínimo por dois anos em cada escola com uma promoção contínua, bem como monitoramento, acompanhamento na utilização, operacionalidade, manutenção e sustentabilidade das facilidades; e continuidade em comportamentos chaves de higiene e no plano de promoção a nível comunitário de modo a alcançar a meta – saneamento total.

As autoridades Distritais deverão geralmente contratar artesãos locais para a construção das latrinas com maior envolvimento de PTAs e membros comunitários ao fim de assegurar a manutenção de

---

<sup>47</sup> Participatory Hygiene and Sanitation Transformation

<sup>48</sup> Technical Guidelines on Rural Sanitation, DNA, 2006

rotina por parte da escola. A construção de latrinas nos agregados familiares, serão como resultado das actividades de promoção do saneamento total.

Serão encorajados os alunos a monitorar as boas práticas de higiene nas sua famílias. Clubes de escola agirão como monitores que observam e prestam contas sobre as práticas de higiene com colegas da escola e membros comunitários regularmente. Os Clubes serão responsável pelo lixo, limpeza das latrinas e o pátio em redor das fontanários, e assegurar-se que as referidas áreas sejam mantidas em perfeitas condições. Este processo interactivo levar-nos-á ao monitoramento de mecanismos escolares na melhoria de práticas de higiene e encorajamento em discussões sobre as razões pelas quais certos comportamentos tendem a não ser adoptados pelos membros comunitários e alunos.

Ao mesmo tempo serão utilizados a nível comunitário, conforme o guião do STLC para a monitoria e reconhecimento desses utensílios no alcance de metas e retenção dos comportamentos adoptados.

### **5.3.3 Fraco atendimento dos mais Pobres com a aplicação do Princípio de Procura:**

De um modo geral, existe o receio de que com a implementação do Princípio de Procura, a camada mais desfavorecidas das áreas rurais fiquem restringidas dos benefícios dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, devido às limitações que estas camadas têm para participar nos custos de capital e de manutenção.

Para assegurar que o Programa apoie os esforços do governo na luta contra a pobreza, promover-se-ão quatro abordagens complementares a seguir: 1) Enfoque de Pobreza e Género; 2) Fomento de soluções locais para geração de receitas; e 3) Alternativas de produtos e serviços para grupos mais desfavorecidos.

#### **1. Enfoque de Pobreza e Género:**

Baseado no quadro legal fornecido pelo MIPAR e o LOLE e os seus regulamentos de participação comunitária, três factores podem contribuir para que o Programa assegure o *mainstreaming* do enfoque de equidade e género ao nível de todas as actividades do sub sector, nomeadamente: processos de priorização distrital de áreas de acção do Programa baseado em indicadores de pobreza e equidade; processos de priorização de áreas de baixa cobertura e maior pobreza; e fomento da participação activa da mulher e grupos vulneráveis. O Programa irá levar a cabo esforços consertados em advocacia para abordar grupos mais vulneráveis e pobreza absoluta (tais como mulheres chefes de agregados familiares, doentes crónicos), levando em conta a planificação participativa distrital e adopção de técnicas participativas e fomento dos sistemas tradicionais de apoio social.

O Programa, através da DNA, irá actualizar e divulgar o mapeamento da pobreza ao nível de localidade/comunidade para a sua monitoria, identificação e atendimento dos mais desfavorecidos. Ao longo da Fase I, DPOPHs e Governos Distritais irão focalizar no enquadramento da análise desses indicadores de pobreza, o mapeamento da pobreza e as áreas de menor cobertura de água e saneamento ao detalhe de postos administrativos e localidades através da elaboração/revisão dos planos de abastecimento água e saneamento rural a provincial e distrital, i.e. Planos Directores Provinciais e Planos Estratégicos do Distrito de AASR.

Do mesmo modo, os distritos serão responsáveis por assegurar um processo mais transparente na priorização participativa no desenho dos planos de acção distrital, fortalecendo os processos de consulta comunitária, desde os Conselhos Consultivos ao nível do Comitês de Desenvolvimento Local – CDLs/ Comitês de Desenvolvimento Comunitário - CDCs (onde os Comitês de Água e Saneamento - CAS formam parte dos grupos de interesse), Conselhos Consultivos do Posto Administrativo -

CCPAs e Conselhos Consultivos Distritais – CCDs que assegurem uma análise das áreas de mais baixa cobertura e maior pobreza.

As ONGs e as EASs são responsáveis do uso de metodologias participativas, ao longo do processo, à nível comunitário, na identificação de factores que motivem ou limitem a participação da mulher e dos grupos mais vulneráveis na tomada de decisões. Motivar-se-á uma participação equitativa de mulheres nos Comitês de Água e Saneamento – CAS. Contudo, o mais importante que o atendimento das metas numéricas será a necessidade de facilitar uma participação activa da mulher nas tomadas de decisões através de capacitação.

A capacitação focalizar-se-á na criação de auto-estima, no fortalecimento da capacidade de análise de problemas e tomada de decisões sensíveis à equidade e ao género, e na capacidade de negociação, argumentação e persuasão orientado à mulher e os grupos vulneráveis. Os cursos podem ter mais impacto quando se juntar a participação de mulheres e representantes de grupos vulneráveis de várias comunidades no distrito. Recomenda-se que a capacitação dei inicio com grupos exclusivos de mulheres e grupos vulneráveis e gradualmente se estenda por forma a incluir alguns líderes com atitudes favoráveis à equidade e género e por último fazendo grupos mistos. Este processo gradual permite que estes grupos ganhem confiança e uma dinâmica mais equitativa nas reuniões dos CAS a nível da comunidade e a nível da participação dos CAS nos Conselhos Consultivos Distritais - CCDs.

Os Governos Distritais são igualmente responsáveis por fomentar a participação da mulher e grupos vulneráveis nos CAS e no processo de selecção e convite das IPCCs a participar nos Conselhos Consultivos Distritais. Os GDs devem também fomentar a participação das mulheres mais dinâmicas a nível comunitário para estas serem membros activos dos encontros de planificação e monitoria participativa no distrito. De salientar que, a melhor maneira de motivar a participação da mulher é através de pessoal feminino activo e competente a nível da função pública e das ONGs, sendo responsabilidade das ONGs, GDs, DPOPHs, DNA e dos doadores uma selecção equitativa do pessoal envolvido no Programa a todos os níveis e visitas às comunidades e distritos que tenham uma participação activa de mulheres e grupos vulneráveis.

## **2. Fomento de soluções locais para geração de receitas:**

O Programa irá a promover o uso produtivo de água ao nível comunitário com o objectivo de melhorar a capacidade de geração de receitas dos agregados familiares mais desfavorecidos e, assegurar assim, uma capacidade de pagamento dos custos de operação e manutenção das fontes melhoradas e saneamento. O uso produtivo de água pode ser proveniente das fontes melhoradas ou das fontes alternativas tais como: albufeiras, lagoas, riachos ou fontes tradicionais. As actividades de receitas podem incluir, actividades de processamento de alimentos como a elaboração de farinha de mandioca; criação de animais tais como, avicultura e piscicultura; hortas e viveiros; e cerâmica para além da produção de materiais como tijolos e blocos.

O Governo Distrital é responsável pela coordenação inter-sectorial, e apoiar tecnicamente na elaboração de propostas daqueles que pretender beneficiar-se dos fundos do OIIL. A problemática das comunidades carentes e com uma grande dificuldade de angariação de fundos para comparticipação aos custos de capital das fontes ou dos custos de O&M deve ser discutido nos Conselhos Consultivos Distritais para se encontrarem soluções conjuntas. Os GDs devem promover e criar capacidade local para fazer face às comparticipações, no lugar de providenciar exonerações e subsídios não sustentáveis. Deste modo, grupos desfavorecidos localizados dentro de uma comunidade específica, podem beneficiar-se deste tipo de iniciativas. Para resolver casos particulares de extrema carência e dificuldade por causas de doença, os GDs e os CAS devem fomentar o uso dos mecanismos tradicionais de apoio mútuo para exoneração de casos específicos ou contribuição para apoio físico ou material.

O sistema de apoio de iniciativas locais para geração de receitas, que asseguram a operação e manutenção sustentável de água, pode ser utilizada com um incentivo de comunidades e grupos vulneráveis que demonstram um engajamento forte na adopção de práticas higiénicas e saneamento, através da monitoria de indicadores básicos como construção de latrinas, lavagem de mãos, melhoramento da limpeza dos agregados familiares e das comunidades como resultado da promoção do saneamento total.

De salientar que receitas provenientes destas actividades deve assegurar uma manutenção sustentável das fontes de água e das infra-estruturas de saneamento.

### 3. **Alternativas de produtos e serviços para grupos mais desfavorecidos:**

O Programa irá fomentar o envolvimento das micro empresas ou PME's para fornecimentos de serviços diversos relacionados com água, higiene e saneamento que permitam assegurar diversidade de produtos que se adequem não só às diferenças culturais, assim como, às diferentes possibilidades económicas das famílias.

As micro empresas ou PME's podem facilmente desenhar diferentes tipos de serviços com preços de acordo com as preferências, a capacidade e a vontade de pagar dos consumidores finais. Eles podem ajustar as diferentes modalidades de pagamentos dependendo das limitações dos consumidores finais, cobrando o preço total da construção de uma latrina, ou não cobrar nenhum pagamento em numerário, mas sim com materiais locais ou produtos agrícolas ou algum trabalho que apoie na construção de outras latrinas à outros vizinhos, permitindo, que os grupos mais vulneráveis possam ser beneficiados.

O desenho apropriado de serviços e produtos relacionados com a água, higiene e saneamento e o seu marketing é importante para assegurar o saneamento total ao nível da comunidade, tornando-os social, cultural, técnica e economicamente aceitáveis e sem exclusão dos grupos mais vulneráveis.

O leque de serviços e produtos relacionados com água, higiene e saneamento ser mais não limitados à:

**Água:** os próprio serviço do fornecimento de água quer gerindo a bomba como fornecendo o transporte para tanques de armazenamento mais próximos aos agregados familiares mais dispersos: peças sobressalentes, manutenção e reparação da bomba, productos para transportar ou armazenar de água como bidões de 25 Lt., barris de 60-100 Lt., captação de água de chuva, *chova* para transportar 4 ou mais bidões, etc.

**Higiene:** Sabão, utensílios para lavagem de mãos, copa para arrumo da loiça e panelas, lavadouros, cloro, pegas para manusear a água, bacias plásticas, etc.

**Saneamento:** diferentes tipos de latrinas, diferentes tipos de sanitas, fossa séptica, cova para dreno de água, cova para o lixo, serviço de esvaziamento de latrinas em aldeias conglomeradas, etc.

### 5.3.4 **Poucas opções tecnológicas e modelos de gestão de acordo à realidade local:**

O Programa através da DNA irá promover a testagem de tecnologias e modelos de gestão interligando com o sistema de comercialização de peças sobressalentes.

#### 1. **Testagem de opções tecnológicas:**

Como uma estratégia complementar a actualização da informação hidro-geológica ao nível do país, o Programa vai apoiar a testagem e aprovação de diferentes alternativas de bombas manuais, para seleccionar um ou dois modelos de bombas manuais para diferentes profundidades e qualidade da água (ver tabela 5.1: Bombas Manuais em uso no Abastecimento de Agua Rural em Moçambique)<sup>49</sup>.

<sup>49</sup> Minutas GAS, Agosto 2008.

A DNA deverá dar seguimento e aprovação das bombas que têm sido testadas nos últimos anos tais como a Bomba de Corda, PlayPump, Afripump. De acordo com a informação apresentada no GAS, a DNA tem seleccionado uma série de bombas manuais que podem ser alternativas à Afridev de acordo com as condições hidro-geológicas ao nível provincial ou distrital.

Promover-se-ão parcerias com organizações privadas e ONGs para testagem de três bombas manuais com um mínimo de 100 unidades, assim como a testagem diferentes desenhos de latrinas para avaliar o desempenho e aceitação ao nível da comunidade.

Testagem e utilização alargada noutras áreas do país - é importante que a DNA assegure que os agentes das bombas testem e estejam comprometidos a montar um sistema de comercialização de peças sobressalentes e sistemas de gestão, manutenção, reparação e substituição das bombas. Esta estratégia é complementar e esta enquadrada na estratégia de modelos de gestão e comercialização de bombas manuais e peças sobressalentes a descrever neste capítulo.

## **2. Modelos de Gestão dos PSAAs:**

Na base do Manual de Implementação das modalidades de gestão dos pequenos sistemas de abastecimento de água - PSAAs<sup>50</sup>, existem actualmente três tipos de PSAAs que não estão integrado no quadro da gestão delegada, como se segue:

Nível	Descrição
Nível I	Um furo/poço, transporte, armazenamento, distribuição através de fontanários e um número reduzido de ligações domiciliares/torneiras no quintal (inferior a 50)
Nível II	Um furo/poço, transporte, armazenamento, distribuição através de fontanários e um número reduzido de ligações domiciliares/torneiras no quintal (superior a 50 e inferior a 150)
Nível III	Um furo/poço, transporte, armazenamento, distribuição através de fontanários e um número reduzido de ligações domiciliares/torneiras no quintal (superior a 150 podendo mesmo ser superior a 500)

Estes PSAAs têm estado tradicionalmente sob a tutela do DAR. Com o processo de formalização da *Asset Management Unit - AMU*<sup>51</sup>, parte destes sistemas, das vilas reconhecidas como urbanas pelo Instituto Nacional de Estatística serão transferidas para ficar sob a tutela da AMU. Propõe-se que até a AMU encontrar-se plenamente operacional, o DAR estará ainda a tutelar aquelas vilas classificadas como rurais. Com o crescimento económico e geográfico destas vilas, no momento que estas vilas sejam reclassificadas na categoria urbana serão transferidas para AMU.

De acordo com o manual supracitado, o DAR é responsável pelo desenho do plano de desenvolvimento dos sistemas, junto aos GDs. O procedimento para implementação das modalidades de gestão dos PSAAs seguem as modalidades e procedimentos estabelecidos no Manual. Os papéis e responsabilidades das entidades e organismos detalham se a seguir:

As entidade ou organismos envolvidas nas modalidades de gestão são: MOPH representada pela DNA/DAR; Governo Provincial; Fórum Provincial; Governo Distrital/Autarquia; Comissão Reguladora Distrital/Autárquica: Cedente; e Operador.

As modalidades de Gestão podem ser público autónoma ou privada com operadores comercial, comunitário, autárquico ou distrital.

<sup>50</sup> Manual de Implementação das Modalidades de Gestão dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, DNA, 2006.

<sup>51</sup> Consultancy Services for tariff Study in Mozambique, DNA (Nathan), 2007

Modelos de Gestão das Fontes Dispersas: O Programa irá promover a busca de modalidades de gestão alternativas à gestão comunitária das fontes em busca da sustentabilidade e criação de sinergias entre a gestão das fontes e a comercialização de bombas manuais e peças sobressalentes. A DNA será responsável pela revisão dos modelos propostos pelo Projecto ASNANI<sup>52</sup>, contudo, as alternativas privadas, público/privadas e públicas serão analisadas, definindo quais os factores que limitam ou favorecem a selecção de um determinado modelo de gestão. Uma descrição mais detalhada será apresentada na estratégia de comercialização de bombas e peças sobressalentes.

---

<sup>52</sup> Alternative Models for the Commercialization of a Sustainable Spare Part Network, Projecto ASNANI, 2008

**BOMBAS MANUAIS EM USO NO AAR EM MOÇAMBIQUE**

DESCRIÇÃO		NIRA	CORDA Moz	AFRIDEV	AFRIDEV SB	INDIA MARK II
	<b>Profundidade máx.de instalação (metros)</b>	15 m	25 m	45 m	80 m	80 m
<b>Especificações técnicas</b>	<b>Descarga na profundidade máxima</b>	20-25 litros/minuto	20-30 litros/minuto	12-15 litros/minuto	10-12 litros/minuto	0,22 litros/minuto
	<b>Pessoas servidas</b>	~300	~150	~500	~500	~300
	<b>Tipo de fonte p/ instalação</b>	Poço e Furo	Poço	Poço e Furo	Furo	Poço e Furo
	<b>Modo de funcionamento</b>	Manuseio da Alavanca: muito suave. A bombagem é vertical ao corpo da bomba - acção directa sob o pistão	Manuseio da Roda na posição vertical: necessária uma senhora ou criança para encher um recipiente de 20 litros num tempo médio de 1-1:20 minutos sem paragem.	Manuseio da Alavanca na posição vertical. São necessárias duas senhoras para encher um recipiente de 20 litros, com duração média de 2 minutos sem paragem	Manuseio da Alavanca na posição vertical.	Manuseio da Alavanca na posição vertical.
<b>Custo</b>		~ 1,600 USD	~350 USD	~1,500 USD	>2,000 USD	4,000 USD
<b>Fabrico Nacional</b>		Não - Tanzania e Gana	Sim. (Niassa, C. Delgado e Zambézia)	Sim (Maputo - parte metálica e tubos de elevação)	Sim (Maputo - parte metálica apenas)	Não - India
<b>Instalação</b>		Fácil, não requer equipamento de apoio	Fácil, não requer equipamento de apoio	Fácil, não requer equipamento de apoio	Fácil, não requer equipamento de apoio	Requer equipe especializada e equipamento (tripé, chaves, guinchos, etc)
<b>Manutenção</b>		VLOM	VLOM	VLOM	VLOM	Não é VLOM
<b>Acesso a peças sobressalentes</b>		Importadas da Tanzania	Local	Local + importadas	Local + importadas	Importadas
<b>Avarias frequentes</b>		Desaperto da anilha do pistão, rachas na alavanca da bomba, desligamento dos tubos em relação a alavanca, entupimento da válvula de pé.	Quebra da corda, rápido desgaste dos pistões	Quebra ou desgaste dos tubos, quebra de varetas, soldadura das sola "Ü".	Racha ou descolagem da tubagem, peso	Desgaste das solas, quebra da corrente, forte oxidação dos tubos e varetas.
<b>Local de instalação</b>		Cabo Delgado	Em teste em Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia	Nacional	Em teste em Inhambane	Inhambane e Gaza
<b>Observações</b>			Projecto Piloto concluído. E necessário assegurar a produção local do pistão e dos tubos de elevação; melhorar o sistema de fixação dos pistões; protecção da bomba contra a corrosão.	Está em teste em Inhambane o uso da Afridev com varetas de fibra de vidro, que tornam a bomba mais leve e aplicável em profundidades acima de 45 m.	1. Suporte de base = contra-peso para suportar o peso da tubagem e coluna de água. 2. Usa varetas de rosca e não de engate 3. Também está em teste nestas bombas o uso de varetas de fibra de vidro, com uma tubagem de diâmetro menor (48 mm contra 63 mm)	No início da década 90 o Sector abandonou o uso desta bomba por não se enquadrar na categoria VLOM

### **5.3.5 Fraco ou falta de acesso a peças sobressalentes:**

O Programa irá apoiar a definição de modelos alternativos para o estabelecimento de uma cadeia de comercialização de bombas manuais, peças sobressalentes e serviços associados para a gestão de fontes dispersas.

A DNA será responsável pela contratação de um estudo que tenha como resultado esperado o desenho de uma estratégia que assegure o acesso sustentável a peças sobressalentes e serviços associados à gestão e manutenção das fontes para ser adoptada ao longo da Fase I do Programa. Este estudo utilizará a informação proveniente dos Planos Directores Províncias sobre a existência de fontes e o seu estado operacional, os dados do sistema de informação geográfica actualizado e a informação actualizada das cartas hidro geológicas como fonte de informação básica para o análise de mercado.

Adicionalmente, as DPOPHs através dos GDs, devem desenhar, com os projectos existentes, a recolha de informação detalhada das peças utilizadas pelas comunidades, artesãos locais e projectos para a manutenção, reparação e reabilitação dos diferentes tipos de bombas nas fontes existentes. As informações provenientes destes estudos serão fundamental para análise da rotação de stock de peças sobressalentes.

Identificar-se-ão os modelos alternativos que possam ser mais eficientes nas diferentes províncias e distritos, determinados de acordo com o mercado potencial, o desenvolvimento da economia local e a existência/capacidade emergente do sector privado. A estratégia a desenhar deve identificar os factores que limitam ou favorecem a selecção de um determinado modelo para sua selecção e revisão ao longo do Programa.

Os diferentes modelos de gestão que foram propostos devem considerar alternativas de gestão comunitária actualmente utilizado que estejam intimamente ligados o sistema de comercialização de bombas e peças sobressalentes. De salientar, que os modelos propostos devem ser mutuamente complementares e que possam ser gradualmente estender num distrito determinado de acordo ao crescimento da procura e da própria economia local.

O estudo deve também analisar a proposta apresentada pelo Projecto ASNANI, sobre modelos de comercialização sustentável de peças sobressalentes<sup>53</sup> para o desenho da estratégia. Os modelos pelo ASNANI recomendados são:

- a) Modelo I: Comercialização de Peças Sobressalentes ao nível do distrito;
- b) Modelo II: Gestão Comunitária com sistema de apoio de artesãos locais para reparações de grande escala e fornecimento de peças sobressalentes como vendedor ambulatório dos comerciantes a nível do distrito ou província;
- c) Modelo III: Pacote de negócio de gestão de fontes com várias comunidades, para um privado comercial individual ou colectivo, responsável de fazer a manutenção e reparação das fontes. Os serviços devem ser pagos directamente pela comunidade e sujeitos ao pagamento de imposto local.

Existem quatro áreas potenciais de melhoramento no conceito antes dos três modelos:

---

<sup>53</sup> Alternative Models for the Commercialization of a Sustainable Spare Part Network, Projecto ASNANI, 2008

1. Possuir peças de bomba manual num pacote integrado de negócios é mais rentável e pode ser partilhado com outros produtos de água e saneamento tais como prestação de serviços na operacionalidade e manutenção das bombas manuais, venda de bidões, sabão, rede mosquiteira, produtos de tratamento de água a preço acessível considerando que a construção de latrinas requer uma abordagem mais integrada de promoção de água, higiene e saneamento. Peças para Bicicletas e ferramentas agrónomas constituem produtos potenciais que estão proximamente relacionados às actividades mecânicas locais. Contudo, os produtos diários tais como açúcar, capulanas, rádios, pilhas constituem igualmente um potencial de lucro dos vendedores locais que eventualmente podem cobrir os custos com o pessoal, transporte e equipamento necessário para a venda das peças localmente.

2. Em países de economias em vias de desenvolvimento como Moçambique, a troca continua sendo uma maneira de intercâmbio de produtos e pagamento pelas necessidades entre membros ou comunidades. Neste contexto, é um factor importante para qualquer que seja o sistema, ser flexível e de fácil adaptação para receber cereais locais em forma de pagamento pelos produtos ou serviços de água e saneamento.

3. De modo a se ter êxitos na cadeia de aprovisionamento, seria mais apropriada a combinação de venda de peças sobressalentes das bombas manuais e serviços relacionados com a operação e manutenção das mesmas, uma vez que as peças importadas actualmente suportam taxas aduaneiras elevadas e IVA. Actualmente, os fabricantes locais expressaram a intenção do seu interesse em deixar de fabricar as bombas manuais afridev e as suas peças passando a importá-los. As regulamentações actuais aduaneiras mostram que bombas manuais estão isentas de taxas, o que não é o mesmo com as peças e de certa forma poderá desencorajar a sua comercialização devido a falta de mercado.

4. O tamanho de Mercado em sobressalentes existentes é muito baixo comparado com as bombas manuais instaladas e a larga área geográfica a abranger.

A DNA é responsável de dar a conhecer a estratégia finalizada e definir o plano de acção para sua implementação. As DPOPHs-DAS e os GDs serão os responsáveis para implementar e assegurar o enquadramento e monitoria nos programas locais. É importante para o GD promover a criação de procura através de criação de uma cultura de manutenção e reparação, facilitar o fluxo de informação relativa as avarias e procura de peças sobressalentes, exigir o cumprimento dos padrões de qualidade mínimos requeridos ao nível nacional e fomento de pacotes de negócios de gestão, manutenção e reparação das fontes dispersas e pequenos sistemas de água.

A DNA em parceria com UNICEF ou SKAT é responsável por estabelecer um mecanismo mais eficiente e eficaz para certificar a qualidade das bombas fornecidas, quer seja através da identificação de uma lista curta de fabricantes reconhecidos pela qualidade das bombas e peças sobressalentes, quer pela inspecção das bombas *in situ*.

### **5.3.6 Excessiva dependência da planificação e implementação centralizada:**

Como resultado da análise dos assuntos mais críticos do sub sector, o PESA-ASR definiu claramente o papel do Governo Distrital encarregue da implementação do Principio de Procura, das actividades de manutenção e reparação visando a sustentabilidade das fontes. O Programa, visa operacionalizar este processo de desconcentração de responsabilidades através da capacitação institucional e a descentralização que são abordadas a profundidade nos **Capítulos 3 e 6** deste

documento. Contudo, neste capítulo explicar-se-á a interrelação entre a planificação ao nível distrital e a planificação do Programa.

Existe um fraco cometimento e sentido de responsabilidade ao nível distrital, para o qual o Programa pretende criar a capacidade de análise, tomada de decisões e negociações ao nível distrital e provincial, através da elaboração dos planos estratégicos distritais de água e saneamento rural que permitam ter uma visão a longo prazo e medidas que assegurem o aumento da cobertura e a sua sustentabilidade. Idealmente, estes planos estratégicos distritais serão futuramente a base para a elaboração dos Planos Directores Provinciais que a sua vez serão a base do PESA-ASR.

Inserir a planificação participativa distrital como parte integral da planificação do subsector da base para o topo, tem por um lado, a vantagem de motivar um cometimento e sentido de posse do distrito, e por outro, ser um processo mais inclusivo registando os projectos e iniciativas de água e saneamento de outros sectores (saúde e educação) e organizações do sector privado ou da sociedade civil.

Adicionalmente, fomentar-se-á o enquadramento do Princípio de Procura no contexto do processo de descentralização, adaptando o manual social à planificação participativa distrital para priorização das actividades de água, higiene e saneamento ao nível local e de acordo com a disponibilidade financeira. Isto implica a revisão do ciclo do projecto descrito no MIPAR, acrescentando-se uma fase referente a planificação e priorização de áreas de enfoque para campanhas de perfuração e de saneamento total.

Para a harmonização das actividades do Programa ao nível comunitário é necessário mais análises para ter uma percepção completa do Guião para Organização e Funcionamento da Participação e Consulta Comunitária na Planificação Distrital, onde a responsabilidade e coordenação entre os IPCCs estão claramente definidas. Será realizado através de uma consultoria que harmonize o MIPAR com os Processo de Planificação Participativa Distrital.



Fonte: Olipa, Projecto HAUPA.

Contudo, o subsector de AASR tem definido o Comité de Água e Saneamento - CAS como sendo uma organização isolada responsável pelo desenvolvimento das actividades de Água e Saneamento. É necessário rever o papel do CAS na qualidade de um grupo temático das Instituições Consultivas e Participativas Comunitárias IPCCs<sup>54</sup>, em geral, e do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, em particular, o qual deve reportar a este corpo representativo a nível comunitário e prestar contas das suas actividades, assim como da gestão dos fundos provenientes das taxas de uso da água.

Do mesmo modo, a inserção do PP no processo de planificação, os GDs e as organizações parceiras devem prestar contas perante as comunidades e vice versa, na avaliação do desempenho do plano anual. Isto facilita também o processo de monitoria e relatório do subsector com

<sup>54</sup> Instituições de Participação e Consulta Comunitaria regulated as part of the LOLE and complementary decrees Lei 15-03.

informação mais de acordo com a realidade dos acontecimentos. É importante reconhecer que a colaboração e fluxo de informação entre DNA, DPOPHs e GDs deve ser muito flexível por forma a apoiar os distritos na coordenação de todas as actividades, uma vez que algumas organizações não participam nestes processos de planificação.

## **5 Planificação, Monitoria e Gestão da Planificação**

### **5.1 Planificação, Orçamentação e Gestão Financeira do Sector Público**

#### **5.1.1 Planificação e Orçamentação**

O Plano Económico e Social(PES) do Governo e o Orçamento do Estado (OE) foram elaborados com base nas políticas e prioridades definidas no Plano Quinquenal do Governo que, desde 2006, está harmonizado com e operacionalizado através do PARPA II. A preparação do PES e do OE tem em conta as projecções financeiras no MTEF que proporciona um pacote financeiro a médio prazo para todos os programas do Governo e constitui a ligação entre os planos e orçamentos a médio prazo e anuais.

O Programa apoiará a preparação dos planos distritais do AASR para serem integrados nos planos de desenvolvimento e de investimento anuais e a médio prazo a todos os níveis. É importante que o PES e os planos equivalentes a todos os níveis coloquem o enfoque na cobertura crescente do abastecimento de água e saneamento para atingir as metas relevantes dos ODMs e o enfoque na sustentabilidade e manutenção das instalações como vem recomendado no PESA-ASR. Os planos distritais darão insumos para a elaboração e/ou actualização dos planos directores provinciais do AASR.

O Programa apoiará a elaboração dos planos distritais do AASR e a elaboração e/ou actualização dos planos directores provinciais do AASR. Os Termos de Referência para os futuros planos directores provinciais do AASR serão analisados e revistos se necessário para estarem de acordo com os princípios e abordagens. Para melhorar a exactidão e validade deste processo, a DNA, a DPOH e o Governo Distrital serão informados sobre os recursos financeiros disponíveis para priorizar e sobre as actividades do plano.

Estes processos serão participativos e inclusivos, envolvendo os actores relevantes a todos os níveis, incluindo o sector privado e a sociedade civil. Isto vai requerer instrumentos para a colecta de dados correctamente desenhados e um sistema integrado de fluxo de informação e de prestação de contas entre os distritos, as províncias, a DNA, os parceiros de desenvolvimento e outros. Este processo será da base para o topo e inclusivo, iniciando nos planos distritais de AASR, que estão ligados aos planos directores provinciais do AASR e por fim aos AIPs da DNA e ao MTEF.

O MdF é responsável pela preparação dos orçamentos anuais e pela gestão financeira pública. Desde 2006 que o orçamento anual estatal é elaborado com base no pacote geral de recursos definidos pelo MTEF, assim como na informação sobre a disponibilidade de financiamento externo. Usando esta informação, o MdF define os tectos para as componentes principais do investimento financiado internamente e as despesas correntes: salários, bens e serviços, etc. Estes tectos são definidos para cada ministério, governos provinciais, administrações distritais e municípios oferecendo a base para a planificação e orçamentação a esses níveis.

Finalmente o MdF compila o PES dos sectores e províncias que é elaborado com base nos planos distritais num número crescente de distritos. Isto também afectará a forma como a DNA prepara o MTEF e os planos e orçamentos anuais. No futuro, o PES nacional e o MTEF serão

informados pelos PES provinciais que por seu turno se basearão nos planos e orçamentos distritais.

Os planos anuais serão consolidados a vários níveis no distrital, provincial, sectorial e finalmente no PES nacional. Os planos e orçamentos distritais e provinciais farão parte integrante do PES nacional e do Orçamento do Estado, de acordo com o princípio da universalidade do orçamento de forma que todas as intervenções nos níveis mais baixos estejam incluídas no PES nacional.

É importante garantir que todas as actividades de AASR apoiadas ou realizadas pelos parceiros de desenvolvimento, ONGs e pelo sector privado sejam captadas e incluídas nos planos e orçamentos relevantes, começando a níveis distrital e local.

### **5.1.2 O Princípio de Procura na planificação a nível distrital e local**

O Programa apoiará a aplicação do Princípio de Procura (PP) na planificação distrital e local. Como especificado no Capítulo 2, isto garantirá que as acções sejam mais inclusivas e de base alargada que melhorem as oportunidades de participação e a qualidade dos serviços, enfrentando as questões de desigualdade e barreiras à participação dos pobres e dos grupos vulneráveis na planificação e gestão das actividades e instalações de AASR. A aplicação dos princípios da PP melhorará a qualidade dos planos, orçamentos e investimentos, promovendo uma melhor coordenação e diálogo que apoiarão os esforços do Governo para descentralizar a planificação e a gestão. A informação sobre a disponibilidade de recursos é um incentivo importante para uma participação significativa, especialmente para os pobres e grupos vulneráveis. Espera-se que o papel do governo distrital e dos conselhos locais na planificação, implementação e monitoria das actividades AASR promova um sentido de apropriação, consciência e responsabilidade para os serviços de apoio.

Haverão procedimentos explícitos para identificar e direccionar para os grupos pobres e grupos desfavorecidos e de avaliar o impacto das instalações nesses grupos. Para isso, o Programa apoiará actividades de mapeamento e direccionamento à pobreza específicas durante a planificação e os indicadores de monitoria específicos para a prestação de contas e a avaliação do impacto.

O processo de selecção a nível local consiste em três etapas principais; 1) identificação das áreas prioritárias; 2) mobilização da comunidade e geração de procura e 3) selecção final das comunidades da seguinte forma:

- Primeiro, numa reunião geral, os membros da comunidade discutem e acordam sobre as áreas prioritárias utilizando critérios de selecção acordados<sup>55</sup>, incluindo o tamanho da população, a disponibilidade de fontes de água, a incidência de doenças com origem na água, pobreza e prevalência do HIV/SIDA. As condições que as comunidades devem reunir para serem seleccionadas, tais como a contribuição de avanço em espécie ou em género, formação de um comité da águas e saneamento, pagamento dos custos da operação completa e dos custos de manutenção, etc., também serão apresentados, discutidos e acordados;

---

<sup>55</sup> Consulte o Anexo 8 para uma apresentação dos critérios e processos de selecção.

- Será então avaliada e verificada a vontade e a capacidade das comunidades em participar e contribuir para a melhoria dos seus serviços de água e saneamento;
- As comunidades que reúnam os requisitos acordados serão seleccionadas para serem incluídas no plano de implementação distrital anual, sujeito à disponibilidade de recursos, numa base de servir a quem chegou primeiro.

Uma descrição mais detalhada destes critérios e processo de selecção à apresentada no Anexo 8.

Esta abordagem é consistente com as actuais políticas e estratégias de descentralização e com os princípios da PP que têm o enfoque não só na prestação de serviços, mas também na definição de regras, papéis e acções para encorajar a expressão de demanda efectiva, assim como garantir maior transparência e responsabilidade na alocação de recursos.

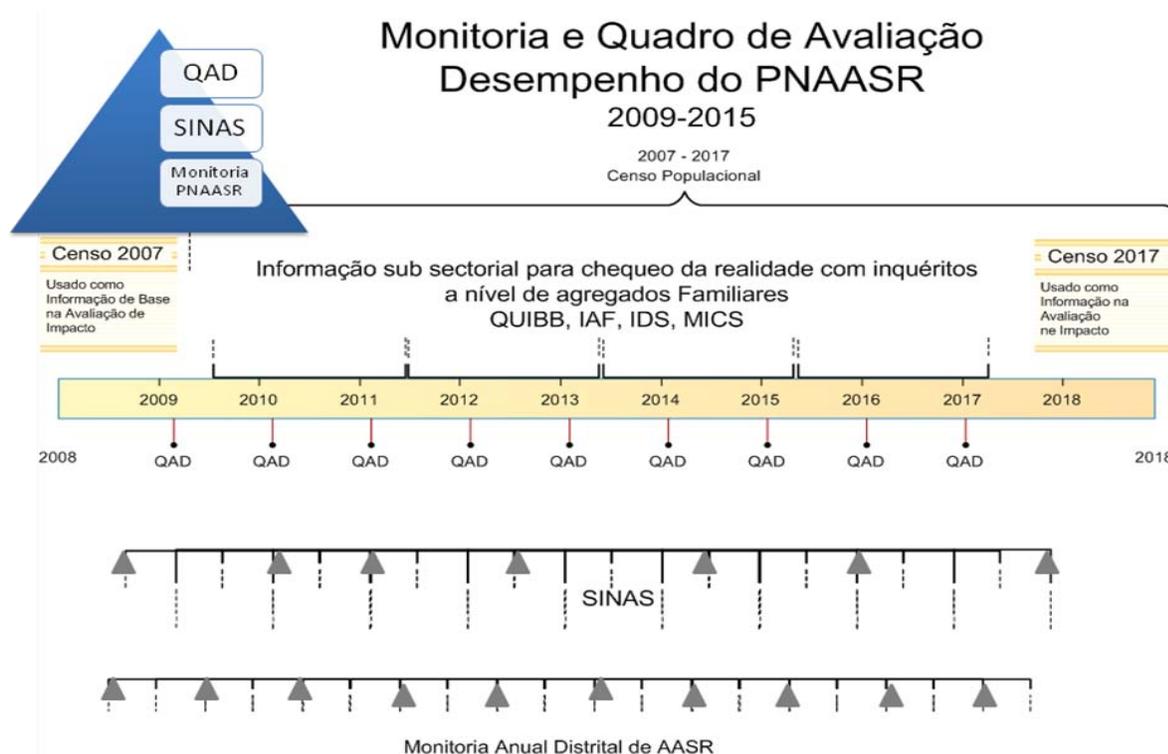
## **5.2 Monitoria e Avaliação do Desempenho**

Os objectivos e indicadores do Programa nas matrizes do Quadro Lógico do Programa (QLP) (veja a tabela 5-1 abaixo e o anexo 2) e no Quadro de Avaliação do Programa (QAP) são consistentes com as do Pilar do Capital Humano do PARPA e do PESA-ASR. O sistema de monitoria e prestação de contas do Programa darão informação para a prestação de contas sobre os indicadores do AQL, QAD, PARPA II e ODM. O progresso para o alcance dos objectivos do Programa e execução do orçamento serão monitorados através das metas, planos, orçamentos, recomendações das revisões conjuntas e outras fontes.

Os dados de monitoria ligados aos indicadores AQL e QAD proporcionarão insumos para os relatórios anuais e semestrais elaborados pela DNA. Até os dados do Censo de 2007 sobre a população rural e acesso ao abastecimento de água e saneamento rural se tornarem disponíveis, serão usados os dados actuais da DNA como situação à partida para a planificação provisória. Esta situação à partida será revista usando a informação do Censo de 2007 e os planos directores provinciais de AASR logo que se tornem disponíveis.

Os dados dos inquéritos periódicos do INE, tais como o QUIBB, o IAF e as IDS, e os MICS apoiados pelo UNICEF serão utilizados para verificar e actualizar os pressupostos de planificação e orçamentação e as normas de cobertura. Estas relações são ilustradas na Figura 5-1 abaixo.

**Figura 5-1 Monitoria do PNAASR e QAD**



A supervisão externa para o Programa será feita pelo Comité de Coordenação do Sector, pelas revisões conjuntas e semestrais e técnicas do sector das águas e auditorias anuais da IGF, TA e empresas de auditoria externas. Os progressos nos indicadores AQL e QAD serão reportados aos parceiros de desenvolvimento e membros do GAS pelo menos trimestralmente.

O Programa apoiará as auditorias técnicas, fiduciárias e de procurement periódicas e revisões para enfrentar questões importantes que afectem a implementação e promovam o alinhamento crescente com os programas nacionais. As directivas de implementação existentes e os manuais MIPAR serão revistos e, se necessário, complementados e disseminados. Serão apoiados seminários de orientação para utilizadores dos novos/revistos manuais. Além disso, o Programa promoverá e apoiará a documentação e disseminação de boas práticas e lições aprendidas no subsector de AASR num relatório anual de “lições aprendidas” elaborado pela DNA.

### Indicadores e metas

Os indicadores na matriz da AQL serão usados para estabelecer as situações à partida para a planificação e monitoria para as revisões anuais e semestrais e para os estudos de impacto e avaliações. Um conjunto de “Indicadores de Ouro” servirão como Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) do Programa e são apresentados na Tabela 5-3 abaixo.

Os indicadores serão utilizados a níveis provinciais e distritais para avaliar o progresso nos resultados e questões que se levantarem na implementação para garantir que as medidas atempadas sejam tomadas para enfrentar as questões de implementação identificadas pelo sistema de monitoria. Por exemplo, o Programa promoverá e apoiará a partilha de informação sobre o custo das perfurações e outros serviços nas províncias, projectos e clientes. As taxas de sucesso para furos serão monitoradas e comparadas, assim como a capacidade de perfuração em relação às metas para as fontes de água novas ou reabilitadas. As actividades para a ASNANI, MCC, WSP e WASHCost e outros apoiarão a criação de metas e indicadores realistas a serem usados na documentação e disseminação de lições aprendidas e das melhores práticas.

#### Monitoria participativa dos serviços e dos prestadores de serviços

O Programa apoiará a monitoria participativa a nível comunitário. As comunidades terão uma oportunidade de participar na monitoria das instalações e dos serviços e do desempenho dos que os prestam. As comunidades serão envolvidas através dos seus comités de água e saneamento na planificação, inspecção e encargos das instalações de água e saneamento. Para os serviços PEC e formação, os protocolos de monitoria e os formulários de avaliação incluirão uma avaliação do desempenho das organizações parceiras, formadores, negociantes de peças sobressalentes, fornecedores e outros prestadores de serviços. Os procedimentos e protocolos para utilização na monitoria participativa constam no Manual de Operações.

**Tabela 5-1 Matriz do Quadro Lógico (Resumida)**

<b>Elemento do Programa</b>	<b>Indicador verificável</b>	<b>Meio de verificação</b>	<b>Riscos e Pressu- postos</b>
<b>Objectivo de Desenvolvimento</b> Contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, para a melhoria do bem estar e reduzir a pobreza rural através do aumento do uso e do acesso aos serviços de água e serviços de saneamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de agregados familiares que gastam menos de 30 minutos por dia a ir buscar água</li> <li>- Quantidade de água usada per capita por dia</li> <li>- Incidência de diarreia nas crianças abaixo dos cinco anos de idade</li> <li>- % de encarregados de crianças e confeccionadores de comida com bom comportamento de lavar as mãos</li> <li>- Incidência da pobreza nas aldeias (número de agregados familiares pobres)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SINAS</li> <li>- Inquéritos aos agregados familiares DHS, MICS, WHS, IDS</li> <li>- IAF/Censo 2007</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empenho político contínuo</li> <li>Possibilidade de mudança de comportamento a longo prazo</li> <li>Capacidade institucional e técnica limitada</li> </ul>
<b>Objectivo Intermediário</b> Aumentar o uso e o acesso sustentável ao abastecimento de água e saneamento para 70% e 50% da população rural até 2015 respectivamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de população rural com acesso a abastecimento de água melhorada a 500 metros de distância</li> <li>- % de população rural com acesso a instalações sanitárias melhoradas</li> <li>- % de fontes de água a funcionar bem</li> <li>- % de população a usar instalações sanitárias higiénicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IAF / Censo 2007</li> <li>- SINAS</li> <li>- Inquéritos aos agregados familiares DHS, MICS e WHS</li> </ul>	
<b>Objectivos Imediatos /Produtos do Programa</b>			
1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nº de novas fontes de água construídas; e reabilitadas</li> <li>- Nº de pequenos sistemas de canalização reabilitados</li> <li>- nº de escolas com instalações de água e saneamento</li> <li>- nº de latrinas melhoradas construídas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios distritais</li> <li>- Relatórios anuais do MEC</li> <li>- Relatórios distritais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empenho político contínuo</li> </ul>
2. Alargar a série de opções tecnológicas e de modelos de gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- % de comités de água com mulheres a ocuparem postos importantes</li> <li>- % de fontes de água directamente mantidas e reparadas pela comunidade com regras de gestão e normação pró pobre</li> <li>- % de agregados familiares pobres com acesso à água e saneamento</li> <li>- Nº de distritos com comercialização eficiente de peças sobressalentes e apoio técnico às comunidades</li> <li>- % de AFs com acesso todo o ano a fontes de água melhoradas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resultados da pesquisa</li> <li>- Relatórios provinciais</li> <li>- Resultados da pesquisa</li> <li>- Pesquisas SINAS,</li> <li>- Relatórios da DNA</li> <li>- Pesquisas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A demanda de serviços dará incentivos ao sector privado</li> <li>Disponibilidade de informação fidedigna</li> <li>Empenho contínuo no alinhamento e harmonização</li> </ul>
3. Reforçar as instituições e os recursos humanos do AASR	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Actividades de AASR harmonizadas com as estratégias e processos do GdM</li> <li>- Fundos adequados e disponibilizados atempadamente para implementar os planos de trabalho/alcançar as metas</li> <li>- Apoiar as equipas no terreno e a funcionar incluindo apoio à construção</li> <li>- % de ajuda dos PAPs reportados no relatório da execução orçamental</li> <li>- % de ajuda dos PAPs a utilizar sistemas públicos de procurement</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orçamentos</li> <li>- Relatórios do orçamento</li> <li>- Pesquisas/auditorias</li> <li>- Avaliações</li> <li>- Pesquisas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacidade técnica e institucional inadequadas</li> </ul>
4. <u>Reforçar a planificação e o financiamento no subsector AASR</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SWAP operacional a níveis nacional, provincial e distrital</li> <li>- Pessoal dedicado ao abastecimento e saneamento rural a nível distrital</li> <li>- Extra plano/orçamento e extra SISTAFE reduzidos a todos os níveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios distritais</li> </ul>	

### **5.3 Gestão da informação**

O Programa dá muita importância à monitoria atempada e precisa, ao fluxo de informação e à criação da base de dados para facilitar a prestação de contas e o uso da informação. O fluxo regular de informação atempada e precisa é um elemento essencial da gestão do Programa e é importante para avaliar o progresso em direcção aos objectivos do Programa.. Presentemente, a estrutura da base de dados do subsector do AASR e as definições dos dados não estão uniformizadas entre a DNA-DAR e todas as DPOPH-DAS. Isto também se aplica aos dados recolhidos ao nível do distrito.

A DNA, com o apoio do UNICEF, SDC e WSP, está a criar um Sistema Nacional de Informação para Água e Saneamento (SINAS) para dar uma metodologia padronizada para a recolha, processamento e relatório dos dados e a informação do sector das águas. A criação da estrutura do SINAS e da unidade dedicada na DNA-GPC será criada para gerir o SINAS, seguida da formação dos utilizadores e desenrolar e consolidar dos sistemas, procedimentos e instrumentos. No futuro, espera-se que a base de dados do AASR actualmente mantida pela DNA-DAR seja integrada com o SINAS.

#### **5.3.1 Bases de dados espaciais**

As bases de dados espaciais representam um desenvolvimento importante na planificação e comunicação no sector de águas, uma vez que os dados têm uma dimensão espacial que inclui tal informação como a localização e o tipo de fonte de água. Uma base de dados espacial torna possível relacionar informação socioeconómica e outra informação com pontos georreferenciados e apresentar a informação em formato digital sobre mapas. Isto permitirá que a informação seja apresentada e analisada espacialmente utilizando camadas contendo vários tipos de dados.

O uso expandido de GPS no terreno de trabalho a nível distrital permitirá colectar dados espaciais sobre fontes de água. Presentemente a DPOPH-DAS e um número crescente de distritos são capazes de usar GPS para registar as coordenadas geográficas das fontes de água e usar essa informação para apresentar relatórios e como um insumo para produzir mapas.

A base de dados digital de mapas utilizada pelo INE para o mapeamento do censo, que actualmente é a mais abrangente e actualizada no país, pode ser utilizada como um mapa de base a partir da qual podem ser gerados vários mapas temáticos com camadas como:

- Fronteiras administrativas;
- Características topográficas e geográficas como rios, lagos e linhas de partilha;
- Tamanho, distribuição e densidade da população;
- Estradas e rotas de transporte;
- Infra-estruturas tais como escolas, instalações da saúde, barragens;
- Localização, tipo e funcionalidade das fontes de água;
- Áreas geológicas, hidro-geológicas, aquíferas, poços e parâmetros de qualidade da água;

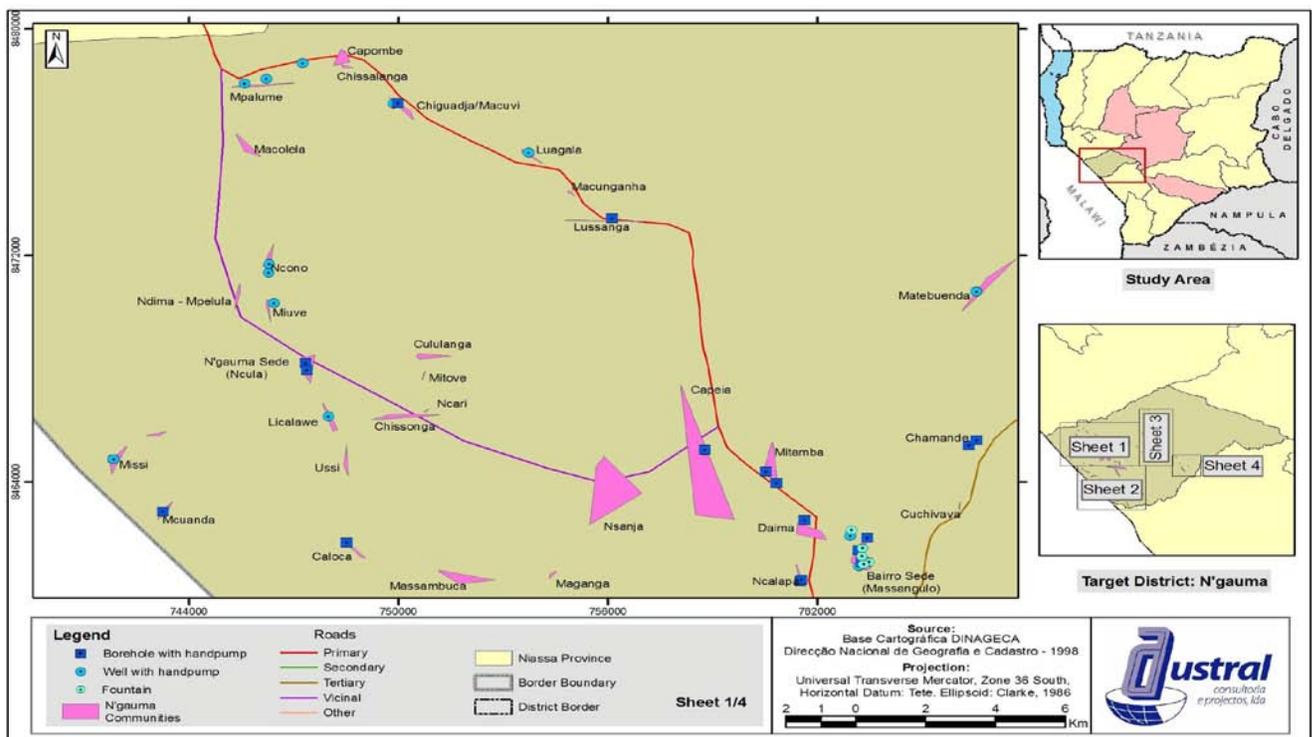
Uma base de dados espacial pode ser utilizada para produzir tabelas, mapas e diagramas apresentando tal informação como:

- Número e localização das fontes de água;
- Número e localização dos furos;
- Número e localização de fontes de água operacionais e não operacionais;
- Distância entre a população e a fonte de água;

- Número de agregados familiares a certa distância da fonte de água.

Esta informação pode ser usada na planificação, por exemplo, na determinação de quantas fontes de água são necessárias e onde. É importante utilizar a experiência de projectos como ASNANI e ZAMWAT com a colecta dados e o desenho, uso e manutenção de bases de dados. figura 5-2 abaixo é um exemplo de um mapa produzido usando informação GIS que mostra a localização e o tipo de fontes de água e comunidades rurais.

**Figura 5-2 Localização de fontes de água e comunidades – Distrito de Ngaúm, Província de Niassa <sup>1</sup>**



<sup>1</sup> Fonte: Estudo de Situação à partida ,, Província de Niassa, preparado para a ASNANI pela AustralCowi, 2008

No mapa acima, pode-se ver que em alguns casos, a localização das fontes de água não corresponde à localização da população, com muitas fontes localizadas ao longo das estradas, enquanto que as comunidades não possuem fontes de água potável.

O Programa apoiará a criação de um protocolo de partilha de dados entre o INE, a DNA e a DPOPHs. Os mapas seleccionados devem ser acessíveis através da página da Internet da DNA e ser

distribuídos aos distritos em versões impressas. O protocolo de partilha de dados facilita a troca de informação entre a DNA e organizações como INE, INAM, CENACARTA<sup>56</sup> e ODAMOZ.

Há contudo, potenciais constrangimentos associados às bases de dados espaciais, tais como:

- Disponibilidade e manutenção de computadores, impressoras a cores, GPS e outro equipamento;
- Pessoal treinado e com apoio técnico contínuo para otimizar a operação do novo equipamento e *software*;
- As bases de dados e o *software* associado requerem manutenção e actualização contínua;
- Acesso seguro à Internet e correio electrónico para a transmissão de dados.

Antes de iniciar as actividades do Programa numa província ou distrito, será realizada uma avaliação das condições de implementação de um sistema de informação com base no GIS e se necessário, formar e equipar o pessoal relevante.

**Tabela 5.2 Conjunto de Atributos Indicativos para a Infra-estrutura do AASR**

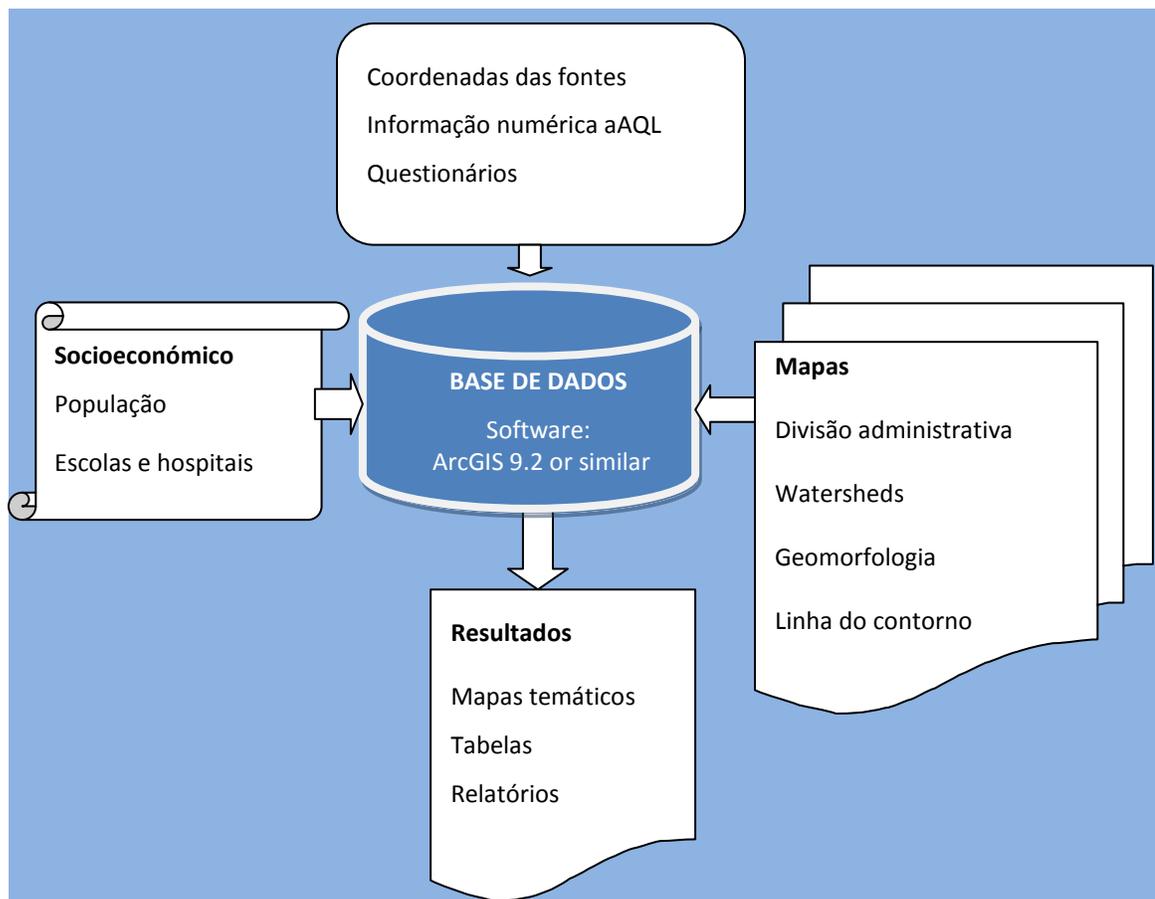
<b>Furos e Poços</b>	<b>Pequenos Sistema de Canalização</b>	<b>Latrinas</b>
Código da fonte de água	Nome do sistema	Tipo
Tipo de fonte de água	Localização	Localização
Nome do contratante	Tipo de fonte	Construída por
Fonte de financiamento	Ano da construção	Data da construção
Profundidade	Nome do contratante	Tamanho do agregado familiar
Fluxo	Custo da construção	
Qualidade da água	População servida	
Ano da construção	Volume produzido (m <sup>3</sup> )	
Número de utilizadores	Potência da fonte	
Responsabilidade pela operação	Tipo de tratamento	
Reabilitado/ano	Número de fontenários	
Marca da bomba	Responsabilidade pela operação	
Membros do comité da água	Modelo de Gestão	
Manutenção por	Custo da operação	
Sistema de colecta e pagamentos	Reparações (frequência, tipo e custo)	
Localização (coordenadas)	Número de utilizadores	
Limpeza do ponto de água		
Condições da circunvizinhança		

<sup>56</sup> Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção

### 5.3.2 Estrutura da base de dados e fluxo de informação

A estrutura típica da base de dados espacial está apresentada na Figura 5.3 abaixo indicada.

**Figure 5.3 Estrutura típica da base de dados espacial**



#### Fluxo da informação

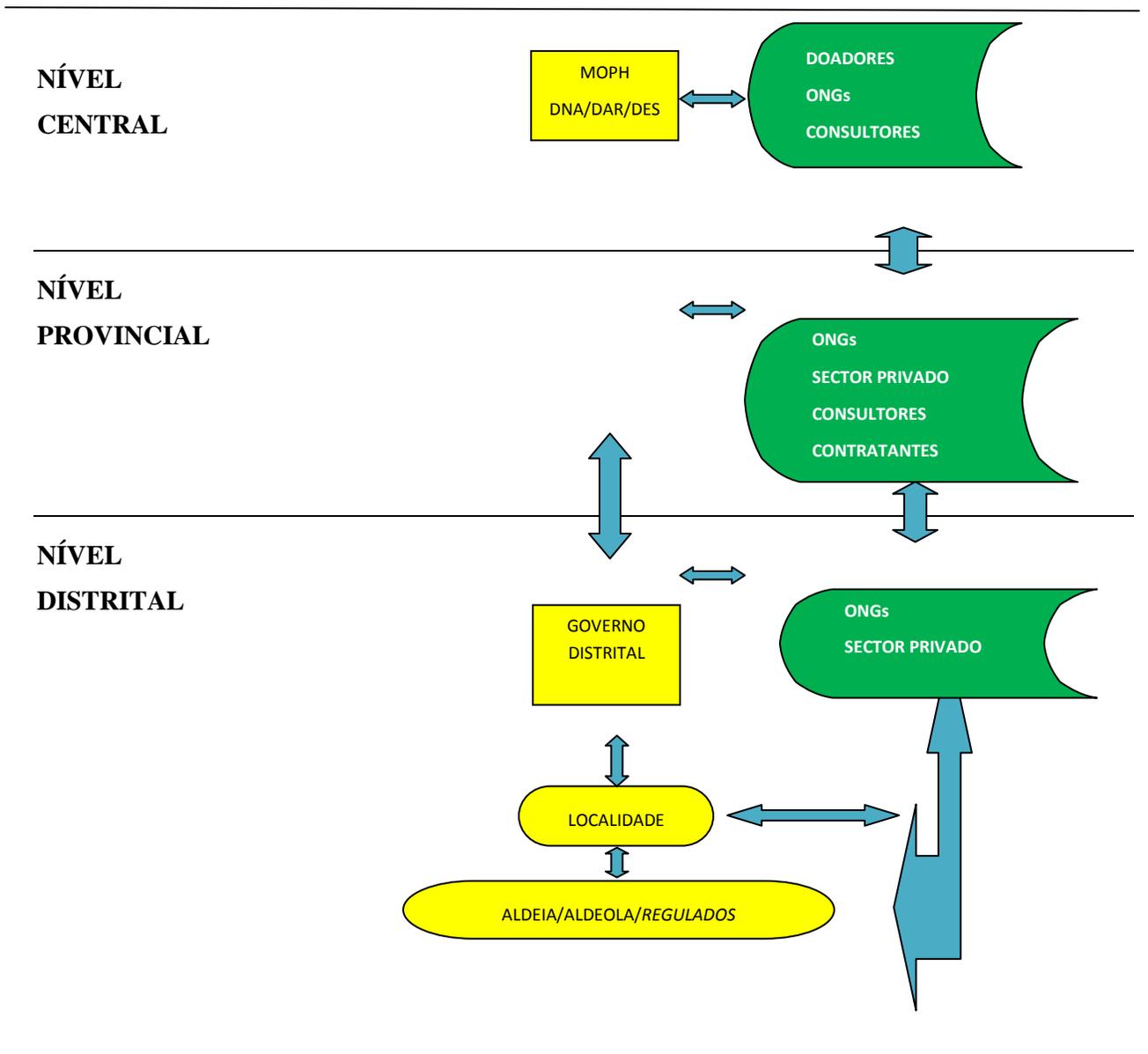
Há três níveis principais que produzem informação no subsector do AASR: 1) o nível distrital e local que inclui o posto administrativo, a localidade e a aldeia; 2) o nível provincial; e 3) a DNA. Normalmente a informação é transmitida dos distritos para as províncias e das províncias para o nível central na forma de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

Os dados ao nível do distrito são transferidos para o nível provincial tipicamente na forma de papel. Os dados são depois introduzidos electronicamente pela DPOPH-DAS ao nível provincial e os relatórios são transmitidos para a DNA via e-mail ou em CD-ROM. No futuro, à medida que aumentar o número de distritos com electricidade e computadores, os dados podem ser transmitidos em formato digital. À medida que se for criando capacidade ao nível provincial e distrital, a informação também pode ser analisada e os relatórios produzidos e usados naqueles níveis. No futuro a formação pode ser trocada através das bases de dados na web usando a DNA, o GAS e outros websites. No futuro, o SINAS também dará uma plataforma e processará a recolha, a análise e disseminação da informação.

Os relatórios produzidos ao nível provincial e central também devem dar o retorno (*feedback*) a todos os níveis de onde os dados foram originalmente recebidos. A informação pode também fluir directamente entre as partes aos vários níveis sem necessidade de passar pelas hierarquias organizativas. Quando o e-mail estiver mais amplamente disponibilizado ao nível do distrito, a informação requerida com urgência pode ser transmitida directamente do nível do distrito para a DNA com a DPOPH-DAR a receber uma cópia.

Informação atempada e precisa também estará disponível para os actores fora do sector público, tais como, o sector privado, as ONGs, os consultores e os contratantes que dão e recebem informação relativa às actividades do AASR conforme está apresentado na Figura 5.4 abaixo indicada.

**Figura 5.4 Fluxo de Informação Indicativo no Sub sector do AASR**



Presentemente, as lacunas e as incompatibilidades no fluxo de informação no subsector do AASR obstrui a planificação, gestão e monitoria eficazes das actividades e dos resultados. O Programa apoiará o desenvolvimento da capacidade a todos os níveis para recolher, gerir e analisar dados, preparar relatórios e usar a informação produzida para melhorar a aptidão para planificar, gerir e avaliar as actividades do AASR.

Cada nível terá funções e responsabilidades específicas para gerir e usar os dados conforme apresenta a Tabela 5.2 abaixo indicada.

**Tabela 5.2 Responsabilidades pela gestão e transmissão dos dados**

<b>Nível</b>	<b>Responsabilidade/Tarefa</b>
Central	Monitorar e avaliar a execução dos planos, programas e projectos nacionais.
	Identificar, recolher, validar e codificar a informação para a base de dados nacional.
	Dar directrizes às províncias e aos distritos sobre a gestão dos dados.
	Manter, gerir e desenvolver a base de dados nacional.
	Analisar e processar os dados províncias e fazer e disseminar relatórios.
	Responder aos pedidos dos utilizadores externos.
Provincial	Monitorar a implementação dos planos, programas e projectos ao nível distrital.
	Compilar e manter a base de dados ao nível provincial.
	Recolher, compilar, processar, analisar e arquivar os dados ao nível provincial.
	Validar e codificar os dados recolhidos.
	Fazer e transmitir relatórios para o nível central e distrital.
Distrital	Monitorar a implementação dos planos, programas e projectos.
	Alocar pessoal suficiente e dedicado para recolha e relatório dos dados.
	Recolher, compilar, arquivar e transmitir a informação às províncias.
	Validar a informação recolhida.
	Receber, arquivar e actuar sobre dados e relatórios recebidos da província.
	Contribuir para estudos e avaliações ao nível distrital.

Os formulários e os procedimentos para a monitorar a gestão de dados estão no Manual de Operações do Programa.

#### **6.4Quadro de Avaliação do Desempenho**

A fim de melhorar a gestão e o acompanhamento do progresso do PARPA II, o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento fizeram o Quadro da Avaliação do Desempenho (QAD) com base nos três pilares do PARPA II a saber, a Governação, o Capital Humano e o Desenvolvimento Económico. O QAD para o sector das águas e o subsector do AASR são subconjuntos do pilar do Capital Humano. O QAD para o subsector do AASR é representado por um conjunto de “indicadores de ouro” conforme mostra a Tabela 5.3 abaixo indicada.

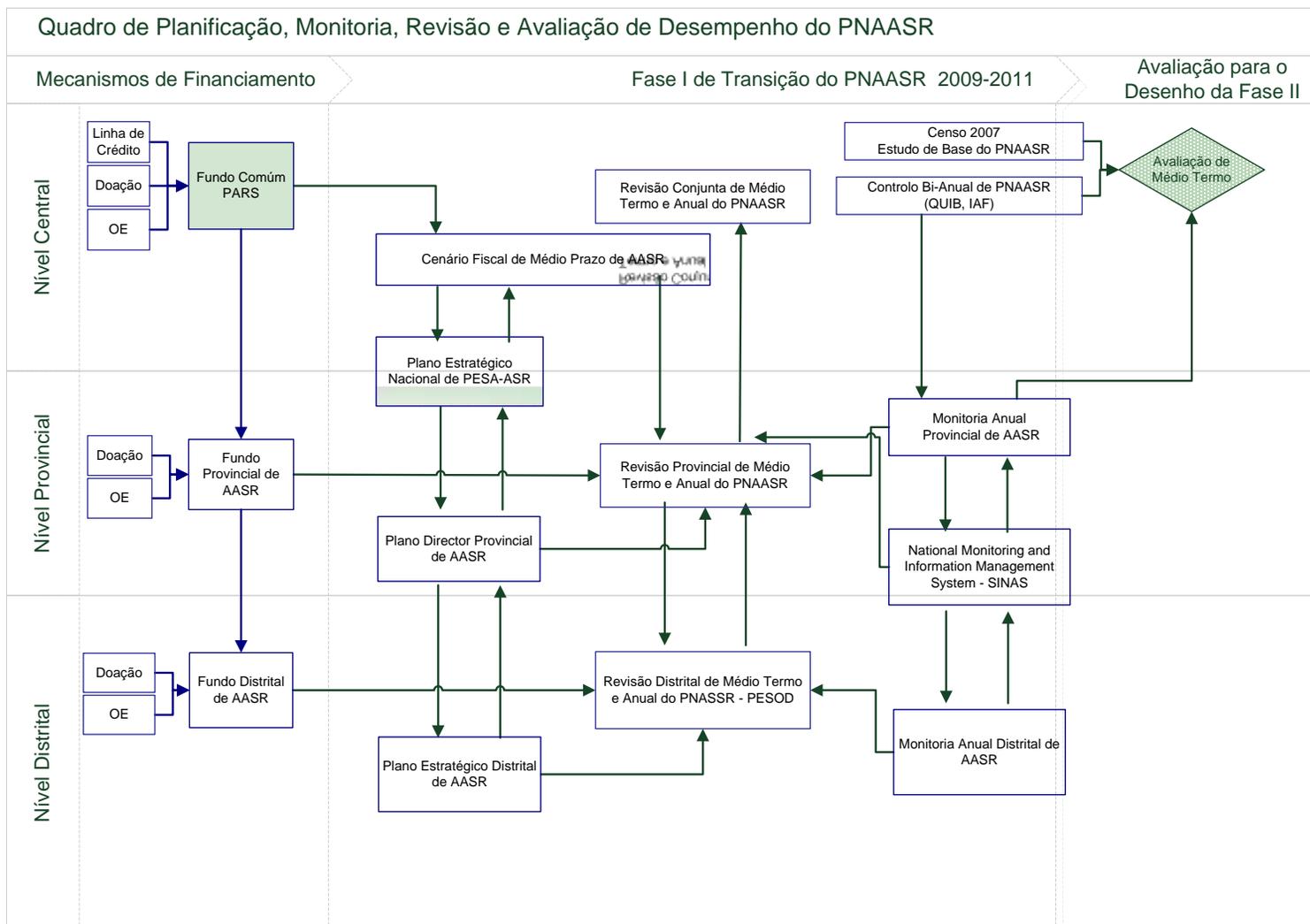


**Tabela 5.3 “Indicadores de Ouro” para o Subsector do AASR**

<b>Eficácia</b>
% de agregados familiares (AFs) que gastam menos do que 30 minutos por dia a ir buscar água.
% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada dentro de 500 metros.
% da população rural com acesso a instalações sanitárias melhoradas.
% de fontes de água em boas condições de funcionamento.
<b>Eficiência</b>
No. de fontes de água novas e reabilitadas construídas por ano.
No. de pequenos sistemas de canalização novos e reabilitados por ano.
No. de escolas com água e instalações sanitárias por ano.
No. de latrinas melhoradas construídas por ano.
No. de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano.
Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar.
Rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD.
% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental.
% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do procurement público.
<b>Igualdade</b>
% de comités de água com mulheres em posição de chefia.
% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.
% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pró-pobre.

As matrizes da AQL e do QAD do Programa e processo de planificação, monitoria e análise (PMA) estão associadas ao apoio ao fluxo e ao uso da informação conforme apresenta a Figura 5.5 abaixo indicada.

Figura 5-5



## **7 Necessidades de Capacitação e de Formação**

A falta de capacidade adequada a todos os níveis é uma ameaça para o sucesso de um programa com o escopo e a magnitude do PNAASR. Há, portanto, necessidade de se aumentara capacidade tanto no sector público como privado, para habilitar os actores a desempenharem as suas prováveis funções no PNAASR, assim como no sector das águas mais alargado. Os constrangimentos mais sérios existem em áreas tais como, da gestão do procurement e do contrato, da gestão financeira e da capacidade técnica ao nível do distrito e local. No sector privado, a capacidade de prestar serviços profissionais, desde as consultorias aos serviços do PEC para perfurar e investigar as águas subterrâneas é provavelmente para ser esticada até aos seus limites e em alguns casos até para além disso.

Portanto, o PNAASR apoiará a capacitação institucional a todos os níveis dos sectores público e privado, assim como entre as ONGs, artesãos e as organizações locais e comunitárias. Este apoio abrangerá a formação tanto a formal como a informal e a formação em exercício, oferecendo oportunidades de negócio para o sector privado, os fornecedores de formação, as actividades do PEC, para apoiar na contratação de pessoal adicional para propósitos específicos, assistência técnica e equipamento, entre outros.

É importante que as actividades do Programa estejam estreitamente coordenadas com as principais actividades de capacitação institucional actualmente realizadas pela DNA, as identificadas pelos planos mestres provinciais do AASR e as apoiadas pelo DFPF II, assim como os amplos esforços de descentralização do Governo os quais incluem a descentralização dos fundos para as actividades do AASR do próprio orçamento da DNA e dos fundos de desenvolvimento locais.

Embora a capacitação institucional no seu sentido lato seja parte integrante de todas as componentes do Programa conforme descrito nas secções anteriores deste documento, o enfoque do presente capítulo está nas instituições formais e nas actividades de formação que se prevê que joguem um papel importante no apoio ao PNAASR.

### **7.1 Capacidade em Recursos Humanos**

Os constrangimentos podem enfraquecer o papel da DNA e da DPOPH-DAS e espera-se que os governos distritais participem na implementação do Programa. Os recursos humanos do subsector do AASR são afectados pela migração do pessoal qualificado para outros sectores, principalmente para o sector privado, as organizações internacionais e as ONGs. Na perspectiva da capacitação institucional do sector público este acontecimento é causa de preocupação séria visto que priva as organizações do sector público de pessoal qualificado e experiente.

Contudo, esse pessoal frequentemente não deixa completamente o sector, mas permanece disponível para outras funções e pode prestar serviços como pessoal ou consultor contratado. No sector das águas, a criação de instituições autónomas tais como, o FIPAG, o CRA, as ARAs, etc., inclinam-se para privar a DNA de pessoal qualificado e experiente. Esta tendência provavelmente irá continuar à medida que forem sendo criadas entidades autónomas e começarem projectos apoiados externamente.

Apesar da assistência técnica jogar um papel importante no subsector do AASR, demasiada dependência da assistência técnica pode ser contraproducente para a criação de capacidade local e para a

sustentabilidade dos sistemas devido à duração limitada dessa assistência e ao enfoque insuficiente na transferência de conhecimentos e na formação do pessoal contraparte.

O crescimento da complexidade das tarefas de gestão, de coordenação e de comunicação no sector das águas, incluindo o subsector do AASR, exige novas e maiores capacidades na recolha, análise e comunicação da informação, interagindo com um número cada vez maior de partes interessadas, incluindo os Parceiros de Desenvolvimento. O processo de descentralização em curso e o início de novos projectos no subsector representam novos desafios.

A actual falta de capacidade adequada no sector público não é só devida à falta de recursos humanos. Aspectos burocráticos e financeiros e os constrangimentos para se entrar e trabalhar no sector público também jogam um papel, assim como a incapacidade de reter o pessoal devido a razões tais como as condições do serviço (salários e outros benefícios) e as perspectivas limitadas de progressão na carreira.

## **7.2 Formação Terciária e Profissional**

O ensino superior em Moçambique sofreu grandes transformações estruturais e sistemáticas na resposta às mudanças políticas e socioeconómicas a nível nacional. O número de instituições e de programas que oferecem e recebem estudantes cresceu significativamente nos últimos anos.

Contudo, este crescimento tem sido maior nas áreas que exigem o mínimo de capital de investimento tais como, as ciências sociais, gestão e direito. Os cursos de ciências e engenharia, incluindo, a hidrogeologia, a hidrologia e áreas relacionadas, ainda são muito limitados. Neste momento só três<sup>57</sup> das instituições terciárias existentes oferecem cursos de engenharia civil com opção para especialização em água e saneamento. Ao nível médio só os Institutos Industriais em Maputo e na Beira<sup>58</sup> oferecem cursos de hidráulica/hidrologia. À excepção do CFPAS, as outras instituições oferecem formação especializada em áreas de sectores específicos incluindo gestão, mas nenhuma em assuntos directamente relacionados com o abastecimento de água e saneamento rural.

Isto significa que o país tem falta de áreas técnicas nucleares relacionadas com o abastecimento de água e saneamento rural. Para satisfazer as necessidades de formação específica do subsector do AASR, o Governo criou o Centro de Formação Profissional de Água e o Saneamento (CFPAS). O CFPAS está sediado em Maputo com escritórios em Tete, Beira e Nampula. Dá formação formal e informal numa larga série de assuntos relacionados com a água. Os seus cursos formais produzem técnicos de nível básico e médio em um e três anos respectivamente, enquanto que a formação informal dá conhecimentos básicos sobre perfuração, mobilização social e gestão geral num mínimo de uma semana a um máximo de seis semanas.

Desde do fim de 1970 até recentemente o que CFPAS joga o papel principal na formação e no fornecimento instituições vocacionadas para a água no país com pessoal habilitado. O financiamento vem principalmente do Governo e do apoio da Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC). O CFPAS sofreu uma reestruturação e futuramente prevê-se uma estratégia mais orientada para o negócio dirigido pela procura.

---

<sup>57</sup> Universidade Eduardo Mondlane, ISPU e ISCTEM.

<sup>58</sup> Há quatro institutos industriais de nível médio no país, em Maputo (só industrial), na Beira (industrial e comercial), em Chimoio (agrário), em Nampula (industrial e comercial) e em Moatize (na província de Tete que é para cursos de geologia e minas).

### **7.3 Institutos de Formação Nacionais**

A importância e a flexibilidade dos cursos oferecidos, assim como a diversificação do tipo de institutos, de oportunidades de formação e de tipos de formação são princípios fundamentais para o desenvolvimento de capacidades para satisfazer as necessidades em recursos humanos, no presente e no futuro do subsector do AASR.

Há uma grande falta de formação com enfoque no abastecimento de água e saneamento rural. A formação formal na universidade e nos institutos de nível médio está muito concentrada nas necessidades de abastecimento de água urbana. Portanto, há uma necessidade urgente para mais institutos terciários, técnicos e vocacionais para dar formação formal em assuntos relacionados com o AASR para criar capacidade nos recursos humanos para servirem uma larga série de partes interessadas, incluindo as ONGs e o sector privado.

Dada a falta de instituições formais e de formação para satisfazer necessidades específicas do subsector do AASR, a alternativa imediata é a formação a curto prazo e feita à medida das necessidades. O CFPAS terá de preparar cursos feitos à medida das necessidades em assuntos tais como, abordagens participativas, mercado social, cadeias de abastecimento, criação de negócios, orçamentação, gestão e manutenção dos abastecimentos de água rural. Será disponibilizada assistência técnica para apoiar esta actividade e especialistas nacionais, regionais e internacionais podem ser usados como pessoas de recurso para a formação conforme o exigido.

Indivíduos e empresas com experiência em planificar e dirigir programas de formação em áreas tais como, gestão financeira e de contratos, procurement, GIS e relacionadas com o software e outros assuntos cuja importância para o subsector do AASR também podem ser contratados para darem a formação a curto prazo.

A UFSA é a unidade do MF responsável pela formação em procurement público que será requerida para dar formação aos principais actores dos sectores público e privado, tais como, governos distritais, empresas de perfuração, empreiteiros de construção e fornecedores de bens e serviços.

Em Moçambique também há empresas especializadas em serviços importantes para o subsector do AASR, tais como, GIS, tecnologia e métodos de perfuração, investigações de águas subterrâneas e mapeamento das águas subterrâneas. Essas empresas podem ser directamente contratada para fornecer serviços importantes fornecendo assim muita da capacidade necessária para o subsector do AASR.

## **7.4 Capacitação institucional na DNA**

A *Análise dos Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças* (SWOT) do sector público incluindo os recursos humanos e a capacidade foi realizada como parte do processo de reforma do sector público na DNA em 2005. Considerou a DNA como um todo e abrangeu todos os sectores do sector das águas alargado. Os resultados deste exercício estão apresentados abaixo indicados para dar o resumo das necessidades de formação na DNA importantes para o subsector do AASR.

Nos últimos anos a DNA tem beneficiado de um certo número de actividades que visam o desenvolvimento institucional e melhoria do desempenho do pessoal. A tabela que se segue apresenta os objectivos organizativos identificados na DNA:

**Tabela 6.1 Metas de Desenvolvimento - DNA**

<b>Período de Tempo</b>	<b>Objectivo Organizativo</b>
Actual	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disseminar e implementar a Política da Água;</li><li>• Implementar a descentralização;</li><li>• Aumentar a competitividade no sector privado.</li></ul>
2 anos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Melhorar a competência da gestão da equipa da DNA;</li><li>• Tornar a DNA um local de trabalho mais atractivo;</li><li>• Afectar na DPOPH-DAS pessoal novo e qualificado nas áreas técnica e de gestão.</li></ul>
5 anos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Consolidar e promover activamente e descentralização do sector de implementação da DNA;</li><li>• As partes interessadas devem desempenhar as suas funções eficazmente em coordenação com a DNA.</li></ul>
10 anos	<ul style="list-style-type: none"><li>• DNA como organismo dinâmico deve apoiar os actores responsáveis pelo sector de gestão da implementação;</li><li>• As principais partes interessadas devem ser capazes de desempenhar as suas funções com eficácia.</li></ul>

Plano do Recursos Humanos da DNA a curto prazo.

Em 2005 a DNA encarregou-se de preparar o Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Esta actividade incluiu a preparação do plano de formação que identificou as principais competências exigidas pela DNA que estão apresentadas na Figura 6.1 abaixo indicada.

**Figura 6.1 Principais áreas de competência para a DNA**

Área	Competência principal			
Competência Específica	Capacitação Institucional			
	Gestão do Projecto			
	Monitoria, Recolha e Gestão da Informação			
	Investigação e Desenvolvimento			
	Negociações Internacionais			
	Coordenação Inter-sectorial			
	Regulamentos			
Competências transversais	Planificação Operacional e Estratégica		Avaliação e Relatório	
	Gestão dos Recursos Humanos	Gestão das TIs	Administração e Logística	Gestão Financeira

Principais Área de Competência da DNA, DNA, Plano do RH a curto prazo de Dezembro de 2003.

O Plano dos Recursos Humanos da DNA identifica requisitos para conseguir um poder organizativo óptimo. Isto inclui o recrutamento de 56 novos graduados de nível médio e superior e apoiar a formação dos pessoal existente na DNA. Esta formação deu ênfase principalmente aos cursos de ciências e tecnologia nas universidade e no nível médio e básico para 100 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 75% do pessoal da DNA em 2005. O plano de formação actual da DNA, com um orçamento proposto de 1,2 milhões de USD para 2006-2010, apoia a descentralização e o desenvolvimento de capacidades funcionais entre o seu pessoal.

O objectivo do Plano é melhorar as capacidades técnicas e de gestão e outras competência em áreas específicas. O Plano inclui programas académicos e desenvolvimento institucional, conforme está apresentado na Tabela 6.2 abaixo indicada.

**Tabela 6-2 Actividades de formação e número do pessoal envolvido – DNA (2006-2010)**

Tipo	Actividade	Ano				
		2006	2007	2008	2009	2010
Formação académica	Disciplinas técnicas do AASR	1	1	1		1
	Formação em secretariado	1				
	Política, gestão e administração	1	1			
	Bolsas de estudo para estudos no estrangeiro	3	3	3	3	3
	Bolsas de estudo para formação em língua estrangeira	18	18	18	18	18
	Bolsas de estudo para formação em TIC	18	18	18	18	18
Desenvolvimento ins-	Seminários de planificação inter-	1	1	1	1	1

titucional	na da DNA					
	Seminários de planificação da estratégia anual do sector das águas	1	1	1	1	1
	Seminários de avaliação a médio prazo	1	1	1	1	1
	Workshops sobre desenvolvimento para gestores	1	1	1	1	1
	Seminários intra-departamentais para troca de experiências	4	4	4	4	4
<b>TOTAL</b>		<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>

Fonte: Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, DNA, 2005.

A última avaliação das necessidades de formação foi revista em Janeiro de 2008 e inclui as necessidades de formação de membros do pessoal. A DNA-DRH, como parte da reforma institucional em curso para melhorar a implementação da política e estratégia do sector das águas, autorizou uma consultoria para avaliar a competência e as lacunas na capacidade entre o pessoal da DNA e da DPOPH. A consultoria preparará a avaliação das necessidades de formação e o plano de formação para serem incluídos nos planos de desenvolvimento anula e a médio prazo para estes organismos. Embora o Plano de Formação possa dar ênfase ao pessoal técnico complementar as actividades de capacitação institucional em curso acima descritas.

A avaliação da capacidade em procurement da DNA está planificada para o fim de 2008 e o resultados desta avaliação darão informação para a planificação das futuras actividades de capacitação institucional na DNA nesta área importante.

## **7.5 Avaliação da Capacidade – Nível Provincial e Distrital**

### **7.5.1 Nível Provincial**

A descentralização no subsector do AASR é apoiada pela DNA através da descentralização das doações e da ajuda na planificação e na monitoria, e em algumas províncias pelos projectos com ajuda externa. A avaliação da capacidade usa a documentação existente, os estudos anteriores, as lições aprendidas, a conclusão do projecto e as avaliações dos relatórios<sup>59</sup> realizadas. Embora o enfoque na planificação e na gestão seja a nível central, a província é o nível chave para a gestão da implementação, enquanto que o distrito é o nível onde ocorre a planificação participativa, a gestão descentralizada e algum procurement. O distrito é de particular importância no PNAASR visto que o Governo definiu o distrito como a principal unidade de planificação para o desenvolvimento das actividades.

Por exemplo, as DPOPHs na Zambézia, em Tete, Manica e Sofala melhoraram a capacidade das suas Secções de Planificação e Monitoria com o apoio do ZAMWAT e de outros projectos, e espera-se que as DPOPHs nestas províncias recebam ajuda e apoio adicionais do UNICEF para as actividades que recebem ajuda.

<sup>59</sup> Rural Water Point Installation: Institutional Review, for MCC, Baker, 2006; Staff Training and Development Plan, Drinking Water Project, Mozambique, Vitens, 2006; SWOT Analysis, Water Sector, 2007; Mozambique Water and Sanitation Project, Feasibility Study, MCC, 2006; National Water Development Project, Relatório Trimestral, Banco Mundial, 2006; project reports from WSUP and HAUPA, CARE; vários documentos pela WaterAid.

Nas províncias de Niassa e da Zambézia, a Water Aid está a dar apoio financeiro e técnico às DPOPH-DAS, e nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, a CARE apoia a capacitação institucional das DPOPH-DAS. As recentes avaliações feitas por agências de desenvolvimento e ONGs envolvidas na capacitação institucional verificaram que a capacidade das DPOPH-DAS não é suficiente para cumprir com todas as suas responsabilidades no subsector do AASR. Os DASs foram capazes de recrutar novo pessoal, mas este pessoal requer formação e apoio adicional para ter um desempenho eficaz.

A avaliação realizada em Cabo Delgado e Nampula<sup>60</sup> concluiu que apesar das instituições provinciais terem capacidade suficiente em muitas áreas para implementar os aspectos técnicos das actividades de tamanho pequeno e médio do AASR, é necessário apoio técnico em áreas tais como, procurement, gestão e monitoria e especialmente em melhorar o fluxo de informação entre os níveis provincial, distrital e local.

A recente avaliação da capacidade do sector do AASR na província de Sofala<sup>61</sup> emanou as seguintes recomendações:

- Deve ser promovida a capacitação institucional e melhor gestão do conhecimento no sector das águas porque contribuem para alcançar as metas dos ODMs. Melhorar o conhecimento e aumentar o número e as capacidades das pessoas formadas em água e saneamento é essencial para a sustentabilidade dos programas das infra-estruturas.
- A DNA deve apoiar a capacitação institucional e as actividades de gestão do conhecimento ao nível provincial, e usar a experiência em implementar a capacitação institucional do AASR em todas as províncias.
- A capacitação institucional ao nível provincial é uma necessidade importante para o sector da água rural. A estreita colaboração com outras actividades de capacitação institucional como, p.e., as realizadas pelo CFPAS, é importante para o uso eficiente dos recursos humanos, institucionais e financeiros.
- É recomendada a abordagem SWAP para o financiamento. Os doadores devem coordenar os seus esforços para apoiar a capacitação institucional no sector das águas. Todos os doadores activos na capacitação institucional e na investigação no sector das águas devem coordenar os seus esforços para elaborarem, juntamente com a DNA, uma estratégia uniforme até que fundos possam ser canalizados usando a abordagem SWAP.
- É importante serem identificadas as necessidades para a formação e investigação/estudos vocacionais durante o trabalho de campo, não como uma situação estática, mas para reflectir as mudanças em curso no subsector do AASR. Portanto, as necessidades de capacitação institucional devem ser constantemente redefinidas através do processo de resposta à procura.
- Adicionalmente, pedir criatividade às partes interessadas, mais estudos podem ser feitos para redefinir a procura através de entrevistas com as principais partes interessadas, incluindo uti-

---

<sup>60</sup> Institutional Review and Interim Report, Rural Water Points Installation, Millennium Challenge Corporation, (MCC), Michael Baker Jr., Inc., Junho, 2006.

<sup>61</sup> Capacity Building and Knowledge Enhancement for Rural Water Supply and Sanitation in Sofala, Mozambique, por David Clement, *University of Natural Resources and Applied Life Sciences*, Viena, 2007.

lizadores, comités de água, implementadores, empresas privadas, ONGs e EPARs. Isto ajudará a definir a procura mais exactamente para cada subárea do sector das águas.

- As principais instituições locais devem ser envolvidas nos futuros trabalhos de capacitação institucional. Há muitas instituições de investigação e de ensino competentes com longa experiência e conhecimento do ambiente local. Essas instituições incluem a Universidade Eduardo Mondlane, a Ordem dos Engenheiros e o Cruzeiro do Sul, entre outras.
- Para aumentar a previsibilidade do financiamento e a sustentabilidade da capacitação institucional ao nível provincial quando o financiamento externo termina é essencial um plano de capacitação institucional a longo prazo.

O Programa apoiará no futuro a inclusão das avaliações da capacidade e os planos mestres provinciais do AASR actualizados na concepção das futuras actividades do subsector do AASR.

### **7.5.2 Nível distrital**

A fraca capacidade também dificulta a implementação das actividades de AASR ao nível distrital e local. Na maior parte dos distritos, a capacidade de planificar, gerir e monitorar as actividades de AASR é fraca. O actual PDPF (Programa de Descentralização da Planificação e Finanças), assim como o LOLE (Lei dos Órgãos Locais do Estado, 8/2003, de Abril 2003) permite que os administradores empreguem técnicos com capacidades e qualificações relevantes dentro dos limites orçamentais.

O governo distrital inclui a Direcção de Serviços de Infra-estruturas com responsabilidades para o abastecimento de água e saneamento rural. A Direcção também colecta, regista e divulga informação e faz o controlo da qualidade dos trabalhos de infra-estruturas a nível distrital.

Os distritos enfrentam um certo número de desafios para gerir efectivamente as actividades do abastecimento de água e saneamento. Os Recursos humanos são limitados e pobremente equipados e, em alguns casos possuem capacidades técnicas e de gestão limitadas, principalmente nas áreas como colecta e análise de dados, planificação e monitoria. Além disso, a formação do pessoal é feita, muitas vezes, numa forma *ad hoc*. A responsabilidade acrescida para o procurement e gestão de contratos para a provisão de abastecimento de água, assim como a gestão de fundos descentralizados também está a ser devolvida para as administrações distritais.

Na Província de Nampula o pessoal técnico está a ser formado em planificação, orçamentação, e monitoria das actividades de abastecimento de água e saneamento pela DPOPH-DAS através do CFPAS com apoio da CARE. A formação é em resposta às necessidades do pessoal técnico distrital de serem formados no uso dos sistemas do Governo para a planificação, orçamentação, procurement, monitoria e prestação de contas, uma vez que muito pessoal distrital é novo e com experiência de trabalho limitada.

A DNA-HRD encomendou uma consultoria para avaliar as necessidades de formação a nível distrital e identificar as capacidades do pessoal técnico do distrito. Os resultados desta consultoria serão usados para planificar futuras actividades de formação com enfoque no pessoal técnico dos Serviços Distritais de Planificação de Infra-estruturas (SDPI).

Para fortalecer a capacidade a nível distrital para a planificação, supervisão da construção e manutenção das instalações do AASR, o Programa apoiará a formação em áreas como planificação, procurement público, finanças e gestão de contratos, supervisão da construção, métodos de planificação participativa, mapeamento da pobreza e monitoria/prestação de contas.

## **7.6 Outros Intervenientes**

### **7.6.1 Sector Privado**

O sector Privado joga um papel importante no sub sector AASR e actividades relacionadas com pesquisas geofísicas, abertura de furos, desenho e construção de pequenos sistemas de abastecimento de água, reabilitação e reparação de furos e poços, fornecimento de bombas manuais e peças sobressalentes, PEC e serviços de consultoria entre outros. A capacidade do sector privado em realizar efectivamente o volume de trabalho no sub sector AASR torna-se crítico na expansão, nos serviços de sustentabilidade e no alcance dos alvos da ODM.

Estimativamente existem aproximadamente cerca de 20 empresas perfuradoras operando em Moçambique, na sua maioria com pequenas operações com uma ou duas máquinas perfuradoras. Essas empresas também desenvolvem trabalhos a clientes singulares o que os torna limitados em realizar outros trabalhos. Não obstante, existem também poucas empresas especializadas em pesquisas geofísicas assim como fiscalização na abertura de furos. O programa providenciará pacotes de negócios o que servirá de incentivo aos outros actores em entrar no Mercado. As actividades de desenvolvimento de negócio do Programa identificarão e encorajarão na formação de parcerias do tipo *joint ventures* entre empresas moçambicanas e estrangeiras. Deverá se considerar de certa forma o concurso internacional para algumas empreitadas de modo a alargar a quantidade de concorrentes potenciais. As áreas mais importantes para formação no sector privado são os procedimentos de *procurement* do sector público, estudos de viabilidade, gestão de contratos, custos e orçamentação, fiscalização e prestação de contas (relatórios). Em certos níveis, será necessário a formação de empreitadas de pequena escala *procurement* e custos, novas técnicas de desenho, o uso de novos equipamentos e operação e manutenção das facilidades de abastecimento de água. O Programa encorajará empreiteiros de pequena escala a participar em concursos de *procurement* de bens e serviços bem como apoio na formação de artesãos.

### **7.6.2 Sociedade Civil**

Existe um elevado número de ONGs Internacionais bem posicionadas e bem apropriadas em promover as actividades da AASR, tal como a *CARE*, *Water Aid*, *Helvetas*, *The Aga Khan Foundation* entre outras. Estas organizações providenciam capacitação, capacitação e outros apoios a ONGs parceiras assim como ao pessoal provincial e distrital em áreas como a planificação, actividades PEC, supervisão, monitoria, desenvolvimento da cadeia de abastecimento, indicação de tecnologias piloto alternativa e comercialização de peças sobressalentes. Estas ONGs também providenciam apoio técnico as organizações baseadas na comunidade e a outros intervenientes, incluindo formação em Água e Saneamento a nível distrital e local.

A partir do momento em que tais ONGs tendem a ter uma presença permanente e abordagem programática em áreas específicas, estas estão bem posicionadas para providenciar um apoio a longo prazo as actividades da AASR a nível provincial, distrital e local. No decorrer do programa as ONGs serão encorajadas e apoiadas a expandir as suas áreas de intervenção para novos distritos dentro da mesma província. As ONGs mais relevantes serão lhes providenciadas com informação e beneficia-

rão de uma orientação sobre os princípios do Programa, abordagens, procedimentos, instrumentos, recursos e são consideradas como parceiros do Programa.

### **7.6.3 Comunidades**

Serão formados Comitês de Água e Saneamento a nível comunitário para planificar, gerir e ser responsável pela operação e conservação das facilidades de abastecimento de água completas, para promover e apoiar em actividades de saneamento e higiene. A planificação também requererá de conhecimento e métodos de uso participativo para identificar os grupos mais pobres e vulneráveis, mobilizar contribuições para o custo capital das fontes e criar demanda dos serviços melhorados. Assume-se que a maioria das organizações comunitárias necessitarão de apoio extensivo a longo prazo para capacitar na realização das referidas tarefas eficazmente. As comunidades não só necessitarão de técnicas e habilidades de gestão, mas também o conhecimento em áreas como técnicas promoção de higiene e saneamento, planificação financeira, testes da qualidade da água e questões que tem a ver com os recursos da água.

O programa apoiará na formação e capacitação das organizações comunitárias através das ONGs e do sector privado. Um dos instrumentos importantes na capacitação das capacidades da comunidade é a selecção de um modelo apropriado de gestão para as fontes de abastecimento de água. Os modelos de gestão incluirão o engajamento dos intervenientes do sector privado a realizar certas funções que estão além das capacidades das organizações comunitárias.

Para melhor enfatizar a capacidade das comunidades em desempenhar o seu papel e responsabilidades, o Programa irá promover e apoiar a “legalização” das organizações comunitárias e formalização do seu relacionamento com as autoridades locais através do uso das leis aplicáveis, regulamentos e outros instrumento legais relacionados com a formação de conselhos consultivos locais, associações, autoridades comunitárias, etc. A capacidade comunitária será monitorada através de indicadores no QAD do Programa e verificados pelas visitas de supervisão periódica, avaliações, auditorias técnicas e outros meios.

## **7.7 PLANO DE FORMAÇÃO AASR**

Será preparado um plano de formação acompanhado do seu orçamento indicativo para guiar, implementar e monitorar a formação e necessidades de formação nas organizações e pessoal a todos os níveis. O plano de formação incluirá os planos de cursos indicativos, avaliação de formação e formatos de relatórios. Será apresentado um orçamento detalhado do plano de formação no Manual de Operações do Programa. A DNA-DHR será responsável pela formação, orçamentação, coordenação, supervisão e monitoria do plano de formação do Programa.

Para evitar duplicação e de modo a maximizar o impacto da formação, o Programa irá coordenar de perto as suas actividades de formação com as realizadas pela UTRESP/UTRAFE, UFSA, DFPF, CFPAS e outros.

## 8 Planos de Programa e Orçamento (FASE I)

### 8.1 Plano de Preparação do Programa

Conforme explicado anteriormente, os êxitos na implementação do programa dependerão da prontidão e capacidade dos intervenientes chaves a todos os níveis de modo a contribuírem no alcance dos objectivos do Programa. O período precedente ao início do Programa em meados de 2009 será a fase das acções preparatórias com vista o melhoramento da “qualidade de entrada” e ênfase das oportunidades rumo ao sucesso. Tais acções estão demonstradas na tabela 7 – 1 abaixo ilustrada.

Espera-se a nível central, DNA, junto dos parceiros de desenvolvimento a realização de consideráveis acções preparatórias que assegurem um arranque moderado do Programa. Após o lançamento do Programa a nível central, haverá um número considerável de actividades a serem realizadas a níveis provinciais e distritais antes do início da implementação nos mesmos níveis.

O Plano de preparação abaixo demonstra a periodicidade/cronometragem aproximada das actividades e eventos em direcção ao início oficial do Programa, e abrange o período do terceiro trimestre de 2008 a meados de 2009.

**Figura 8-1 Plano Preparatório do PNAASR NRWSSP até mediados de 2009**

Preparação do Programa/Ações de prontidão	2008	2009
Documento do Programa PNAASR/Manual de Operações concluído		▲
Programa PNAASR aprovado pelo GdM		▲
Avaliações revisões e estimativas		.....
CoC assinado pelos novos parceiros	.....	.....
MdE do Fundo Comum AASR concluído/aprovado		▲
Bilateral MOUs and agreements reviewed or finalized	.....	.....
Conta forex do Fundo Comum criada e financiada		▲
Comité Coordenador do Programa criado na DNA/Reunião de inauguração		▲
Programa de actividades incluído no MTF 2009-2011 e AIPs/orçamento		▲
Criar uma UGEA e introduzir o e-SISTAFE na DNA	—————	—————
Criar uma Unidade Sanitária Rural na DNA-DES		▲
Lançamento oficial do PNAASR		▲
Revisões semestrais e anuais do sector	▲	▲
Plano de aquisições para o primeiro pacote de contratos preparado		▲
Plano de aquisições para o primeiro pacote de contratos aprovado		▲
Preparação dos documentos de concurso para o primeiro pacote de contratos		—————
Concurso para o primeiro pacote de contratos		.....
Ligação de dados estabelecida entre a DNA e DPOPH-DASs	.....	▲
DNA a fornecer informação à ODAMOZ		.....
Pessoal da DNA e DPOPH orientado sobre os procedimentos do programa		—————
Manual de Operações analisado, revisto e distribuído		—————
Provincial RWSS master plans prepared/updated	—————	—————
Lista de prioridades das províncias/distritos elaborada		—————
Equipas de implementação do Programa criadas nas províncias		▲
Equipa de implementação do Programa criada na DNA		—————

## 8.2 Plano de implementação do Programa

A seguir o Plano de Implementação do Programa para a FASE I, amostrando as principais actividades por componente.

Componente/Actividade	Ano 0 (2008)	Ano 1 (2009)	Ano 2 (2010)	Ano 3 (2011)
<b>Componente 1: Aumentar a Cobertura do Abastecimento de Água Rural e Saneamento</b>				
<i>Al.1 Aumentar a capacidade de implementação, qualidade e prestação de serviços de água e saneamento rurais (AASR)</i>				
Fortalecer a capacidade financeira e de gestão através de parcerias e pacotes de negócios				
Contratar e construir/reabilitar os serviços de pesquisa geofísica, perfuração e fiscalização				
Reparar defeitos de construção dentro do período de garantia/Entregar Formal da obra				
<i>Al.2 Construção de instalações sanitárias nas escolas e centros de saúde</i>				
Seleccionar as escolas prioritárias e postos de saúde com o MEC e o MISAU				
Contratar e construir/reabilitar as fontes de água e saneamento e PEC nas escolas/postos de saúde				
Promover as actividades de Saneamento Total nas escolas e comunidades vizinhas				
<i>Al.3 Reabilitar as instalações de abastecimento de água</i>				
Avaliar tecnicamente as fontes de água não operacionais para reparação/reabilitação ou abate das fontes				
Elaborar o plano distrital para a reparação e reabilitação das fontes de água não operacionais e abater as não recuperáveis				
Promover a O&M nas fontes de água existentes				
Fazer o procurement para a reabilitação de fontes de água				
<i>Al.4 Aumentar a eficiência e a eficácia do PEC</i>				
Conceber e implementar a metodologia para o PEC zonal e integração do PP na planificação distrital				
Elaborar o plano distrital para informação e mobilização comunitária e criação da demanda				
Fazer o procurement do PEC e o PEC Zonal para a promoção da água, do saneamento e da higiene				
Implementar as actividades de PEC, formação O&M e o apoio pós construção para a gestão das fontes de água				
<i>Al.5 Promover o Saneamento Total Liderado pela Comunidade</i>				
Fazer a planificação distrital para atingir o saneamento total				
Formar os líderes e promotores comunitários				
Promover actividades de promoção de água, higiene e saneamento				
Fazer a Monitoria de água, higiene e saneamento e premiar as comunidades bem sucedidas				
<b>Componente 2: Tecnologia e Opções de Gestão</b>				
<i>A2.1 Experimentar, promover e adoptar tecnologias alternativas para o abastecimento de água</i>				
Actualizar as cartas hidro geológicas de água subterrânea, as opções de tecnologia e a qualidade da água				
Testar tecnologias e abordagens alternativas, incluindo a cadeia de fornecimento de produtos e serviços				
Expandir as tecnologias aprovadas e os sistema de comercialização de peças sobressalentes				
<i>A2.2 Promover opções de manutenção e reparação sustentáveis e eficazes</i>				
Identificar e promover modelos de gestão alternativos				





**Tabela 8-1 Custos do Programa – FASE I (1 Milhão de USD)**

**Necessidades de Investimento Estimados de AASR para Fontes Dispersas de Água (1 Milhão USD)**

Componente/Item	Ano			TOTAL	%
	2009	2010	2011		
<b>Aumento Sustentável da Cobertura de AASR</b>					
Fontes de água (poços e furos)	26.1	28.1	30.6	84.8	52%
Promoção de Higiene e Saneamento	3.4	4.7	4.9	13.0	8%
<b>Sub-Total Aumento Sustentável AASR</b>	<b>29.5</b>	<b>32.9</b>	<b>35.5</b>	<b>97.9</b>	<b>60%</b>
<b>Apoio a Planificação Descentralizada</b>					
Planos pilotos provinciais AASR	0.6	0.4	0.0	1.1	1%
Planeamento distrital AASR	0.6	0.7	0.9	2.3	1%
Supervisão e Monitoria Distrital AASR	0.5	0.5	0.7	1.7	1%
Equipamento para as Províncias e Distritos	1.5	0.8	0.8	3.1	2%
Alocação de Pessoal (Nível Provincial e Distrital)	0.4	0.2	0.2	0.8	0%
<b>Sub-Total Apoio à Planificação Descentralizada</b>	<b>3.6</b>	<b>2.6</b>	<b>2.6</b>	<b>8.8</b>	<b>5%</b>
<b>Capacitação</b>					
Pessoal do Governo (D,P,N)	0.9	0.9	1.0	2.8	2%
Capacitação do Sector Privado	1.1	1.1	1.3	3.6	2%
Capacitação de ONGs	0.4	0.4	0.4	1.2	1%
<b>Sub-Total de Capacitação</b>	<b>2.4</b>	<b>2.5</b>	<b>2.7</b>	<b>7.6</b>	<b>5%</b>
<b>Testagem de Opções Tecnológicas</b>	<b>1.4</b>	<b>1.5</b>	<b>1.4</b>	<b>4.3</b>	<b>3%</b>
<b>Outros</b>					
Assistência Técnica	4.5	2.2	2.3	9.0	5%
Gestão do Projecto (10%)	4.8	4.7	5.0	14.4	9%
Advocacia do Projecto e Desenho de Políticas (5%)	2.4	2.3	2.5	7.2	4%
Contingências/Não previstos (10%)	4.8	4.7	5.0	14.4	9%
<b>Sub-Total Outros</b>	<b>16.4</b>	<b>13.8</b>	<b>14.7</b>	<b>45.0</b>	<b>28%</b>
<b>Total de Fontes de Água, Higiene e Saneamento</b>	<b>53.4</b>	<b>53.2</b>	<b>56.9</b>	<b>163.6</b>	<b>100%</b>

**Necessidades de Investimento AASR para Pequenos Sistemas Abastecimento de Água (1 Milhão USD)**

Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA)	<b>10.1</b>	<b>10.5</b>	<b>10.9</b>	<b>31.5</b>	<b>80%</b>
<b>Outros</b>					
Gestão do Projecto (10%)	1.0	1.0	1.1	3.1	8%
Advocacia do Projecto e Desenho de Políticas (5%)	0.5	0.5	0.5	1.6	4%
Contingências/Imprevistos (10%)	1.0	1.0	1.1	3.1	8%
<b>Sub-Total Outros</b>	<b>2.5</b>	<b>2.6</b>	<b>2.7</b>	<b>7.9</b>	<b>20%</b>
<b>Total de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água</b>	<b>12.6</b>	<b>13.1</b>	<b>13.6</b>	<b>39.4</b>	<b>100%</b>

**Sumário das Necessidades de Investimento para AASR (1 Milhão de USD)**

<b>Total de Fontes de Água, Higiene e Saneamento</b>	53.4	53.2	56.9	163.6	81%
<b>Total de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água</b>	12.6	13.1	13.6	39.4	19%
<b>Total Requisitos para o Investimento do Programa</b>	<b>66.0</b>	<b>66.3</b>	<b>70.6</b>	<b>202.9</b>	<b>100%</b>

8% taxa de Inflação anual estimada em todos os valores

Referente aos Pressupostos utilizados na preparação do presente orçamento favor vide o Anexo7.

#### 8.4 Gap no Financiamento

Os custos do Programa foram comprados com os fundos disponíveis a partir de Agosto de 2008 com vista a determinar o *gap* no financiamento para a FASE I (2009-2011) do programa. O *gap* resultante é de USD 36.1 Milhões e está apresentada na Tabela 7-2, abaixo:

**Tabela 8-2 Gap no Financiamento Sub sectorial AASR (2009-2011)<sup>1</sup>**

Descrição	Fontes de Água Dispersas e Saneamento	Pequenos Sistemas de Abastecimento	Total PNAASR	%
Total de Necessidades de Financiamento	163.6	39.4	202.9	100%
Fundos disponíveis de Fontes Domésticas	43.2	2.5	45.7	22%
Fundos disponíveis de Fontes Externas	118.9	2.2	121.1	60%
Total de Fundos disponíveis	162.1	4.7	166.8	82%
<b>Gap no Financiamento</b>	<b>1.5</b>	<b>34.7</b>	<b>36.1</b>	<b>18%</b>

<sup>1</sup> Pressupostos utilizados para determinar o *gap* no financiamento estão apresentadas no Anexo 9.

<sup>2</sup> Tendo em consideração que 85% das alocações de Parceiros sub sectoriais estão disponíveis para a implementação das actividades AASR.

Serão preparados os orçamentos anuais detalhados para as actividades centrais e para as províncias e distritos durante a preparação dos planos de implementação anual (AIP) em 2009. Os orçamentos consolidados a nível central serão submetidos ao MOPH, MPD e MoF para aprovação e ao Comité de Supervisão do Programa e Comité de Coordenação do Sector para informação e comentários.

As revisões nos orçamentos anuais serão efectuadas em conformidade com os procedimentos governamentais existentes. Orçamentos futuros anuais serão informados através da nova informação dos planos pilotos AASR provinciais e do MTEF revisado 2009-2011 assim que estiver disponível.

Os Relatórios sectoriais de execução orçamental trimestrais e anuais serão preparados pela DNA-DAF e submetidos ao Comité de Supervisão do Programa e ao Comité de Coordenação do Sector para informação e comentários.

**Tabela 8-3 Sumário de Financiamento dos membros PAP (1 Milhão de USD)**

Total de Financiamento de Doadores	2009	2010	2011	TOTAL	%
<b>Fundo Comum</b>	5.5	12.8	14.4	<b>32.7</b>	27%
<b>Projectos em Paralelo</b>	28.3	24.3	20.8	<b>73.4</b>	61%
<b>Linha de Credito</b>	5.0	5.0	5.0	<b>15.0</b>	12%
<b>Total Dólares Americanos</b>	<b>38.8</b>	<b>42.1</b>	<b>40.2</b>	<b>121.1</b>	<b>100%</b>

**Tabela 8-4 Sumário de Financiamento de Fontes Domésticas (1 Milhão USD)**

<b>Total de Financiamento de Doadores</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Orçamento do Estado	8.3	6.7	6.7	21.6	56%
Beneficiários	2.3	3.4	3.5	9.2	24%
Pequenas ONGs	2.4	2.6	2.8	7.8	20%
Total de Financiamento de Fontes Domésticas	<b>12.9</b>	<b>12.7</b>	<b>13.0</b>	<b>38.6</b>	<b>100%</b>

## Referências

1. Aide Memoire, CPAR Update Mission, Março 2008
2. Analysis of Deeper Pumps, PPft, SKAT, 2008
3. Annual Report 2007, *Departamento de Águas Rural (DAR)*, 2008
4. Capacity Building and Knowledge Enhancement in Rural Water Supply and Sanitation in Sofala, Mozambique, David Clement, University of Natural Resources and Life Sciences, Vienna, 2007
5. CFMP 2008-2010, DNA, 2007
6. Code of Conduct for the Water Sector, version 4.1, March 2008
7. Creating Successful Private Sector Supply Chains: A resource guide for rural water and sanitation practitioners, Antony Oyo, World Bank, 2001
8. *Decreto 54-2005*, BR I Serie 3º Suplemento 13 December 2005
9. DFID Sanitation Policy Background Paper, 2007
10. PPft MOU for the Establishment of a Common Fund for Support to the Rural Water Supply and Sanitation Program, version 4.1, October 2007
11. Getting Africa on Track to Meet MDGs in Water and Sanitation, 2006
12. Institutional Review and Interim Report, for MCC by Michael Baker, Jr. Inc., June 2006
13. <http://web.worldbank.org/wbsite/external/topics/extsocialprotection>
14. *Lei de Órgão Locais do Estado*, Lei 8/2003, 5 April 2003
15. Paris Declaration on Aid Effectiveness, OECD, March 2005
16. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta para 2006-2009 (PARPA II)*
17. *Plano Director Provincial de Abastecimento de Agua e Saneamento Rural na Provincia de Sofala, DPOPH-Sofala*, May 2008
18. *Plano Estratégico do Sector de Águas - Água e Saneamento Rural (2006-2015)*, DNA, 2006
19. Population Projections, 1997-2015, National Institute of Statistics (INE), Maputo, 1998
20. Preliminary Results, Third General Population and Housing Census, November 2007
21. Mid-Year Review - Water and Sanitation Working Group, 2007
22. Rapid Assessment of Rural Water and Sanitation Requirements for Meeting the MDGs in Mozambique, Estrela Polonia for the African Development Bank, 2005
23. *Reforma dos Estaleiros Províncias de Agua Rural (EPAR)*, Final Report, SPI, 2005
24. Rome Declaration on Harmonization, Rome, February 2003
25. Rural population estimates, DNA-GPC, 2007
26. *Política de Águas, Resolução 46/2007, BR I Série, Número 43*, October 2007
27. *SINAS - Sistema Nacional de Informacao, Estrategia de Implementacao*, DNA, October 2007
28. SISTAFE Law 9/2002, BR I Série Número 7, 13 February 2002
29. UN Millennium Declaration and the Millennium Development Goals Declaration, September 2000 and October 2002.